

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

Marla Barbosa Assumpção

**A FRONTEIRA GAÚCHA COMO ESPAÇO CRÍTICO DE DEFESA DA SEGURANÇA
NACIONAL: REPRESSÃO E RESISTÊNCIA NAS CIDADES GEMINADAS DE SANTANA DO
LIVRAMENTO-RIVERA (1964-1968)**

Porto Alegre

2011

Marla Barbosa Assumpção

A fronteira gaúcha como espaço crítico de defesa da Segurança Nacional: repressão e resistência nas cidades geminadas de Santana do Livramento-Rivera (1964-1968)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em História, pelo curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Orientador: Prof. Dr. Enrique Serra Padrós

Porto Alegre

2011

Marla Barbosa Assumpção

A fronteira gaúcha como espaço crítico de defesa da Segurança Nacional: repressão e resistência nas cidades geminadas de Santana do Livramento-Rivera (1964-1968)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em História, pelo curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Aprovado em 8 de dezembro de 2011.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Claudia Wasserman (UFRGS) – Conceito A

Me. Ananda Simões Fernandes (Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul) – Conceito A

Prof. Dr. Enrique Serra Padrós (UFRGS) – Conceito A

Hace ciento treinta años, después de visitar el país de las maravillas, Alicia se metió en un espejo para descubrir el mundo al revés. Si Alicia renaciera en nuestros días, no necesitaría atravesar ningún espejo: le bastaría con asomarse a la ventana.

Patatas arriba: la escuela del mundo al revés – Eduardo Galeano

[...] ningún pueblo logra una verdadera paz si tiene un pasado pendiente. Los olvidadores también lo saben (¿quién puede no saberlo?) pero no les importa mucho, porque en el fondo no les importa la paz.

La palabra es probablemente la mayor dificultad con que se enfrentan los olvidadores profesionales, porque la vocación congénita de la palabra no es omitir, sino nombrar.

[...] para la injusticia sólo hay un remedio y éste no es el olvido, sino la justicia.

Ocurre que el pasado es siempre una morada y no hay olvido capaz de demolerla.

Trechos de Variaciones sobre el olvido – Mario Benedetti

*A todas (os) aquelas (es) que ousaram lutar por
um mundo mais justo...*

AGRADECIMENTOS

São tantas as pessoas a quem deveria agradecer nesse momento que este espaço acaba sendo insuficiente para citar a todas e para dizer o quanto é/foi importante tê-las por perto e o quanto fico feliz de constatar que estou rodeada de pessoas bacanas.

Antes de citar algumas delas, gostaria de registrar a imensa satisfação de ter tido a oportunidade de estudar em uma instituição de ensino como a UFRGS, que é uma universidade pública e de qualidade, infelizmente ainda nem tão popular, como deveria, mas acredito que, sobretudo nesses últimos anos, a aprovação das cotas e a ampliação de vagas – por mais polêmicas que sejam – efetivamente possibilitaram que pessoas provenientes de outras camadas e grupos sociais pudessem ingressar no ensino superior.

Dito isso, gostaria de agradecer imensamente a minha família que, além de ter acompanhado de perto toda a minha angústia, em diferentes momentos e por distintas razões, ao longo do curso, me apoiou e oportunizou, de diferentes maneiras, que eu pudesse seguir os meus estudos. Além de pessoas como o meu pai, Ricardo, meu irmão, Richard, meu tio, Dedé, que certamente servem de inspiração pra mim, queria destacar o papel da minha mãe, Mirela, em toda essa história. Devo muito a ela na minha formação pessoal e, inclusive, como cidadã. Tenho certeza que ter escolhido um curso da área das ciências humanas tem muito a ver com a criação que tive e com as coisas que aprendi de perto, acompanhando a militância dela, enfim acreditando que é possível sonharmos com um projeto alternativo para o mundo em que vivemos. Por fim, gostaria de dividir esse momento com ela que, em função da complicada trajetória de vida que teve, não pode concluir um curso superior, que tanto sonha em fazer, mas que sempre me apoiou para que eu conseguisse. Mãe, esse momento também é teu!

Em relação aos meus colegas e amigos, teria uma lista de pessoas que deveriam ser mencionadas por toda a importância que tem na minha vida. Começo agradecendo a boa parte dos meus colegas da barra 07. Conheci pessoas fantásticas no curso de história ou por causa dele, como a Fê, a Gagá, a Mari (conhecidas como Panteras), a Luana, o Rodrigo, o Chico, a Quel, a Nati, a Dani, a Dai, o Said, o Diego etc etc etc. Pessoas essas com quem pude compartilhar diferentes e divertidos momentos, em acampamentos, viagens, festas, bares, debates, conversas e/ou cadeiras.... e que gostaria, sinceramente, de continuar tendo

por perto! Queria citar duas outras pessoas que fazem parte da minha história há um tempão, são elas: a Carol e a Letícia. Meu carinho, gratidão e admiração por vocês são imensos!

Gostaria de mencionar também aquelas pessoas que contribuíram muito para o desenvolvimento do meu trabalho e que, para mim, sempre serviram de inspiração, são elas: a Ananda, a Carol e a Alessandra. Só tenho a agradecer por todo o apoio!

Em relação aos professores que tive na graduação ou fora dela, gostaria de relatar a imensa gratidão e admiração que tenho por pessoas como a Ana Gabriel e a Gabriela. Certamente, ter tido contato com elas, no tempo do colégio, foi um privilégio pra mim. No curso de história, tive alguns professores que marcaram muito a minha formação e a quem gostaria de agradecer. São eles: a Claudia Wasserman, a Sílvia Petersen e o Benito Schmidt. Além deles, gostaria de expressar a imensa gratidão que tenho pelo professor Enrique Padrós, a quem devo tantas e tantas coisas, que chega a ser complicado enumerar. Agradeço por todo o apoio, pelas *uruguayadas* que realizamos em diferentes localidades, por acreditares em mim (certamente, bem mais do que eu mesma), por toda a inspiração que despertas nos teus alunos, pela seriedade no trabalho e no tratamento de questões sensíveis da nossa história recente ¡Muchas gracias por todo!

Não poderia deixar de agradecer também ao professor Jorge Vivar, com quem tive a oportunidade de trabalhar na reta final da minha graduação, em um projeto no Movimento de Justiça e Direitos Humanos, onde pude conviver de perto com pessoas com uma história admirável, como é o caso do Jair Krischke. Já aproveito também para registrar a minha gratidão e profundo respeito pelas pessoas com quem estive em Santana do Livramento e sem as quais, certamente, este trabalho não teria sido possível, são elas: Regina, Luiz Carlos, Antônio, Estoecel, Maria, Edair, Zuil e América. Agradeço a vocês pela imensa generosidade em compartilhar comigo suas histórias de vida!

RESUMO

A presente monografia visa analisar a relação entre as ações repressivas da ditadura civil-militar brasileira e a resistência a essas na fronteira geminada de Santana do Livramento (BR) e Rivera (UY), que teve papel de destaque nos acontecimentos que se seguiram à deflagração do golpe no Brasil, visto que figurou como a principal rota de saída do país, utilizada por aqueles que, por diferentes razões, se viram compelidos a deixar o território brasileiro. Isso acabou impactando a região e desencadeando a formação de redes locais de solidariedade e resistência. Nesse sentido, a configuração fronteiriça do Rio Grande do Sul, por um lado, atraiu militantes procedentes de diversas regiões e que necessitavam atravessar a linha divisória internacional, e, por outro, despertou a atenção do aparato repressivo. Optou-se, sobretudo, pelo estudo do período compreendido entre o golpe de Estado de 1964 e o emblemático ano de 1968, que, dentre outras questões, marcou a intervenção ocorrida na região por parte do Conselho de Segurança Nacional. Foram considerados, na análise, as mudanças conjunturais, os agentes fronteiriços de ambos os países e o impacto produzido na região, pensada como marco das conexões estabelecidas regional e internacionalmente

Palavras-chave: ditadura civil-militar – Rio Grande do Sul – fronteira – Santana do Livramento – Rivera.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. FRONTEIRAS TERRITORIAS <i>VERSUS</i> “FRONTEIRAS IDEOLÓGICAS”: APONTAMENTOS PARA UMA DISCUSSÃO CONCEITUAL	20
1.1 DISCUSSÃO TEÓRICO-CONCEITUAL SOBRE A NOÇÃO DE FRONTEIRA E CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO FRONTEIRIÇA ENTRE O BRASIL E O URUGUAI	21
1.1.1 A noção de fronteira e as diferentes perspectivas de abordagem: a percepção tradicional, geopolítica e integracionista	22
1.1.2 Dinâmica e cotidiano fronteiriço	24
1.1.3 Caracterização e histórico de formação da fronteira Brasil-Uruguai	25
1.1.3.1 O surgimento da fronteira Santana do Livramento-Rivera e a integração em “cidades gêmeas”	30
1.2 A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL E A NOÇÃO DE “FRONTEIRAS IDEOLÓGICAS”	36
1.2.1 A reelaboração da Doutrina de Segurança Nacional no Brasil	38
1.2.2 A noção de “fronteiras ideológicas” enquanto suporte para ação extraterritorial da ditadura civil-militar brasileira	39
2. IDAS E VINDAS PELA FRONTEIRA: O RIO GRANDE DO SUL COMO UM CORREDOR DE PASSAGEM	42
2.1 A PRIMEIRA GERAÇÃO DE EXILADOS E O REFÚGIO NO URUGUAI	42
2.1.1 Os “esquemas de fronteira”	44
2.1.2 Características da primeira geração de exilados	50
2.1.3 Montevideu – a “capital dos exilados”	54
2.2 A CONEXÃO REPRESSIVA ESTABELECIDADA COM O URUGUAI A PARTIR DA VIOLAÇÃO DE FRONTEIRAS	56
2.2.1 A pressão da ditadura brasileira sobre o Uruguai: ações de controle e monitoramento dos exilados	58
3. REPRESSÃO E RESISTÊNCIA NA FRONTEIRA GEMINADA DE SANTANA DO LIVRAMENTO-RIVERA	65
3.1 REDES DE SOLIDARIEDADE E RESISTÊNCIA NA FRONTEIRA	68

3.1.1 O golpe de Estado e o refúgio do outro lado da linha demarcatória	69
3.1.2 A passagem e a sobrevivência em outro país a partir da solidariedade e auxílio dos agentes fronteiriços	70
3.2 AS AÇÕES DO APARATO REPRESSIVO NA REGIÃO DE LIVRAMENTO-RIVERA	77
3.2.1 Os órgãos repressivos do Rio Grande do Sul e as ações de controle e monitoramento da fronteira	78
3.2.2 A intervenção do Conselho de Segurança Nacional: a fronteira como <i>Área de Interesse da Segurança Nacional e Sub-Área de Defesa Interna</i>	81
CONCLUSÃO	87
ARQUIVOS E FONTES CONSULTADAS	90
BIBLIOGRAFIA	91

INTRODUÇÃO

O estado do Rio Grande do Sul e, particularmente, a sua região fronteira constitui um espaço diferenciado em relação aos centros – políticos e econômicos – do país. Nesse sentido, a região de fronteira é marcada por

[...] uma sobreposição de dinâmicas sócio-econômicas diversas que a tornam uma difusa zona de transição que acaba diferindo das características nacionais dos países em contato. [...] Conseqüentemente, forma-se um novo espaço que contém territórios dos países em contato e que sofre, além dos influxos das economias nacionais, uma dinâmica própria resultante da interação social dos agentes fronteiriços.¹

Esse espaço é, portanto, marcado por algumas dinâmicas específicas. Pode-se constatar, a partir da análise de diferentes contextos históricos, que a região de fronteira entre o Brasil e o Uruguai teve um papel de destaque, sobretudo em momentos de conturbação política. No tocante ao período subsequente à deflagração do golpe de Estado no Brasil, em 31 de março de 1964, percebe-se que essa fronteira assume uma importância considerável, passando a ser extremamente visada. Sob a ótica da oposição política representou, muitas vezes, a única alternativa viável de sobrevivência para aqueles que, por diferentes questões, se viram compelidos a deixar o território brasileiro. Já em relação à repressão, tornou-se alvo de permanente controle, tendo em vista o constante fluxo de pessoas que a atravessam tanto no intuito de deixar o país, como de realizar uma ponte entre o exílio e uma debilitada resistência interna. Vale ressaltar, ainda, as permanentes violações de fronteira levadas a cabo por agentes do aparato repressivo, com vistas a perseguir e reprimir o seu “inimigo interno” exilado, assim como o alheio. Percebe-se, dessa forma, a permeabilidade e fluidez da fronteira em relação à passagem dos mesmos e, em contraste, as diferentes estratégias que visaram torná-la uma barreira de contenção para a oposição.

Assim, o principal núcleo urbano entre os dois países, qual seja, o par de cidades Santana do Livramento-Rivera, esteve no cerne desses acontecimentos políticos. O golpe

¹ PADRÓS, Enrique. Fronteiras e Integração Fronteira: elementos para uma abordagem conceitual. *Humanas: Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, v. 17, n. 1/2, jan./dez. 1994. p. 69.

de Estado, já em um primeiro momento, repercutiu nessas cidades, desencadeando uma intensa movimentação em ambos os lados da linha divisória. Cabe destacar, ainda, que essa fronteira foi eleita a principal rota de passagem pelos opositores do regime – fato que impactou a região e desencadeou a formação de redes locais de solidariedade e resistência. Dessa forma, a partir dos aspectos supracitados, a presente monografia buscou analisar a relação entre as ações repressivas do Estado brasileiro e a resistência a essas na fronteira de Santana do Livramento-Rivera². Quanto ao recorte temporal, optou-se, sobretudo, pelo período compreendido entre o golpe de Estado de 1964 e o emblemático ano de 1968, momento de consolidação do Estado de Segurança Nacional³, através da promulgação do Ato Institucional nº 5, e particularmente importante para a região estudada, ano que marca o processo de intervenção nas cidades fronteiriças por parte do Conselho de Segurança Nacional (CSN) e também momento a partir do qual uma nova leva de exilados é obrigada a deixar o país. Percebe-se, portanto, que se trata de uma nova conjuntura política, o que justifica os anos adotados para a análise. Foram considerados, para tanto, as mudanças conjunturais, os agentes fronteiriços de ambos os países e o impacto produzido na região, pensada como marco das conexões estabelecidas regional e internacionalmente.

As ações repressivas de controle e monitoramento, na mencionada fronteira, foram analisadas, sobretudo, através da atuação do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (DOPS/RS) e de suas congêneres no interior, as Seções de Ordem Política e Social (SOPS). As memórias do diplomata Manoel Pio Corrêa, por sua vez, constituem uma fonte riquíssima para se analisar tanto as pressões empreendidas pelo governo brasileiro sobre as autoridades uruguaias, para que aquelas restringissem a capacidade de ação dos exilados no país vizinho, como também para mapear as preocupações existentes com a fronteira entre ambos os países. Em relação à resistência, analisou-se, principalmente, a atuação dos agentes fronteiriços locais, a partir de

² Ainda que a análise esteja focada, sobretudo, em ambas as cidades, foi necessário levar em consideração também a “segunda fronteira”, ou seja, aquelas regiões que, embora não estejam diretamente relacionadas com a linha demarcatória, se inserem na dinâmica fronteiriça.

³ Sobre essa questão, ver ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1987.

entrevistas⁴ realizadas em Santana do Livramento, assim como relatos de militantes que estiveram diretamente vinculados com o contexto e a região estudada.

As pesquisas sobre a ditadura civil-militar brasileira tem se intensificado nos últimos anos. Contudo, a análise comumente focaliza as dinâmicas mais características do centro do país. Assim, apenas recentemente novos estudos passaram a se centrar na história recente do Rio Grande do Sul, o qual, em função de sua localização singular, foi marcado por outras dinâmicas.⁵ Não obstante, ainda são poucos os trabalhos que analisam esse período autoritário pelo viés das conexões repressivas estabelecidas com os demais países do Cone Sul.⁶

Parte-se do pressuposto, tendo em vista os aspectos mencionados, de que a região fronteira do Rio Grande do Sul é um local privilegiado para a análise das relações do Brasil com a Argentina e o Uruguai nesse contexto. No entanto, em relação à historiografia brasileira, são poucos os trabalhos que analisam pormenorizadamente as questões envolvendo a fronteira nesse período, ainda que ela tivesse um papel de destaque – segundo as mais variadas fontes –, uma vez que grande parte das pesquisas apenas tangencia o referido tema. No tocante à produção uruguaia sobre o assunto, a partir do levantamento feito, constatou-se que não há estudos que problematizem essa questão. Dessa forma, acredita-se que essas lacunas possam servir de justificativa em relação à relevância da pesquisa.

Dentre os trabalhos que analisam a fronteira no período supracitado, destacam-se os estudos realizados por Luciana Zago e por Marlon Assef, que tratam, respectivamente, da fronteira paranaense e da sul-rio-grandense. Em relação ao primeiro, a autora analisa, na dissertação intitulada “*Fronteira e Segurança Nacional no Extremo Oeste Paranaense: um*

⁴ Em relação à transcrição das entrevistas, cabe ressaltar que foram feitas pequenas correções e adaptações necessárias a uma melhor compreensão textual do relato oral.

⁵ O estado do Rio Grande do Sul pode ser pensado como um território-elo, o que acaba conferindo à região um papel singular nas relações com os demais países. Cf. RÜCKERT, Aldomar. O estado do Rio Grande do Sul – Brasil – como um território de internacionalização segmentada do espaço nacional. *História Debates e Tendências: Revista do PPGH*, Passo Fundo, V. 3, n. 2, dez. 2002.

⁶ É relevante mencionar, entre outros, os recentes trabalhos de PADRÓS, Enrique. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar*. Tese (Doutorado em História) - PPGH, UFRGS, Porto Alegre, 2005; CASSOL, Gissele. *Prisão e tortura em terra estrangeira: a colaboração repressiva entre Brasil e Uruguai (1964-1985)*. Dissertação (Mestrado em Integração Latino-Americana) - MILA, UFSM, 2008; e FERNANDES, Ananda. *Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973)*. Dissertação (Mestrado em História) - PPGH, UFRGS, Porto Alegre, 2009.

*estudo do município de Marechal Cândido Rondon*⁷, as motivações que levaram o município de Marechal Cândido Rondon a ser declarado *Área de Interesse da Segurança Nacional*, assim como a forma com que o governo a utilizou para impor algumas políticas específicas. A pesquisadora aponta como o motivo central para a proteção das fronteiras, nesse momento, o perigo de infiltração por parte do “inimigo externo” – o comunismo internacional. Não obstante, sustenta a presente monografia, a partir de outros estudos, que a Revolução Cubana representa um ponto de inflexão nessa concepção, uma vez que, a partir de então, esse *outro* a ser combatido passou a ser identificado como um “inimigo interno”, presente e disseminado pelo subcontinente. É importante destacar também que a preocupação com o “inimigo interno” extrapolava fronteiras. Nesse sentido, diferentemente da mencionada dissertação, trabalha-se aqui sob a ótica das conexões repressivas estabelecidas entre os países do Cone Sul e, especificamente, a fronteira sul-rio-grandense inserida nesse contexto.

No tocante ao segundo estudo, Marlon Assef, em sua pesquisa intitulada “*Retratos do Exílio: solidariedade e resistência na fronteira*”⁸, aborda as experiências de militantes exilados na fronteira Brasil-Uruguai, especificamente em Santana do Livramento-Rivera, no período compreendido entre os anos de 1964 e 1974. O pesquisador analisa as redes de solidariedade estabelecidas naquela região, contribuindo para o entendimento das estratégias de resistência e de sobrevivência desencadeadas com o golpe de Estado no Brasil. Diversos são os pontos de contato entre o trabalho de Assef e a presente monografia. Contudo, sobressaem-se alguns aspectos que os diferenciam, tais como a análise da relação entre as ações repressivas do Estado brasileiro e a resistência a essas, considerando à conexão com o regime e com os agentes fronteiriços uruguaios, no segundo caso. Outro fator que os diferencia – em parte decorrência das diferentes problemáticas de pesquisa – diz respeito à utilização de distintas fontes para embasar as pesquisas.

Quanto à escolha do tema, cabe destacar, dentre outros aspectos, as inúmeras linhas de continuidade em relação àquele passado recente e, conforme ressaltou Elizabeth Jelin,

⁷ ZAGO, Luciana. *Fronteira e Segurança Nacional no Extremo Oeste Paranaense: um estudo do município de Marechal Cândido Rondon*. Dissertação (Mestrado em História) - PPGH, UPF, Passo Fundo, 2007.

⁸ ASSEF, Marlon. *Retratos do exílio: solidariedade e resistência na fronteira*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.

“la persistencia de um passado que ‘no quiere pasar’”⁹, que ainda, de alguma forma, comprometem a consolidação de uma sociedade democrática. Segundo Enrique Padrós:

Na prática, a falta de respostas concretas para as questões que conectam o passado recente da ditadura com o nosso atual Tempo Presente, correspondem a ações que continuam atingindo, por omissão ou desrespeito, à história, à memória, à justiça, às vítimas da dinâmica repressiva e às novas gerações que têm interdito o conhecimento e a experiência da geração anterior, experiência que constitui história e que pertence a todos enquanto coletividade.¹⁰

Nesse sentido, é importante lembrar também o que destacou Cláudio Elmir:

Fazer a história política do presente implica, desta maneira, assumir uma posição frente aos acontecimentos e à ordem do mundo que muitas vezes exige também uma decisão política: a de estabelecer uma perspectiva de futuro na ação que nos move neste tempo. E essa atitude militante [...] sublinha o caráter irredutível da subjetividade do sujeito do conhecimento.¹¹

Assim, a produção de estudos analíticos, por parte dos historiadores, contribui, em alguma medida, para o entendimento desse período e dos diversos questionamentos ainda tão presentes, que, inclusive, podem servir de subsídio para auxiliar na superação e na ruptura com esse passado recente traumático. Nesse sentido, é emblemática a frase do juiz espanhol Baltasar Garzón: “Para virar a página, é preciso lê-la”.

Acredita-se que a história política ofereça o aparato teórico-conceitual mais apropriado para a realização deste trabalho, tendo em vista a referida problemática de pesquisa. Assim, é importante destacar o que ficou consagrado como o “retorno” ou renovação da história política que, embora nunca tenha sido totalmente abandonada, sofreu um relativo ostracismo durante parte do século XX¹². Todavia, ainda na década de 1970, ela volta a adquirir prestígio no meio acadêmico, passando a ser chamada por alguns autores de “nova história política”¹³. Segundo René Rémond: “Estudar a história do político é estar convencido de que o político existe por si mesmo, professar que ele tem uma

⁹ JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores, 2002. p. 1.

¹⁰ PADRÓS, Enrique. História do tempo presente, Ditaduras de Segurança Nacional e arquivos repressivos. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 1, n. 1, jan./jun. 2009. p. 37.

¹¹ ELMIR, Cláudio. História política e história do presente: uma contribuição para o debate. *Logos: Revista de Divulgação Científica*. Canoas: ULBRA, v. 11, n. 1, maio 1999. p. 38.

¹² Para uma visão panorâmica da ascensão e do declínio da história política tradicional, bem como da renovação pela qual passou, a partir da década de 1970, e seu impacto na historiografia brasileira recente, ver FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

¹³ *Ibid.*, p. 63.

consistência própria e uma autonomia suficiente para ser uma realidade distinta.”¹⁴ Contudo, o próprio autor faz ressalvas quanto à importância de analisá-lo a partir da sua vinculação com outros domínios da prática social:

O político não se constitui um setor separado: é uma modalidade da prática social. [...] Se o político deve explicar-se antes de tudo pelo político, há também no político mais que o político. Em consequência, a história política não poderia se fechar sobre si mesma, nem se comprazer na contemplação exclusiva de seu próprio objeto.¹⁵

Duas noções caras à história política foram fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa: o conceito de resistência e de repressão. Quanto à primeira noção, Sinara Fajardo analisou o seu caráter relacional: “A resistência não é um fenômeno separado, alheio à relação de poder. É um dos elementos que compõem essa relação, uma das formas de expressão de seu caráter contraditório.”¹⁶ Ela expressa uma força de oposição, sendo mais uma reação do que ação e antes uma resposta do que iniciativa.¹⁷ Os atos de resistência podem ser sistemáticos ou pontuais, espontâneos ou organizados, isolados ou articulados, violentos ou pacíficos:

Quaisquer que sejam os tipos e variações possíveis de atos de resistência, eles comportam um certo grau de conflito mais ou menos explícito, pois pressupõem um descontentamento e uma oposição. Esse conflito pode envolver diferentes dimensões nas relações de poder, desde a revolta pessoal ainda não expressa verbal ou fisicamente, até a luta física entre sujeitos em função das diferentes posições na correlação de forças em determinado processo histórico.¹⁸

Conforme mencionado, os atos de resistência comportam, em alguma medida, uma oposição. Segundo Giampaolo Zucchini, esta pode ser entendida como

[...] a união de pessoas ou grupos que objetivam fins contrastantes com fins identificados e visados pelo grupo ou grupos detentores do poder econômico ou político; a estes, institucionalmente reconhecidos como autoridades políticas, econômicas e sociais, opõem os grupos de oposição a sua resistência, servindo-se de métodos e meios constitucionais e legais, ou de métodos e meios de outros tipos, mesmo ilegais e violentos.¹⁹

¹⁴ RÉMOND, René (Org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/ Ed. FGV, 1996. p. 445.

¹⁵ *Ibid.*, p. 35-36.

¹⁶ FAJARDO, Sinara. *Espionagem Política: Instituições e Processo no Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – PPGS, UFRGS, Porto Alegre, 1993. p. 38.

¹⁷ Sobre essa questão, ver também MATTEUCCI, Nicola. “Resistência”. In: BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de Política*. 13. ed. Brasília: Editora UnB, 2010. 2 v. p. 1114.

¹⁸ FAJARDO, op. cit., p. 43.

¹⁹ ZUCCHINI, Giampaolo. “Oposição”. In: BOBBIO et al., op. cit., p. 846.

O conceito de repressão, por sua vez, é entendido, segundo Manuel Ossorio, como “acción y efecto de reprimir o reprimirse, de contener o dominar, de sujetarse. Acción y método de oponerse la fuerza pública a las alteraciones del orden general. Aplicación de penas y correctivos por delitos y faltas.”²⁰ Ambas noções foram utilizadas como suporte para a análise das dinâmicas envolvendo a fronteira Brasil-Uruguaí no contexto estudado.

Nesta pesquisa, empregou-se uma gama variada de fontes, que, de alguma forma, pudesse responder a problemática proposta. Destaca-se, assim, a utilização de documentos oficiais – que se constituiu na fonte principal – e depoimentos, tanto impressos quanto aqueles produzidos a partir de entrevistas.²¹ Cada fonte requer uma metodologia específica e adequada, com vistas a um melhor aproveitamento e tratamento, sendo necessário, portanto, realizar algumas considerações pertinentes àquelas que foram utilizadas.

Ao se trabalhar com a documentação que serviu de subsídio para a pesquisa, foi necessário encontrar as condições de produção histórica da mesma e, assim, analisar as implicações e intencionalidades que estes documentos carregam.

Em relação à documentação oficial, trata-se do olhar vigilante da repressão sobre uma sociedade, ou parcela da mesma, potencialmente subversiva. A despeito de não existir consenso sobre essas questões, “numa definição ampla, pode-se afirmar que arquivos da repressão são conjuntos documentais produzidos pelos órgãos de informação e segurança do aparato estatal em ações repressivas, durante períodos não-democráticos.”²² Quanto ao conteúdo, por serem fruto de situações-limite, as informações obtidas nesses documentos são, normalmente, bastante imprecisas. É necessário também desmistificar essa documentação no que tange à metodologia repressiva e atentar para os “eufemismos” utilizados nos relatos:

Raramente um documento demonstrará, de forma explícita, práticas como o seqüestro como forma de detenção; a tortura física e psicológica como fonte de informações e punição; e mortes e desaparecimentos como políticas de

²⁰ OSSORIO, Manuel. *Diccionario de Ciencias Jurídicas, Políticas y Sociales*. Buenos Aires: Ruy Diaz, 1995. p. 869.

²¹ É importante ressaltar que as fontes orais necessitam de um tratamento diferenciado em relação àquelas impressas. Cf. ALBERTI, Verena. Fontes Orais: Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 171.

²² BAUER, Caroline; GERTZ, René. Arquivos de regimes repressivos: fontes sensíveis da história recente. In: PINSKY, Carla; LUCA, Tânia de (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 177.

extermínio. Assim, torna-se imprescindível estar atento às sutilezas que essas fontes possuem, e às evidências que trazem subentendidas.²³

Esta documentação possibilita o acesso tanto ao funcionamento de um importante instrumental de repressão utilizado durante o período, delineando assim a lógica do regime militar, como ao potencial e ao caráter da resistência. Segundo Maria Aparecida de Aquino:

Os relatórios dos “agentes infiltrados” mostram a que eles estavam atentos e quais os seus procedimentos de vigilância e controle. Exibem, também, graças ao conhecimento, que, no exercício de sua função, precisavam adquirir em relação às pessoas/instituições/atividades que acompanhavam, o funcionamento e a lógica que ditava o seu procedimento. Além disso, o farto material apreendido nessa atuação repressiva fornece uma radiografia das diferentes expressões de oposição ao regime.²⁴

Ainda em relação à documentação oficial, utilizou-se também a legislação federal do período concernente às leis de exceção – como os Atos Institucionais e Complementares –, o que permite vislumbrar a política que se pretendia implementar para a região estudada, tendo em vista, dentre outras questões, a incessante busca do regime em legitimar-se, conforme ressalta o citado estudo de Maria Helena Moreira Alves. É importante ressaltar que, por um lado, nem toda a legislação cumpre o papel esperado e, por outro, nem todas as ações e políticas do período estavam necessariamente prescritas por alguma lei.

Quanto aos depoimentos, é importante levar em consideração, ao se trabalhar com relatos produzidos *a posteriori*, que a constituição da memória é objeto de contínua negociação, e que pressupõe seleção e esquecimentos. Elizabeth Jelin nos ajuda a pensar algumas problemáticas envolvendo essas questões, ao analisar as presenças e sentidos do passado, a partir de três premissas centrais, quais sejam,

Primero, entender las memorias como procesos subjetivos, anclados en experiencias y en marcas simbólicas y materiales. Segundo, reconocer a las memorias como objeto de disputas, conflictos y luchas, lo cual apunta a prestar atención al rol activo y productor de sentido de los participantes en esas luchas, enmarcados en relaciones de poder. Tercero, “historizar” las memorias, o sea, reconocer que existen cambios históricos en el sentido del pasado, así como en el lugar asignado a las memorias en diferentes sociedades, climas culturales, espacios de luchas políticas e ideológicas.²⁵

²³ Ibid., p. 190.

²⁴ AQUINO, Maria Aparecida de. Jornalistas/Militantes na mira do DEOPS/SP. In: _____; et al. (Org.). *No coração das trevas: O DEOPS/SP visto por dentro*. V. 1. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2001. (Dossiês DEOPS/SP). p. 179.

²⁵ JELIN, op. cit., p. 2.

Tendo em vista as peculiaridades dessa fonte, é preciso estar atento à atribuição de significados determinados por uma visão retrospectiva, lembrando que “el pasado que se rememora y se olvida es activado en un presente y en función de expectativas futuras”.²⁶

A presente monografia possui três capítulos. Ainda que, para fins de análise, essa divisão facilite a inteligibilidade do objeto de pesquisa, cabe ressaltar que a importância da fronteira no contexto estudado perpassa todas as partes constitutivas desse trabalho.

No primeiro capítulo, foram analisadas, por um lado, as diferentes noções e perspectivas de abordagem do conceito de fronteira, assim como as dinâmicas específicas que marcam esse espaço. Procedeu-se também a uma caracterização histórico-geográfica da região fronteira entre o Brasil e o Uruguai, particularmente no tocante às cidades geminadas de Santana do Livramento e Rivera. Por outro lado, foi abordada a noção de “fronteiras ideológicas”, em contraste com o conceito de fronteiras territoriais, analisado anteriormente. Buscou-se compreender como esta diretriz, presente na Doutrina de Segurança Nacional, pautou as ações da ditadura civil-militar brasileira, justificando, dentre outras coisas, a atuação do aparato repressivo para além do espaço circunscrito ao território do Brasil.

No segundo capítulo, por sua vez, destacaram-se as dinâmicas específicas que marcaram o Rio Grande do Sul, o qual, tendo em vista a sua configuração fronteira, foi extremamente visado, tanto pela oposição política, quanto pela repressão. Após serem analisadas a primeira geração de exilados que se refugiou, sobretudo, no Uruguai, além dos “esquemas de fronteira” montados por diversas organizações para atravessar a linha divisória, examinaram-se as ações de colaboração entre o aparato repressivo brasileiro e setores da sociedade uruguaia, assim como as pressões exercidas pela ditadura para que o governo uruguaio monitorasse e restringisse a capacidade de ação e mobilização dos exilados.

No terceiro e último capítulo, focou-se no espaço fronteiro propriamente dito entre o Brasil e o Uruguai, especialmente nas cidades gêmeas de Santana do Livramento e Rivera. Dentre outros aspectos, buscou-se analisar o impacto do golpe de Estado nessa região, assim como a importância do estabelecimento de redes de solidariedade e, inclusive, resistência, que auxiliaram na passagem de inúmeras pessoas, assim como na sua

²⁶ Ibid., p. 18.

permanência na fronteira. Além disso, mapeou-se algumas das políticas de controle e monitoramento da região, por parte de órgãos do aparato repressivo, que culminaram com o processo de intervenção na região por parte do CSN ainda em 1968.

1. FRONTEIRAS TERRITORIAS *VERSUS* “FRONTEIRAS IDEOLÓGICAS”: APONTAMENTOS PARA UMA DISCUSSÃO CONCEITUAL

Com a instauração de ditaduras de Segurança Nacional²⁷ no Cone Sul, as fronteiras territoriais dos países da região ficaram subordinadas à diretriz ideológica dos regimes instaurados ao longo das décadas de 1960 e 1970, qual seja, o anticomunismo. Sendo assim, as fronteiras tornaram-se barreiras para a oposição política e fluídas para a repressão. Para alguns, representava a única alternativa viável de sobrevivência, com o refúgio do outro lado da linha divisória e, para outros, tornou-se alvo de constante vigilância e também porta-de-entrada para monitorar o “inimigo interno” asilado em um país vizinho, assim como o “inimigo interno” alheio, potencial fator de ameaça e perturbação da ordem e da Segurança Nacional.

Como se pode perceber, a região fronteira assume um papel central nesse contexto. Assim, este capítulo versará, primeiramente, sobre questões envolvendo a noção de fronteira, as dinâmicas próprias desse espaço e, por fim, a caracterização histórico-geográfica da fronteira entre o Brasil e o Uruguai e, especificamente, das cidades geminadas de Santana do Livramento-Rivera, foco desta pesquisa. Acredita-se que, dessa forma, é possível ter acesso às particularidades desse espaço, as quais nos ajudam a analisar e compreender um processo singular, a partir do estudo de um local diferenciado. Posteriormente, em contraste com o conceito de fronteiras territoriais, será analisada a noção de “fronteiras ideológicas”, presente na Doutrina de Segurança Nacional. A violação da primeira, por parte de agentes da ditadura civil-militar brasileira, pautou-se, sobretudo, pela mencionada sustentação ideológica. Assim, analisar-se-ão os principais elementos contidos nessa noção, bem como as implicações decorrentes da mesma.

²⁷ Dentre os modelos explicativos que procuraram analisar os regimes ditatoriais instaurados na América Latina, nas décadas de 1960 e 1970, destaca-se aquele que identifica as ditaduras militares como regimes de Segurança Nacional, ressaltando, pois, o papel que a Doutrina de Segurança Nacional, elaborada pelos Estados Unidos – e reformulada em alguns países –, exerceu no subcontinente. Ver: COMBLIN, Pe. Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. Ver também: BORGES, Nilson. *A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (Org.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (Coleção O Brasil Republicano, vol. 4).

1.1. DISCUSSÃO TEÓRICO-CONCEITUAL SOBRE A NOÇÃO DE FRONTEIRA E CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO FRONTEIRIÇA ENTRE O BRASIL E O URUGUAI

Inicialmente, acredita-se ser importante partir de uma análise basilar do que se entende por fronteira. Nesse sentido, são extremamente pertinentes as colocações de Adriana Dorfman e Gladys Rosés, as quais destacaram que “a fronteira é uma característica de qualquer objeto ou fenômeno, cuja existência possua extensão e fim. O fim, ou fronteira, representará também o contato, caso haja um objeto ou fenômeno de igual natureza adjacente ao primeiro.”²⁸ Sendo assim, a noção de fronteira apresenta um caráter, aparentemente, contraditório, mas que lhe é inerente, qual seja, sendo o limite entre objetos ou fenômenos – conforme ressaltaram as autoras –, ela tanto separa, quanto os põe em contato.

Em relação especificamente às fronteiras territoriais, alvo da presente monografia, é importante destacar, ainda que brevemente, que, com o advento do Estado Moderno, passou a existir a necessidade de demarcar o limite territorial do mesmo e de sua correspondente soberania. O estabelecimento de fronteiras, por sua vez, encontra-se no cerne desse processo. Assim, conforme ressaltou Ana Luiza Reckziegel em seu estudo:

A territorialidade de um Estado exige uma correspondente demarcação da sua soberania mediante o estabelecimento de fronteiras.

[...] Na evolução do conceito de *fronteira*, ocupa lugar de destaque a cartografia, sobretudo a partir da Renascença, quando se fez necessário que figurassem nos mapas os limites dos Estados. A partir de então, os compêndios políticos passaram a se ocupar desse problema.²⁹ (grifo do autor)

A criação de fronteiras internacionais tanto distingue esses Estados, a partir do estabelecimento de limites, quanto permite o intercâmbio entre os mesmos nos mais variados âmbitos:

No caso dos estados-nação, a fronteira é chamada fronteira internacional. [...] Fronteira é o espaço onde se entrelaçam as influências dos estados em contato.

²⁸ DORFMAN, Adriana; ROSÉS, Gladys. Regionalismo fronteiriço e o “Acordo para os nacionais fronteiriços brasileiros e uruguaios”. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de (Org.). *Território sem Limites: estudos sobre fronteiras*. Campo Grande: Editora UFMS, 2005. p. 196.

²⁹ RECKZIEGEL, Ana Luiza. A fronteira como marco das conexões políticas inter-regionais. *História Debates e Tendências: Revista do Programa de Pós-Graduação em História*, Passo Fundo, V. 3, n. 2, dez. 2002. p. 28.

Atividades econômicas, sociais e culturais aí se encontram, criando práticas compartilhadas que podem construir uma identidade fronteiriça.
[...] A fronteira distingue os territórios estatais, mas não os torna estanques, na medida em que fluxos de pessoas, objetos e informação cruzam constantemente o limite.³⁰

No que concerne à perspectiva de abordagem propriamente dita da noção de fronteira, são algumas as possibilidades. Nesse sentido, podemos dividi-las ao menos em três categorias, quais sejam, a percepção tradicional, a geopolítica e a integracionista.

1.1.1. A noção de fronteira e as diferentes perspectivas de abordagem: a percepção tradicional, geopolítica e integracionista

Os diferentes olhares e abordagens que focam o espaço fronteiriço são influenciados, em grande medida, pelo local de onde se olha, a fronteira em questão, os objetivos em jogo, os quais, por sua vez, dependem, e muito, do contexto atravessado e suas diversas determinações. Sendo assim, cabe analisar as diferentes percepções da fronteira e suas decorrências diretas sobre esse espaço.

a) A percepção tradicional

De acordo com o viés tradicional, a fronteira é entendida como corte, barreira, limite. Esta percepção está associada à militarização do espaço fronteiriço, o qual se torna, pois, um obstáculo relativo às interações sociais na região. Dessa forma, podem-se elencar algumas motivações nesse sentido:

O motivo mais visível, enquanto justificativa, é o de proteção nacional das eventuais ambições dos Estados vizinhos. Assim, associa-se à ação militarizada da região como forma de inibir o “outro” (visto aqui como estranho, rival ou inimigo), evitar agressões, violação de limites e evitar a penetração de fluxos que sejam considerados sem interesse para o país. Reforçar a força militar na fronteira representa, por si mesmo, um elemento tensionador de conflitos entre as comunidades fronteiriças (o que é, na verdade, o objetivo principal deste tipo de percepção na medida em que afasta cada vez mais os fronteiriços de um dado país em relação aos do outro).³¹

³⁰ DORFMAN; ROSÉS. In: OLIVEIRA, op. cit., p. 196.

³¹ PADRÓS. Fronteiras e Integração Fronteiriça... p. 71-72.

Assim, a descontinuidade é umas das características centrais dessa perspectiva, na medida em que a demarcação rígida do território do Estado, em relação ao outro, é uma de suas diretrizes e objetivos conscientes. Tal percepção, a despeito de não inibir, nem impossibilitar completamente os fluxos sociais na região fronteiriça, inviabiliza, em grande medida, as suas diversas potencialidades.

b) A percepção geopolítica

A percepção geopolítica no tocante à fronteira, por sua vez, se aproxima, em certos aspectos, da citada visão tradicional. Todavia, ela acrescenta àquela visão algumas idéias, tais como o caráter estratégico e a questão da projeção:

A geopolítica vê a fronteira como órgão periférico do Estado que tanto pode ser receptora de influência como pode ser pólo de irradiação projetando-se sobre os países vizinhos. Logo, a fronteira é uma demonstração de força ou de fragilidade de um Estado, seja na função de barreira ou de projeção. Há um confronto permanente entre forças externas e internas, elementos agregadores e desagregadores.

[...] O tripé de funções previstas para a fronteira consiste em proteger, aproximar e projetar, sendo que esta última é incidentalmente a que predomina.³²

A partir da noção de estratégia, o abandono das fronteiras é visto como um grande erro político. Nesse sentido, trata-se de procurar, a partir de algumas barreiras impostas pela natureza, os limites fronteiriços. Contudo, esta ideia encerra uma contradição, qual seja,

[...] após expandir as fronteiras até determinados confins naturais, levadas de colonização transformam a região e volta o problema da necessidade de novos confins naturais. Portanto, a lógica de uma permanente postura de expansão está implícita dentro desta perspectiva. Assim, se a situação fronteiriça reflete a situação do Estado e se este quer impor a sua personalidade internacional num determinado espaço regional, deve revitalizar as fronteiras, reforçá-las, povoá-las e desenvolvê-las com o objetivo de impedir a pressão externa (além-fronteiras) e de criar pontos de penetração sobre o outro território. [...] a fronteira e o fronteiriço viram instrumentos subordinados a um forte poder central que tenta irradiar-se através de projetos de ampliação do seu espaço vital.³³

Sendo assim, sob a ótica geopolítica, inviabilizam-se as iniciativas de integração fronteiriça, já que a noção de fronteira – concepção, aliás, que possui um papel central na elaboração de projetos geopolíticos – está assentada tanto em um fator estratégico de

³² Ibid., p. 72.

³³ Ibid., p. 74.

barreira e contenção das possíveis pretensões do Estado vizinho, quanto de projeção e expansão sobre o mesmo. Esta percepção, então, seria a mais apropriada se considerarmos as lógicas presentes em estudos militares, como os de Golbery do Couto e Silva, por exemplo.

c) A percepção integracionista

A percepção integracionista, por outro lado, privilegia a interação cotidiana vivenciada pelas comunidades fronteiriças, as quais desenvolvem processos de convivência, colaboração e solidariedade, mesmo que não possuam respaldo de ações política e institucionalmente planejadas:

A fronteira integracionista não resulta de uma ação planejada, pois é anterior a isso. O planejamento pode, isto sim, acentuá-la, ordená-la, qualificá-la. [...] As “fronteiras vivas”, aquelas caracterizadas por uma presença demográfica relativamente importante e por uma estrutura social complexa, manifestam uma integração informal que sobrevive às conjunturas políticas de fechamento e de corte. A história comum, os laços fraternais e de parentesco, as atividades econômicas. Diversos são os elementos que alimentam tal convivência.³⁴

Percebe-se, portanto, que esta concepção prioriza na sua análise os atores fronteiriços, agentes da criação de uma região diferenciada em relação às demais do país e para os quais “as noções de espaço e nacionalidade muitas vezes são tão abstratas quanto a idéia da existência de uma linha demarcatória que o separa ‘do outro país’.”³⁵

Para finalizar, é importante ressaltar que, nesta pesquisa, se optou pela perspectiva integracionista, a partir do entendimento de que esta é a forma mais apropriada para a análise da realidade estudada, uma vez que as cidades geminadas em questão são marcadas por interações nas mais variadas esferas de convívio social – conforme discutir-se-á posteriormente. Não obstante, no tocante aos olhares e pretensões de militares brasileiros em relação à mesma fronteira, no período analisado, destaca-se, segundo já mencionado, a percepção geopolítica desse espaço, já que ele é visto como ponto privilegiado de projeção sobre os demais países da região e, em especial, sobre o Uruguai.

1.1.2. Dinâmica e cotidiano fronteiriço

³⁴ Ibid., p. 76.

³⁵ Ibid., p. 76.

Em relação ao cotidiano de uma cidade de fronteira, é importante levar em consideração que nem todas as interações que conformam as dinâmicas locais possuem respaldo institucional. Trata-se, muitas vezes, de práticas originárias de demandas que não são, por exemplo, legitimadas juridicamente. Nesse sentido, cabe destacar, conforme analisou Tito Carlos Machado de Oliveira, que

Na região de fronteira há complementaridades de toda ordem [...], o que as transforma em subsistemas abertos pouco condicionados às amarras das burocracias estatais. As coisas, os fatos, os atos – enfim a vida – que ocorre ali, é movida por necessidade e/ou vontades que fogem dos grilhões do escopo legal.³⁶

Assim, a linha divisória, responsável por distinguir a territorialidade do Estado em relação à do outro, não é análoga ao limite traçado pelo fluxo social, cuja imbricação penetra em ambos territórios e cuja demarcação é de difícil precisão. Dito de outra forma: “[...] há um *limite projetado* pelo conjunto das forças sociais com o fito de sobrepor o *limite adotado* pelo Estado.”³⁷ Esta intersecção se manifesta em diversos âmbitos, inclusive na esfera legal:

Enquanto as leis no Estado-Nação funcionam de forma horizontal onde todos, sem distinção, estão sob sua égide e suas imposições, na fronteira, existe um escopo legal dividido em *duas* partes. Dista muito de ser um espaço isonômico. São duas legislações que se impõem (ou se contrapõem): de forma *horizontal* para um lado e *vertical* para o outro, e vice-versa.³⁸ (grifo do autor)

Conforme destacou Oliveira, em relação às diversas realidades imbricadas nesse espaço: “Este ambiente plural transformou as fronteiras em territórios singulares. São singulares em relação ao território-nação e singulares entre si – cada fronteira é *uma* fronteira.”³⁹ Dessa forma, torna-se importante analisar cada fronteira como um espaço único. Sendo assim, é mister examinar as características que a tornam *sui generis* em relação tanto às outras regiões do país, quanto em comparação com as demais fronteiras territoriais. É o que se pretende fazer a seguir.

1.1.3. Caracterização e histórico de formação da fronteira Brasil-Uruguaí

³⁶ OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. Tipologia das relações fronteiriças: elementos para o debate teórico-práticos. In: _____ (Org.), op. cit., p. 377.

³⁷ Ibid., p. 378. (grifo do autor)

³⁸ Ibid., p. 379.

³⁹ Ibid., p. 380. (grifo do autor)

A partir dos aspectos expostos, acredita-se ser necessário realizar um breve apanhado histórico do surgimento da fronteira entre o Brasil e o Uruguai, a despeito de não pretender ser esta uma análise exaustiva, já que estaria além dos propósitos da presente monografia. Reconhece-se, portanto, a historicidade das fronteiras políticas “como contingentes, sujetos al tiempo y a la acción humana”⁴⁰, lembrando ainda que as fronteiras nem sempre estiveram onde estão, sendo o produto de diversas disputas e interesses entre os Estados em questão.

Nesse sentido, para um melhor entendimento das relações características que se estabeleceram, a partir da fronteira, entre os dois países, torna-se necessário recuar no tempo. Assim, percebe-se que, desde o início do processo de ocupação desse território, constituiu-se um importante vínculo. Segundo ressaltou Reckziegel em seu estudo: “Ao abordarmos, de uma perspectiva histórica, as relações que se estabeleceram entre as porções meridionais das metrópoles portuguesa e espanhola desde o início do processo de ocupação, evidencia-se um vínculo significativo entre ambos os territórios.”⁴¹

O estabelecimento desses laços se deu em variados âmbitos e em diferentes graus, desde o começo, ainda que essa relação nem sempre fosse pacífica:

As condições peculiares que se estabeleceram durante o processo de formação da sociedade sulina facilitaram o intercâmbio regional, tanto no que diz respeito às transações comerciais como no que se refere à formação de uma cultura que mesclou elementos do lado português e do lado espanhol no transcorrer dos séculos XVII e XVIII. Essa aproximação, no entanto, não significou ausência de conflito.⁴²

Esta região, alvo de inúmeros conflitos, principalmente ao longo do século XIX, foi marcada por uma integração tardia aos demais territórios ocupados pelos impérios ibéricos. Conforme destacou Suzana Bleil de Souza:

A região platina, da mesma forma que o atual Estado do Rio Grande do Sul, tiveram uma característica comum na sua fase de ocupação e organização espacial: ambos foram de tardia integração aos territórios ocupados pelas Coroas

⁴⁰ GRIMSON, Alejandro (Comp.). *Fronteras, naciones e identidades*. Buenos Aires: Ciccus-La Crujía, 2000. apud SÁNCHEZ, Andrea Quadrelli. *A fronteira inevitável*. Um estudo sobre as cidades de fronteira de Rivera (Uruguai) e Santana do Livramento (Brasil) a partir de uma perspectiva antropológica. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFRGS, Porto Alegre, 2002. p. 39.

⁴¹ RECKZIEGEL, op. cit., p. 27.

⁴² *Ibid.*, p. 27.

espanhola e portuguesa. Durante o período colonial, a fronteira, fracamente povoada e fortemente militarizada, foi região de contenda entre as duas coroas.⁴³

E acrescenta: “o povoamento desta área fronteira, tanto por parte dos portugueses, quanto dos espanhóis, fora feito com base no estabelecimento de povoações com finalidade defensiva e de reivindicação territorial.”⁴⁴

No início, as tentativas de demarcação e estabelecimento de limites eram extremamente frágeis e tênues, o que fazia com que a linha fosse demasiadamente fluída, ora favorecendo o lado espanhol, ora o português:

A fronteira em constante movimento [...] colocou espanhóis e portugueses em permanente disputa por seus domínios e acarretou uma série de tentativas de fixar os limites a partir dos tratados do século XVIII e início do XIX, nos quais cada lado tratava de afastar a linha a seu favor.⁴⁵

Dessa forma, o mapa político do sul do continente, a despeito das inúmeras tentativas de demarcar o território, no decorrer do século XIX, não havia adquirido seus contornos definitivos.

Ainda que os conflitos fossem a tônica da região, este espaço, desde muito cedo, foi marcado por relações de troca que forjavam uma história com elementos em comum. Dito de outra forma, “embora fosse um espaço de disputa entre as duas metrópoles ibéricas, o que tornava a região fortemente militarizada e pressionada pelas injunções fiscais, ela era, também, um espaço onde se estabeleciam relações sociais.”⁴⁶ Nesse sentido, constitui-se, com o passar dos anos, uma situação de cooperação, chave para o entendimento das relações traçadas entre os agentes fronteiriços desde então. Segundo Enrique Padrós, “Historicamente as fronteiras platinas apresentaram possibilidades diversas de interação entre as populações nacionais da região; das situações de tensão e conflito se construiu, com o tempo, uma situação de cooperação, convivência amistosa e solidária.”⁴⁷

⁴³ SOUZA, Suzana Bleil de. Identidade e Nacionalismo no Processo de Integração da Fronteira Uruguia no Final do Século XIX. *Humanas: Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS*, Porto Alegre, v. 18, n. 1/2, jan./dez. 1995. p. 154.

⁴⁴ *Ibid.*, p. 157.

⁴⁵ RECKZIEGEL, op. cit., p. 28.

⁴⁶ SOUZA, op. cit., p. 155.

⁴⁷ PADRÓS. *Fronteira e Integração Fronteira...* p. 64.

Constituiu-se, assim, uma região comum ou “binacional”, onde os vínculos existentes – conforme mencionado anteriormente – se sobrepunham, muitas vezes, às limitações jurídicas, a despeito de existir uma divisão artificial e arbitrariamente traçada:

Em termos da fronteira rio-grandense-uruguaia, é visível a existência de um espaço compartilhado, o qual não raramente foi responsável pela desconsideração das delimitações jurídicas impostas.

[...] A zona de fronteira rio-grandense-uruguaia passou a ser não apenas uma extensão dos limites, mas, sim, uma área de interação, interdependência e complementaridade.⁴⁸

Conforme já referido, esses laços perpassavam as mais variadas esferas da sociedade. Sendo assim, essa região era impactada pelos fatos ocorridos em ambos os lados da linha demarcatória. Segundo destacou Reckziegel, “[...] os acontecimentos políticos daqui repercutiam lá e vice-versa. Isto é, na esfera política igualmente se manifestou a interação inter-regional já anteriormente percebida nas imbricações socioeconômicas e culturais antecedentes.”⁴⁹ E acrescenta:

Nenhum estudo sobre o território platino pode ser considerado válido, do ponto de vista histórico, se não levar em conta o fato de que, naqueles tempos, a região se constituía num todo, numa unidade político-geográfica na qual os limites convencionados não isolavam, na prática, as populações. Em ambos os países, os homens tinham amigos e inimigos, aliados e adversários, e tais influências não se continham dentro das linhas legais, ou seja, ultrapassavam as fronteiras. [...] sempre que uma revolução, uma revolta, um levante ocorria, alongavam-se os olhos para a banda da fronteira, onde os grupos tinham certeza de encontrar auxílio e apoio sempre que disso precisassem.⁵⁰

Esta forte atração exercida pela região fronteira, e o decorrente trânsito bilateral, era fonte de preocupação para as autoridades constituídas, especialmente em conjunturas de conturbação política, quando a fronteira acabava atraindo os grupos sublevados. Este recurso foi historicamente utilizado em diferentes contextos, sendo válido também em relação ao período abarcado pelo presente trabalho, ou seja, os anos que se seguiram ao golpe de Estado de março de 1964 no Brasil. Nesse sentido, torna-se necessário analisar os apontamentos feitos por Dorfman e Rosés:

Ao longo do século XX, foi prática comum na política do Cone Sul a brusca mudança na ordem do poder, com a substituição dos líderes e a perseguição dos derrotados. Como consequência, sucederam-se os exílios, tendo como destino

⁴⁸ RECKZIEGEL, op. cit., p. 29.

⁴⁹ Ibid., p. 30.

⁵⁰ Ibid., p. 31.

freqüente a área fronteiriça do país vizinho, lugar de asilo e proteção sem distanciamento, facilitado pela familiaridade cultural e proximidade geográfica, e possibilitando a continuidade das lutas. Esse foi o caso de Getúlio Vargas, João Goulart e Leonel Brizola, entre muitos outros. Da mesma forma, a repressão política durante o período ditatorial no Cone Sul desconsiderou os limites nacionais e criou a região de ação do Plano Condor.⁵¹

A título de conclusão, pode-se dizer que a região fronteiriça onde se desenvolveu a relação entre o Brasil e o Uruguai foi marcada por um duplo caráter, qual seja, a dimensão inter-regional e a internacional:

O cunho de inter-regionalidade está dado na medida em que nessa zona se estabeleceu uma área comum, uma região compartilhada, um verdadeiro espaço de trocas interfronteiriças, sob os mais diversos aspectos, no que diz respeito seja às questões de comércio, seja às uniões familiares ou às cooptações políticas. Por outro lado, foi possível a essa região exercer também um papel de protagonista no nível das relações internacionais, pois sobrepunha-se a esta área compartilhada o fenômeno das fronteiras estatais e, enquanto existam Estados soberanos, a separação político-jurídica do espaço será a responsável por criar o fato *internacional*.⁵² (grifo do autor)

A partir dos aspectos supracitados, é possível constatar que a fronteira do Brasil com o Uruguai é marcada por algumas especificidades, das quais decorrem outras dinâmicas, em relação às demais fronteiras do país:

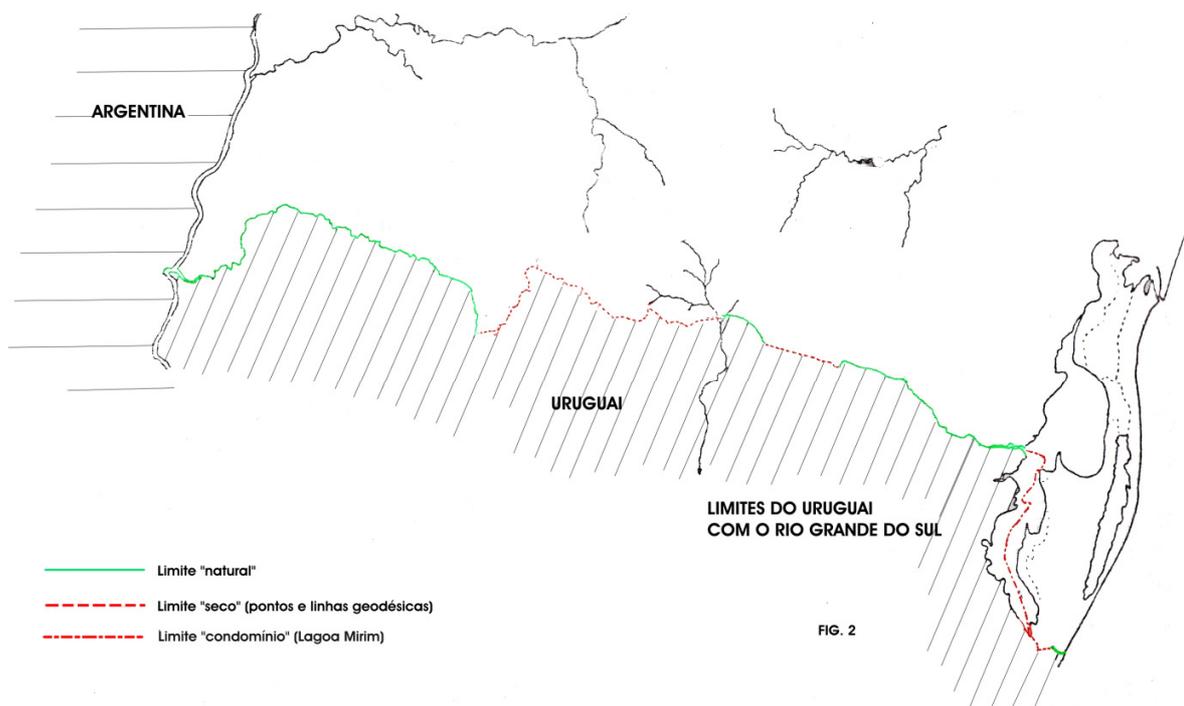
Poucas fronteiras do continente afastam-se dessa caracterização genérica de escassez histórica de contato. Neste caso inclui-se a fronteira meridional, entre o Brasil e o Uruguai, onde em seis pontos ocorrem contatos, pela presença de núcleos urbanos próximos, três deles contíguos (Sant'Ana do Livramento-Rivera; Aceguá-Acegua; Chui-Chuy). Essa fronteira do País tem sido identificada como "fronteira viva" pelo caráter de sua ocupação e pelas relações históricas de intercâmbio que se tornaram possíveis devido à ausência de obstáculos físicos e à presença desses núcleos urbanos que têm continuidade no exterior.⁵³

O mapa que se segue permite visualizar a linha de fronteira entre o Uruguai e o Brasil, apontando as características do limite internacional em cada região.

⁵¹ DORFMAN; ROSÉS. In: OLIVEIRA, op. cit., p. 206.

⁵² RECKZIEGEL, op. cit., p. 45-46.

⁵³ SCHÄFFER, Neiva Otero. *Urbanização na fronteira: a expansão de Sant'Ana do Livramento/RS*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1993. p. 13.



Mapa 1: Limites do Uruguai com o Rio Grande do Sul. Fonte: adaptado de NEVES, Gervasio Rodrigo. *Fronteira Gaúcha (Fronteira do Brasil com o Uruguai)*. Dissertação (Livre-docência) – PPGGEO, UFRGS, Porto Alegre, 1976. p. 10.

Conforme se pode perceber, são poucos os limites “secos” entre os dois países, uma vez que a maior parte é constituída por limites “naturais”. Ainda assim, estes não se constituíram em obstáculos para a interação social, como é possível notar em outras fronteiras do país, marcadas pela escassez de contato, segundo destacou Schäffer.

Nesse sentido, conforme ressaltado anteriormente, é necessário examinar cada fronteira enquanto uma fronteira singular. Observa-se, portanto, que o espaço onde se desenvolveram as relações rio-grandenses-uruguayas é marcado por um histórico de trocas e intercâmbio que o diferencia de outras regiões fronteiriças, cuja falta de contato sobressai-se. As considerações aqui pontuadas, ainda que incipientemente, são fundamentais para entender as dinâmicas características dessa fronteira e que são de suma importância para a análise do período estudado, conforme notar-se-á adiante.

1.1.3.1. O surgimento da fronteira Santana do Livramento-Rivera e a integração em “cidades gêmeas”

O Rio Grande do Sul possui uma linha divisória com os países do Prata de aproximadamente 1700 Km de extensão, dos quais 1003 Km fazem divisa com o Uruguai.⁵⁴ Ao longo do limite, estabeleceram-se povoações orientais que, juntamente com suas contrapartes brasileiras, formaram pares de centros urbanos:

Com diferentes contingentes demográficos e vários níveis de interação (fronteira seca ou fluvial, diferentes atividades econômicas no entrono, variável grau de atração para migrantes, processos históricos), cada par de cidades demanda uma investigação específica, ao mesmo tempo em que apresentam elementos comuns. [...] De uma função estratégia de obstáculo ao avanço, tornam-se áreas privilegiadas de contato e entrelaçamento político.⁵⁵

As cidades de Santana do Livramento e Rivera são consideradas gêmeas ou geminadas, as quais, segundo Camilo Carneiro Filho,

são núcleos urbanos localizados de um lado e de outro do limite internacional, cuja interdependência é, muitas vezes, maior do que de cada cidade com sua região ou com o próprio território nacional, [...] formando uma conurbação ou ocupando posições simétricas à linha divisória. Elas têm forte potencial de atuar como nódulos articuladores de redes locais, regionais, nacionais e transnacionais.⁵⁶

Alguns autores utilizam também a expressão análoga “par de cidades” para se referir a este tipo de fronteira. Conforme a conceituação proposta por Schäffer,

A aproximação da fronteira explica a presença de ‘pares de cidades’, isto é, núcleos urbanos que têm continuidade na planta urbana do país vizinho, através de ‘fronteira seca’ como Sant’Ana do Livramento e Rivera, ou pela presença de uma ponte, como Quarai e Artigas. Essas cidades apresentam peculiaridades decorrentes das suas posições geográficas e que se expõem na funcionalidade e na estruturação interna das mesmas.⁵⁷

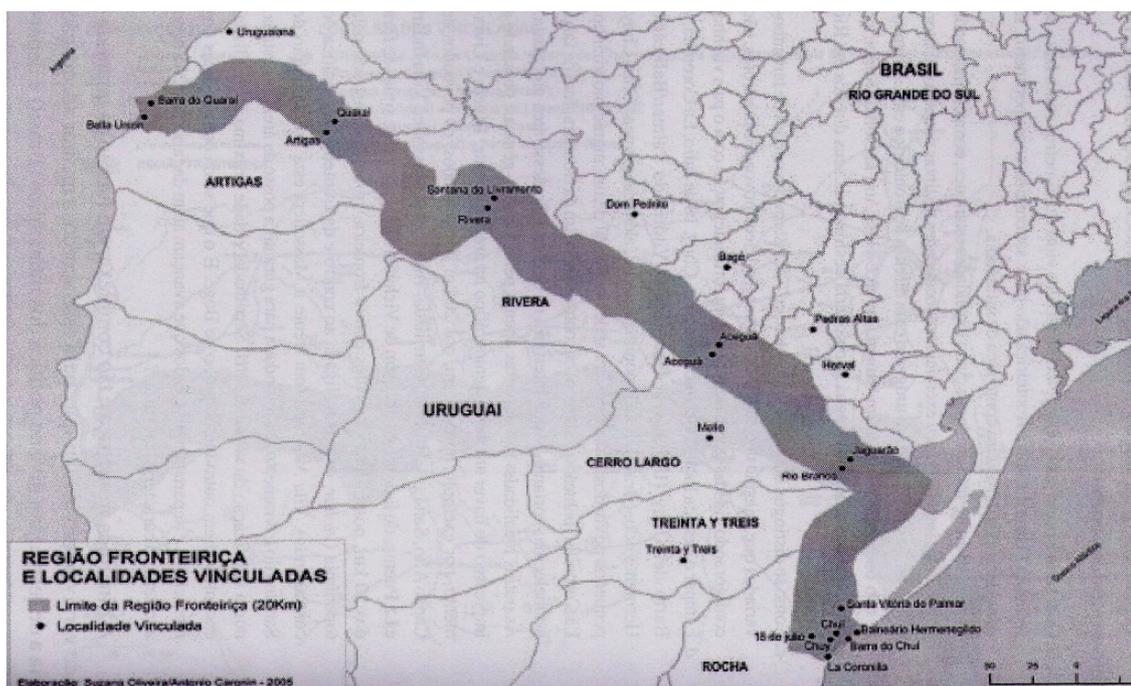
O mapa que se segue permite visualizar a presença desses núcleos na região fronteira entre o Brasil e o Uruguai.

⁵⁴ SCHÄFFER, Neiva Otero. A especificidade funcional da urbanização na fronteira meridional do Estado. *História Debates e Tendências: Revista do PPGH*, Passo Fundo, V. 3, n. 2, dez. 2002. p. 136.

⁵⁵ DORFMAN; ROSÉS. In: OLIVEIRA, op. cit., p. 201.

⁵⁶ CARNEIRO FILHO, Camilo. *Interações espaciais e “cidades gêmeas” na fronteira Brasil-Argentina*: São Borja/Santo Tomé – Itaqui/Alvear. Dissertação (Mestrado em Geografia) – PPG, UFRJ, Rio de Janeiro, 2008. p. 13.

⁵⁷ SCHÄFFER. *Urbanização na fronteira...* p. 20.



Mapa 2: Região fronteira e localidades vinculadas. Fonte: DORFMAN; ROSÉS, op. cit., p. 212.

Não obstante, é importante ressaltar que as cidades de Rivera (República Oriental do Uruguai) e Santana do Livramento (República Federativa do Brasil) possuem diferentes papéis e pesos para os países em questão:

Reconhecidas como um conjunto urbano significativo [...] possuem, entretanto, diferente importância para os respectivos estados nacionais, uma vez que Rivera é uma capital departamental (unidade política que situa-se imediatamente abaixo do estado-nação), enquanto Livramento é sede de município (havendo ainda a escala da unidade da federação, o estado do Rio Grande do Sul, subordinado ao estado nacional).⁵⁸

Conforme mencionado anteriormente, em relação às características desse espaço fronteiro entre o Brasil e o Uruguai, torna-se necessário também recuar no tempo no sentido de compreender as origens dos laços existentes entre as comunidades de Livramento e Rivera, artificialmente separadas pela linha divisória internacional. Nesse sentido, é relevante traçar um breve histórico do surgimento de ambas as cidades.

A posse de terras na localidade onde hoje se situa o município de Santana do Livramento, por parte do Império lusitano, data do primeiro quartel do século XIX e se

⁵⁸ DORFMAN; ROSÉS. In: OLIVEIRA, op. cit., p. 201.

insere no ciclo de fundações de povoações fronteiriças, o qual objetivava garantir a soberania lusa sobre essa região limítrofe, caracterizada por um constante litígio. Conforme ressaltou Nadir Mendonça: “Para assegurar a posse das terras fronteiriças, a partir de 1801 foram distribuídas a largas, sesmarias nesta área. Em Livramento, a distribuição das primeiras sesmarias datam da primeira década do século XIX.”⁵⁹ Contudo, nos anos subsequentes às primeiras concessões de terras, esta região estava praticamente deserta. Apenas quando o distrito de Entrerios – nome que tinha até então a localidade de Alegrete, e ao qual Santana do Livramento permaneceu subordinada até o ano de 1857 – estava quase todo distribuído por concessões de sesmarias, é que parte da população afluíu para o que mais tarde ficaria conhecido como Livramento. Localizamos, pois, os indícios de seu surgimento nos acampamentos militares decorrentes do deslocamento dessas forças responsáveis por guarnecer a região fronteiriça:

Como as marchas eram dificultosas pela ausência de meios de transportes, muitos oficiais se faziam acompanhar de suas famílias. Estas forças acampadas, guarnecendo a fronteira, foram as responsáveis pelas primeiras edificações em Sant’Ana do Livramento, embora tenham sido construções muito deficientes, pelo seu caráter não definitivo. Tratava-se de um acampamento para uma população em contínua marcha. Temos um início de uma povoação com mais regularidade e segurança a partir de 1818.⁶⁰

Em outras palavras: “Ao mesmo tempo em que esta faixa fronteiriça era exposta aos combates, eram distribuídas sesmarias; desta forma, à medida que a vitória pelas armas conquistava o território, a carta de sesmaria possibilitava a consolidação da conquista.”⁶¹ É importante ressaltar, todavia, as motivações econômicas dos estancieiros por trás do interesse de garantir a posse dessas terras.

Podemos caracterizar a fronteira, nesse momento, como uma fronteira esboçada, na medida em que ainda não há definição precisa nos contornos da região, nem órgãos de controle.

Ainda no início de 1857, Livramento desmembra-se de Alegrete e é elevada a categoria de vila, fato que atestava a existência de um núcleo de população bem desenvolvido:

⁵⁹ MENDONÇA, Nadir Domingues. *O impacto da fronteira sobre a vida de uma comunidade* (Rivera-Livramento). Dissertação (Mestrado em História da Cultura) – Programa de Pós-Graduação em História da Cultura, PUCRS, Porto Alegre, 1980. p. 38.

⁶⁰ *Ibid.*, p. 43.

⁶¹ *Ibid.*, p. 44.

A 10 de fevereiro de 1857, Sant'Ana do Livramento, desmembrou-se do município de Alegrete e foi elevada à categoria de vila. Ainda neste ano, em setembro e outubro foram celebrados ajustes necessários para livrar Sant'Ana do Livramento dos inconvenientes e danos resultantes de pertencer o terreno dos limites urbanos a dois territórios de países diferentes. Com este fim, o Estado Oriental do Uruguai faria concessão de uma pequena faixa de seu território para edificação da cidade nascente, e o Governo Imperial brasileiro, em troca concederia uma superfície de terreno igual em valor e extensão em outro qualquer ponto da fronteira.⁶²

O crescimento atravessado por Livramento, ainda em meados do século XIX, somado à expansão brasileira sobre as terras da Banda Oriental, era fonte de preocupação para as autoridades uruguaias. É nesse contexto que podemos entender a fundação de localidades próximas à fronteira com o Brasil:

O fato que mais atesta o assustador desenvolvimento de Santana é a preocupação do governo oriental em conter esse crescimento, criando nas cercanias da vila, um ponto de referência fronteiriço como marco da soberania uruguiaia. [...] A preocupação do governo oriental não é só deter o crescimento de Santana, o problema sob o ângulo uruguiaio, é bem mais profundo, trata-se de uma questão ligada à sua própria soberania e a deter a ocupação brasileira.⁶³

Nesse sentido, em relação à fundação de Rivera, é importante inseri-la no projeto de colonização das fronteiras, proposto em 1861 por autoridades uruguaias, tendo em vista a penetração dos rio-grandenses na área oriental, estimulada, em grande parte, pela queda do preço das terras no país vizinho. Um número considerável de proprietários uruguaios, arruinados no contexto da Guerra Grande, desencadeada em 1842, foi obrigado a vender suas estâncias por uma terça parte do seu valor. Dessa forma, cerca de 30% do território uruguiaio foi ocupado por fazendeiros gaúchos. Nessa conjuntura, em 1863, ocorreu a fundação de Rivera, a qual acabou estreitando os laços já existentes:

Simultaneamente às medidas adotadas para a colonização oficial das terras públicas junto à fronteira do Rio Grande do Sul pelo governo de Montevideú, ocorreu, em 1863, a fundação de Rivera, povoado uruguiaio localizado em frente a Santana do Livramento. Essa fronteira política deveria, em tese, conter a expansão socioeconômica que se deslocava rumo ao sul, porém Rivera desenvolveu-se como um ativo foco de comércio e contrabando, oferecendo artigos 50% mais baratos do que os vendidos em Livramento e abastecendo outras localidades vizinhas, como Dom Pedrito, Alegrete e Bagé. O que se constatava na prática era um processo de interação entre rio-grandenses e orientais cada vez mais significativo, no qual o espaço-fronteira foi decisivo para estreitar vinculações já existentes, quer fosse por interesses econômicos,

⁶² Ibid., p. 58.

⁶³ Ibid., p. 60.

quer por laços familiares ou características culturais. Assim, nesse espaço compartilhado seguiam também os intercâmbios políticos.⁶⁴

A cidade de Rivera nasce como Villa Ceballos. Apesar de fundada como tentativa de conter o mencionado avanço brasileiro sobre as terras orientais, os primeiros censos demográficos (1867, 1895) apontavam a existência de uma maioria brasileira.⁶⁵

Dentre os primeiros povoadores de Rivera, destaca-se um grande número de brasileiros, assim como muitos uruguaios, proprietários de terra em Rivera, residiam em Livramento. Esta constatação é elucidativa na medida em que ilustra o entrelaçamento social existente desde o início entre essa comunidade. Assim,

São fatos que demonstram desde o início a integração dos moradores de ambas as localidades embora as autoridades governamentais estejam preocupadas e com temores de conflitos na linha da fronteira. De fato, eles ocorreram, mas muito menos motivados pelos moradores de Rivera e Livramento do que pelas guerras civis das duas nações e por causas acionadas do centro.⁶⁶

Em suma, o que se pretendeu, ao se realizar estas breves considerações sobre o surgimento da fronteira foco desta pesquisa, não foi traçar exaustivamente um histórico do desenvolvimento de ambas as cidades – o que, aliás, extrapolaria os limites do presente trabalho –, mas, sim, analisar elementos que contribuam no entendimento de razões que concorreram para a formação de uma comunidade fronteiriça integrada. Nesse sentido, acredita-se que a chave deste processo encontra-se no delineamento de uma história que se fez comum desde o princípio. Tal processo de integração leva, inclusive, alguns autores a afirmarem a ausência de limites entre os fronteiriços:

[...] o limite político das cidades de Rivera e Santana apresenta particularidades distintivas. Algumas das características principais das fronteiras políticas internacionais estariam, neste caso, ausentes; o limite político internacional entre as cidades não tem uma substância física real, o que tem levado a se afirmar a ausência de limites ou de fronteira entre ambas populações.⁶⁷

Não obstante, acredita-se ser arriscado concordar taxativamente com essa afirmação, tendo em vista que somente esta questão renderia outra pesquisa extensiva no intuito de respondê-la, algo que escapa às pretensões desta monografia. Contudo, a

⁶⁴ RECKZIEGEL, op. cit., p. 32-33.

⁶⁵ DORFMAN; ROSÉS. In: OLIVEIRA, op. cit., p. 203.

⁶⁶ MENDONÇA, op. cit., p. 66.

⁶⁷ SÁNCHEZ, op. cit., p. 26.

existência de apontamentos nesse sentido, nos ajuda, no mínimo, a pensar nas singularidades desse espaço.

1.2. A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL E A NOÇÃO DE “FRONTEIRAS IDEOLÓGICAS”

Depois de termos realizado uma breve análise e traçado um panorama das características e dinâmicas do espaço fronteiriço entre o Brasil e o Uruguai, cabe destacarmos uma diretriz difundida entre os militares do período estudado e que, em certo sentido, se opõe às fronteiras territoriais, qual seja, a noção de “fronteiras ideológicas”. Inicialmente, acreditamos que esta precisa ser historicizada, a partir da análise do momento histórico em questão. Dessa forma, o advento do golpe de Estado no Brasil, em março de 1964, e a decorrente instauração de uma ditadura de Segurança Nacional – a primeira de muitas que se alastrariam pelo Cone Sul – precisa ser analisado a partir das dinâmicas internas do país, mas também em relação ao contexto internacional e, especificamente, latino-americano.

Nesse sentido, a Revolução Cubana de 1959 foi um processo de singular importância para o destino dos países da América Latina nas décadas subsequentes, bem como para a estratégia adotada pelo imperialismo estadunidense em relação ao subcontinente. A vitória cubana representava uma derrota do imperialismo norte-americano em seu próprio território de influência, criando um novo paradigma para a região: por um lado, figurou como um exemplo para a luta de outros países; e, por outro, difundiu a necessidade de conter estas possíveis explosões revolucionárias. Os Estados Unidos, por sua vez, não permaneceram indiferentes a esses acontecimentos, pois vivendo sob a égide da bipolaridade, defrontaram-se subitamente com o que entenderam ser uma base do inimigo em pleno “quintal”, e as medidas tomadas foram cada vez mais drásticas. Assim, os governos latino-americanos tornaram-se ditatoriais com o passar dos anos, capacitando-se, com auxílio estadunidense, para o enfrentamento da mencionada ameaça.

Foram desenvolvidas duas estratégias fundamentais que pautaram a relação dos Estados Unidos com o subcontinente: de um lado, a “Aliança para o Progresso” – que previa investimentos nos países latino-americanos, oferecendo alternativas que evitassem a

opção pela luta revolucionária, como ocorrera em Cuba – e, de outro, paralelamente, desenvolveu-se a versão moderna do *big stick*. Conforme assinalou Cesar Guazzelli:

[...] com o mundo dividido por áreas de influência [...], a liderança do bloco ocidental tratava de organizar sistemas de defesa mútua para proteção dos governos aliados, dando uma conotação ideológica para situações de dependência econômica. Eventuais reações aos problemas decorrentes do capitalismo dependente eram consideradas como sinais do avanço comunista, cabendo medidas de repressão pelos signatários de tratados com os Estados Unidos.⁶⁸

Formularam-se doutrinas de contra-insurgência para combater o “inimigo infiltrado” que pairava, prolongando para o subcontinente diretrizes desenvolvidas nos Estados Unidos a respeito da sua própria “segurança nacional”. Assim, paulatinamente, foram-se tecendo os laços de dependência entre os militares latino-americanos e o Pentágono:

[...] ao longo da década de 1950, começaram a se constituir os elementos concretos que possibilitariam a disseminação da Doutrina de Segurança Nacional, elaborada pelo Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos e difundida através das escolas militares, para a América Latina. As ditaduras que se estabeleceram no Cone Sul tiveram como sustentação ideológica os preceitos dessa doutrina.⁶⁹

Desse modo, a política externa norte-americana, que historicamente se caracterizou pela interferência nos assuntos internos dos países da região, adotou a contra-insurreição como estratégia primordial – traço que pautou as relações com a América Latina –, disseminando-a através das escolas de guerra, a partir fundamentalmente do mencionado êxito que teve o processo revolucionário cubano. A partir de 1959, então, os gastos dos Estados Unidos com o subcontinente aumentaram progressivamente – principalmente em comparação com o que tinha sido investido no continente europeu no contexto imediatamente pós-Segunda Guerra Mundial. Assim,

Foi a partir da Revolução Cubana que os norte-americanos montaram a sua estratégia de luta antiguerrilheira – a contra-insurreição –, apropriando-se da experiência da guerra revolucionária das lutas de libertação nacional dos impérios coloniais ingleses e, principalmente, franceses.⁷⁰

⁶⁸ GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *História Contemporânea da América Latina: 1960-1990*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1993. p. 26.

⁶⁹ FERNANDES, op. cit. p. 38.

⁷⁰ *Ibid.*, p. 40.

A Doutrina de Segurança Nacional, elaborada pelos Estados Unidos em um contexto de Guerra Fria, desempenhou um papel crucial na América Latina nas décadas de 1960 e 1970, com a proliferação de intervenções, diretas ou não, no subcontinente, com vistas a desestabilizar a região e a estancar processos que representassem alguma forma de contestação aos interesses daquele país. Desse modo, os norte-americanos, juntamente com os seus aliados locais, foram responsáveis pela instauração de ditaduras civil-militares no Cone Sul, baseadas nos golpes contra-insurgentes:

A DSN formulou um “estado de guerra permanente” contra o “inimigo interno”, que se estendia desde os opositores abertos do regime, como as organizações armadas, até qualquer pessoa que questionasse o sistema, todos identificados com o comunismo, conceito que se tornou extremamente flexível na utilização pela DSN.⁷¹

A origem embrionária da Doutrina de Segurança Nacional para o subcontinente pode ser localizada em 1954, quando, na X Conferência Interamericana, os Estados Unidos conseguiram uma condenação por parte da Organização dos Estados Americanos (OEA) à intervenção do “comunismo internacional na América Latina”, em um recado claramente dirigido à Guatemala, tendo em vista o processo de implementação de reformas progressistas pelo qual aquele país estava passando.⁷²

1.2.1. A reelaboração da Doutrina de Segurança Nacional no Brasil

A Doutrina de Segurança Nacional, no Brasil, foi reelaborada pela Escola Superior de Guerra, que teve como um de seus expoentes o general Golbery do Couto e Silva. Segundo Golbery, o Brasil estaria posicionado ao lado do Ocidente, que se encontrava seriamente ameaçado pelo bloco soviético:

[...] dúvidas não poderá haver de que o Ocidente se acha ameaçado e ameaçado seriamente – não só na dilatada orla de contacto com o mundo comuno-soviético, mas nos seus próprios bastiões de defesa da Europa e da América do Norte, nas duas alas extremas da Austrália e da África e, até mesmo, na sua zona de retaguarda do continente americano do sul.⁷³

⁷¹ Ibid., p. 18-19.

⁷² Ibid., p. 38.

⁷³ SILVA, Golbery do Couto e. *Conjuntura política nacional & Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981. p. 230.

Tendo em vista esta grave ameaça, seria necessário que o Ocidente seguisse uma estratégia, onde cada um dos Estados agisse de acordo com a sua capacidade e com o seu potencial. E, nessa tarefa, o Brasil possuía um papel de destaque:

Ora, o Brasil, pelo prestígio que já goza no continente e no mundo, pelas suas variadas riquezas naturais, pelo seu elevado potencial humano e, além disso, pela sua inigualável posição geopolítica ao largo do Atlântico Sul, ocupa situação de importância singular quanto à satisfação de todas essas imperiosas necessidades da defesa do Ocidente.⁷⁴

Golbery, além de acrescentar àquela doutrina o projeto geopolítico expansionista, deu maior ênfase ao conceito de guerra revolucionária. Nesse sentido, já que, supostamente, a União Soviética possuía predileção pela mencionada modalidade de guerra como forma de controlar os países do Terceiro Mundo, aquela idéia deveria ter papel de destaque na variante nacional da doutrina.

Na concepção de guerra revolucionária, a guerra ideológica substituiu a guerra convencional entre Estados delimitados por fronteiras nacionais. Desse modo, o conceito de soberania passou a ser reformulado, pois não se basearia mais em limites e fronteiras geográficas, mas, sim, no caráter político e ideológico dos regimes. Os governos de segurança nacional da América Latina poderiam ajudar-se entre si, caso algum deles estivesse sendo ameaçado por movimentos de orientação comunista.⁷⁵

Difundi-se, então, a noção de “fronteiras ideológicas”, que teve diversas implicações, conforme analisar-se-á a seguir.

1.2.2. A noção de “fronteiras ideológicas” enquanto suporte para ação extraterritorial da ditadura civil-militar brasileira

O conceito de “fronteiras ideológicas” permitiu a atuação dos agentes das ditaduras civil-militares para além dos limites políticos e territoriais de seus países. A despeito desse conceito não se restringir a sua utilização pelas ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul, a apropriação do mesmo pautou o pensamento dos militares golpistas do subcontinente nesse contexto⁷⁶:

⁷⁴ Ibid., p. 246.

⁷⁵ FERNANDES, op. cit., p. 19-20.

⁷⁶ Segundo Caroline Bauer, as origens da utilização desse conceito pelos militares latino-americanos devem ser buscadas nas teorias geopolíticas e de guerra que formaram os mesmos, basicamente através dos ensinamentos e treinamentos conferidos pelas forças armadas alemã, francesa e estadunidense. Cf. BAUER,

A partir do conflito ideológico estabelecido com a Guerra Fria, o conceito de “fronteiras ideológicas” passou a traduzir uma tese geopolítica de que o mundo estaria dividido em dois blocos antagônicos, irreconciliáveis, o comunista e o anticomunista. Apesar de restringir-se ao mundo das idéias, a noção de “fronteira ideológica” está intrinsecamente ligada à noção de *nação*: a nação não seria apenas um território a ser defendido contra as forças armadas estrangeiras ou qualquer outra ameaça externa, mas um conjunto de crenças, instituições, religião e valores. Os militares, devido à “inabilidade” dos civis para lidarem com prováveis situações bélicas como essas, deveriam somar-se à política continental desenvolvida pelos Estados Unidos para a região.⁷⁷

A expressão “fronteiras ideológicas” relaciona-se intrinsecamente a uma questão identitária, qual seja, o reconhecimento da existência de um *eu* e um *outro*. Este último, por sua vez, é sempre identificado como sendo um inimigo. Com o término da Segunda Guerra Mundial e o advento da Guerra Fria, este inimigo, de acordo com a Doutrina de Segurança Nacional, foi identificado enquanto uma ameaça exterior, mais especificamente com a China e com a URSS; contudo, após a Revolução Cubana em 1959, esse *outro* passou a ser identificado como um “inimigo interno”, presente no subcontinente e disseminado entre a sociedade latino-americana. Sendo assim,

[...] a Revolução Cubana representava concretamente aquela ameaça que a Doutrina da Segurança Nacional propagandeava: cabia aos governos dos países americanos combater não uma virtual força armada que atacasse desde o exterior, mas o guerrilheiro solerte que infiltrava-se e subvertia sua própria sociedade.⁷⁸

Segundo Caroline Bauer, no tocante ao caso brasileiro, pode-se constatar como um primeiro indício de emergência da expressão “fronteiras ideológicas” o ano de 1922, com a criação do Partido Comunista Brasileiro. Esse anticomunismo, que é anterior ao golpe de 1964, passa a abarcar, a partir da década de 1960, diversos setores da sociedade. A criação da Escola Superior de Guerra, em 1949, por sua vez, pode ser apontada como um segundo indício, lembrando que uma parcela significativa dos militares e civis que participaram da deflagração do golpe de Estado passaram por essa escola.

Cabe destacar que o combate ao denominado “inimigo interno” não foi resolvido com a instalação de ditaduras no Cone Sul, uma vez que esse fugia para o outro lado da fronteira, mas continuava representando uma ameaça à segurança desses países, já que,

Caroline Silveira. As ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul e o conceito de “fronteiras ideológicas”. In: GUAZZELLI; THOMPSON FLORES; AVILA. (Org.). *Fronteiras Americanas: teoria e práticas de pesquisa*. Porto Alegre: Letra e Vida/Suliani, 2009. p. 175.

⁷⁷ Ibid., p. 171.

⁷⁸ GUAZZELLI, op. cit., p. 27.

supostamente, seguia conspirando, subvertendo e ameaçando a ordem estabelecida. Logo, diante de tal situação, era necessário continuar o combate ao mesmo. Para tanto, as fronteiras políticas não poderiam ser um entrave. Nesse sentido, reformulou-se o conceito de soberania desses países, na medida em que esta não mais se basearia em limites geográficos e, sim, no caráter ideológico desses regimes, estabelecendo-se, assim, “fronteiras ideológicas”:

As fronteiras que configuram os Estados geridos por regimes de segurança nacional passaram a ser entendidas não como limites entre um país e outro, em seu sentido político e territorial, mas sim como limites ideológicos entre os apoiadores e opositores desses regimes. Essa dicotomia, sustentada pela concepção de “inimigo” da Doutrina de Segurança Nacional, fez com que as práticas de terrorismo de Estado aplicadas pelos regimes de segurança nacional do Cone Sul não se restringissem às fronteiras políticas desses países.⁷⁹

Além do mais, não se distinguia entre o que era política interna e o que dizia respeito à política externa. Sendo assim, consideravam-se os demais países, particularmente os vizinhos, como extensão da política interna, especialmente no tocante ao combate ao inimigo que se encontrava tanto fora quanto dentro das fronteiras do país. Nesse sentido, a atuação extrafronteiriça das ditaduras civil-militares do Cone Sul seguiu a lógica da Doutrina de Segurança Nacional, que se pautava na dicotomia criada pela concepção de inimigo sustentada por esses regimes.

Assim, tanto as fronteiras territoriais quanto as ideológicas colocam o estado do Rio Grande do Sul e, particularmente, sua região fronteiriça no centro dos acontecimentos que se seguiram à deflagração do golpe de Estado no Brasil, na medida em que, por um lado, o refúgio do outro lado da linha divisória poderia significar a única possibilidade de sobrevivência, bem como, para alguns, a continuidade de uma luta; e, por outro, a sustentação ideológica dos regimes de Segurança Nacional permitia que fossem desrespeitados os limites territoriais anteriormente traçados, já que se tratava, então, de uma guerra ideológica, cujas fronteiras entre os países não poderiam significar um entrave para as ações tomadas no intuito de combater o “inimigo interno” asilado. O capítulo que se segue versará prioritariamente sobre essas questões envolvendo o estado gaúcho.

⁷⁹ BAUER. As ditaduras de Segurança Nacional... p.178.

2. IDAS E VINDAS PELA FRONTEIRA: O RIO GRANDE DO SUL COMO UM CORREDOR DE PASSAGEM

Em 1964, com a instauração de uma ditadura de Segurança Nacional no Brasil, a fronteira gaúcha assume um papel de destaque, dentre outros motivos, em função de sua localização privilegiada, tanto do ponto de vista da repressão como da resistência. Nesse contexto, o Uruguai – que possuía uma longa tradição democrática e profunda solidariedade na acolhida aos asilados políticos – se destacou como o principal endereço da primeira geração de exilados. Por essas questões, possivelmente aliadas a outros motivos, o estado do Rio Grande do Sul, ao possuir uma extensa e importante faixa de fronteira com os países do Prata, conforme analisado no capítulo anterior, torna-se central nesse contexto, despertando a atenção dos agentes da repressão brasileira, que monitoravam a região no intuito, principalmente, de por fim ao fluxo de pessoas que a atravessavam rumo, sobretudo, ao Uruguai, especialmente nos primeiros anos após o golpe de Estado, mas que também procuravam reingressar no país, na tentativa, muitas vezes, de articular o exílio com uma debilitada resistência interna. Tais elementos, somados a tantos outros, contribuíram para o clima de efervescência política e, possivelmente, concorreram para que a região fronteira gaúcha sofresse um processo de intervenção, por parte do Conselho de Segurança Nacional, em 1968.

O capítulo que se segue analisará os mencionados pontos, destacando as dinâmicas específicas que marcaram o Rio Grande do Sul – estado que apresenta uma condição particular, em função de sua configuração fronteira. Examinar-se-á também a partida da primeira geração de exilados rumo ao Uruguai, bem como a colaboração estabelecida entre agentes da ditadura brasileiras e parcelas da sociedade uruguaia, destacando a importância atribuída à região fronteira entre ambos os países.

2.1. A PRIMEIRA GERAÇÃO DE EXILADOS E O REFÚGIO NO URUGUAI

Com o advento do golpe de 31 de março de 1964 no Brasil e a decorrente instauração de uma ditadura civil-militar, o regime brasileiro passou a se preocupar não

apenas com o seu “inimigo interno” – no seu território e fora dele – como também com o “inimigo interno” alheio. Essas questões nos ajudam a pensar por que o Uruguai era fonte de preocupações para a ditadura brasileira, uma vez que aquele foi o primeiro endereço do exílio, mas também em função da própria radicalização da situação interna daquele país, ao longo da década de 1960, a qual era vista como potencial ameaça à Segurança Nacional brasileira. Nesse sentido, a fronteira gaúcha foi extremamente visada e monitorada. Em um primeiro momento, a principal fonte de preocupação eram os chamados “pombos-correio”, que conectavam o exílio com a oposição e a resistência interna, e eram “pessoas vinculadas a Leonel Brizola que desempenhavam a função primordial de manter conexões políticas entre os brasileiros exilados no Uruguai e os que continuaram no Brasil, destacadamente no Rio Grande do Sul.”⁸⁰ Diante de tal situação, passaram a intervir os agentes da repressão, controlando e perseguindo os “inimigos” do regime, bem como treinando agentes uruguaios na metodologia empregada pela ditadura brasileira, contribuindo assim, indiretamente, na escalada autoritária desencadeada, a partir de 1968, no país vizinho.

Desde o início, ainda que o exílio brasileiro buscasse refúgio em outros países, o Uruguai, país este que possuía forte tradição democrática e grande solidariedade na acolhida aos asilados políticos, se destacou como o principal endereço da primeira geração a deixar o país após o golpe de Estado. Os exilados brasileiros e boa parte da sociedade uruguaia estavam em conformidade no tocante a diversas questões, dentre as quais figurava a oposição ao golpe deflagrado no Brasil. Contudo, tais afinidades políticas não eram vistas com bons olhos nem pelo regime brasileiro, nem por uma parcela da sociedade uruguaia. Nesse sentido, a ditadura brasileira pressionou, persistentemente, o governo daquele país para que este monitorasse e restringisse as ações do grupo de exilados.

Grande parte dessa primeira geração de exilados brasileiros permaneceu no Uruguai até aproximadamente 1967. Diversos fatores contribuíram para o gradual abandono do Uruguai como “terra acolhedora”. A ascensão de Pacheco Areco à presidência – fator desencadeante da escalada autoritária nesse país – foi o principal motivo, junto com a acentuada pressão, direta ou indireta, que a ditadura brasileira impunha à comunidade exilada, contando com a crescente colaboração do governo e da polícia uruguaia, que restringia, cada vez mais, a mobilidade e a capacidade de ação dos exilados. Contudo, ainda

⁸⁰ FERNANDES, op. cit., p. 93.

que, a partir de então, se privilegiassem outros destinos enquanto locais mais seguros para aqueles que se retiravam do Brasil, por questões de ordem política, o Uruguai continuou recebendo exilados nos anos subseqüentes. Deve-se lembrar também que, mesmo para aqueles que se dirigiam a outros países, a rota de saída utilizada continuou sendo, principalmente, via fronteira Brasil-Uruguai, de onde seguiam para outros lugares. Assim, o Rio Grande do Sul, enquanto único Estado brasileiro a fazer fronteira com o Uruguai e, por conseguinte, principal rota de saída dos exilados, continuou exigindo uma especial atenção das forças repressivas:

O estado do Rio Grande do Sul, que faz fronteira com o Uruguai e a Argentina, exerceu um papel de baluarte da defesa nacional da ditadura brasileira. O aparato repressivo desse estado tinha essa preocupação muito bem definida. Paradoxalmente, para a oposição e para as vítimas da DSN, era praticamente uma rota obrigatória para a conexão com o exterior.⁸¹

Dessa forma, ao mesmo tempo que a saída do país pela fronteira gaúcha poderia representar a única possibilidade de sobrevivência para muitas pessoas, foi justamente esse fato que colocou o Rio Grande do Sul no centro dos acontecimentos, despertando a desconfiança das autoridades. Outros fatores envolvendo o estado gaúcho contribuíram para que ele se tornasse fonte de preocupação para o novo regime. Nesse sentido, destacam-se as relações com o trabalhismo e os importantes vínculos com políticos do governo deposto pelos militares. Muitos destes, foram obrigados a deixar o país já nos momentos seguintes ao golpe de Estado, conformando um considerável número de exilados, que ficou consagrado pela historiografia como a “primeira geração 1964”.

Para uma melhor abordagem das mencionadas questões, este subcapítulo foi dividido em três eixos centrais. No primeiro, serão analisados os “esquemas de fronteira”, montados para deixar o país, via fronteira, e que foram utilizados por diversos militantes e, inclusive, por pessoas sem um envolvimento político explícito. No segundo, serão pontuadas as características da primeira geração a deixar o país, logo após a deflagração do golpe. E, por fim, analisar-se-á o contexto atravessado pelo principal destino da mencionada geração, qual seja, o Uruguai.

2.1.1. Os “esquemas de fronteira”

⁸¹ Ibid., p. 84.

A perseguição aos opositores fez com que muitas pessoas fossem obrigadas, direta ou indiretamente, a deixar o país. Todavia, muitos tiveram que sair clandestinamente do Brasil. Estes, via de regra, foram auxiliados por redes de apoio que os ajudavam na passagem terrestre para um país vizinho pela fronteira:

[...] recorrendo bastante à fronteira, via relativamente fácil para o clandestino, de posse de carteira de identidade falsa ou verdadeira. Obter passaporte, para a maioria, seria impossível e arriscado. Os “esquemas” de saída, ou seja, a rede de militantes e simpatizantes ajudava, dando informações, “dicas”, fornecendo documentos falsos, conseguindo algum dinheiro, casas ou “aparelhos” – em geral, no sul do país –, disponíveis para abrigar o militante por uma ou duas noites. Não se tratava de uma poderosa e eficiente rede de apoio. Ao contrário. Às vezes, podia-se contribuir com uma coisa, mas não com outra. A maior parte das vezes, não podia dar mais que informações, bem recebidas na hora da fuga, com a repressão atrás, o desconhecido à frente e pouca ou nenhuma experiência em viagens ao exterior. Com o tempo e o desmantelamento das organizações políticas, ficava mais e mais difícil ajudar. [...] Outros recorriam às próprias famílias para deixar o país. Há os que partiram simplesmente sozinhos, sem contar com ninguém.⁸²

Esta última possibilidade parece ter sido o caso de Françual Terra Pires, cidadão brasileiro, que, já nos momentos seguintes à deflagração do golpe de Estado em 1964, com receio de ser preso, fugiu de Rio Grande, com destino a Pelotas, ficando alguns dias na cidade, e de onde rumou para fronteira Jaguarão-Rio Branco, penetrando, assim, em território uruguaio. Após permanecer por alguns meses no país vizinho, decidiu retornar ao Brasil, ainda naquele ano, onde foi preso e submetido a interrogatório. As perguntas que se seguem, feitas pela polícia política gaúcha, são bastante elucidativas no tocante à preocupação das forças repressivas, por um lado, com a utilização da fronteira sulina como meio de deixar o país, e, por outro, com as possíveis vinculações estabelecidas com os demais exilados:

- 1 – Com que documento se identificou ao entrar em território uruguaio ou ao solicitar o asilo territorial?
 - 2 – Se durante sua permanência no URUGUAI, teve de informar a polícia uruguaia do seu domicílio e se o fez cada vez que mudou de residência?
 - 3 – Quando deixou o território uruguaio?
 - 4 – Por que ponto da fronteira?
 - 5 – Deu conhecimento do fato às autoridades uruguaias?
- [a segunda folha do interrogatório está faltando]
- 11 – Que outros documentos de identidade tinha consigo ao deixar o Uruguai?
 - 12 – Que documento apresentou na fronteira brasileira?

⁸² ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999. p. 73-74.

[...]

14 – Enquanto estava asilado veio alguma vez ao Brasil?

15 – Sabe de algum outro asilado que tenha vindo? Qual?

16 – Como e onde passou a fronteira? Com que documentos?

17 – Havia alguma possibilidade de obter documentos que facilitassem uma viagem ao Brasil? Qual? Com quem?

[...]

19 – Que meio ou meios de transporte utilizou o interrogado em sua viagem para o Brasil? Se de automóvel, quem era o proprietário? Marca, tipo, e se possível nº do carro? Matrícula brasileira ou uruguaia? Onde matriculado? Nome do condutor?

20 – Quais eram os asilados com quem mais conviveu no Uruguai?

[...]

23 – Que meio ou meios de transporte utilizou o interrogado em sua viagem para o Uruguai? Quem o auxiliou nessa viagem?

24 – Que auxílios recebeu no Uruguai para sua manutenção? Por meio de quem? Quando? Como recebia? Se havia intermediários, quais eram?⁸³

O documento acima nos ajuda a pensar quais as preocupações do regime militar implícitas em cada um dos questionamentos, bem como auxilia na compreensão das diferentes estratégias utilizadas por aqueles que, pelos mais variados motivos, não puderam permanecer em solo brasileiro, e que recorreram ao recurso do asilo em outro país, através da passagem pela fronteira.

A escalada repressiva intensificou e tornou indispensável a utilização das fronteiras como alternativa de fuga e sobrevivência. Isso fazia com que, para aqueles que não obedeciam atentamente ao plano traçado anteriormente, as conseqüências pudessem ser bastante graves. A prisão na fronteira ou até mesmo no país vizinho gerava uma dinâmica de perseguição que podia ser muito eficiente:

Uma vez de posse de um trunfo nas mãos, os agentes faziam a rota inversa, ou seja, voltavam com o prisioneiro, muitas vezes sob tortura, até a casa onde foi recebido em Porto Alegre e aí desmantelavam a conexão, buscavam cúmplices e promoviam uma varredura nas casas de acolhida. O vacilo na linha de fronteira poderia ser o fim de uma rota segura, alimentada com os cuidados que a clandestinidade exigia.⁸⁴

Ou seja, a falta de cuidado na vigiada fronteira não significava só a queda de algum perseguido, mas podia colocar em risco uma estrutura de proteção e preservação das organizações perseguidas, o que podia ser catastrófico.

⁸³ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS). Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Rio Grande. SOPS/RG – 1.2.488.5.2. Rio Grande, 4/05/1965.

⁸⁴ ASSEF, op. cit., p. 97.

Possivelmente, o “esquema de fronteira” mais emblemático, seja pela repercussão que teve na época de seu desmantelamento, seja pelas referências que se fazem ao mesmo – tanto em trabalhos acadêmicos, quanto em relatos memorialistas – foi aquele montado por Frei Betto em 1969, já na conjuntura inaugurada pelo AI-5, com o decorrente endurecimento do regime. Ainda que o mencionado “esquema” extrapole o recorte estipulado para a pesquisa, acredita-se que é essencial analisar o seu funcionamento, mesmo que brevemente. E isso se justifica por diversos fatores: a já citada importância que teve; a utilização da fronteira gaúcha, sobretudo das cidades geminadas de Livramento-Rivera, para retirar diversas pessoas do país; e, por fim, porque, de acordo com levantamentos feitos, acredita-se que ele pode servir como um modelo para entendermos algumas lógicas intrínsecas aos mais diferentes “esquemas” montados antes ou depois dele.

Esta rota era mantida pelo dominicano Frei Betto, a pedido de Carlos Marighela, integrante da Aliança Libertadora Nacional. Enquanto ele aguardava os meses que restavam antes de seu embarque para cursar teologia na Alemanha, decidira ir para o Seminário Cristo Rei, dos padres jesuítas, em São Leopoldo, cidade gaúcha próxima a Porto Alegre (onde seu primo ministrava aulas), e que se localizava em uma região na qual ele não era muito conhecido. Nos primeiros dias de maio de 1969, Frei Betto se encontrou com Marighela, que já possuía estreito contato com os dominicanos e pediu ao frade que auxiliasse na passagem de companheiros para os países do Prata, tendo em vista o cerco às organizações de resistência à ditadura naquele momento.

Ele [Marighela] soubera que eu estava de mudança para o Rio Grande do Sul. Queria que eu aceitasse acompanhar, em Porto Alegre, a passagem de refugiados políticos que se destinavam ao Uruguai ou à Argentina para, em seguida, viajar à Europa. Seria uma ajuda a todos que precisassem deixar o país, independentemente de siglas políticas, e não um serviço exclusivo à ALN. Aceitei o encargo, ciente de que se adequava à tradição da Igreja de auxílio a refugiados políticos.⁸⁵

O primeiro a passar através desse novo “esquema” pela fronteira sul foi o jornalista Jorge de Miranda Jordão, levado ao Uruguai no início de agosto de 1969. Assim como ele, muitos outros atravessaram a fronteira com o auxílio do dominicano, que normalmente

⁸⁵ BETTO, Frei. *Batismo de sangue: guerrilha e morte de Carlos Marighella*. Rio de Janeiro: Rocco, 2006. p. 92.

encontrava no centro de Porto Alegre aqueles que precisavam deixar o país, conforme Frei Betto relata em seu livro de memórias:

Fui esperá-lo em Porto Alegre, pois era preferível que os passageiros da liberdade não dessem as caras no Cristo Rei. O sistema de identificação era simples e habitual: ele me encontraria em frente ao Cine São João, na Avenida Salgado Filho, e me reconheceria pela revista *Veja*, que eu traria à mão.⁸⁶ (grifo do autor)

Feito o contato, explicava-lhes como chegar à fronteira e deixar o país, além de passar para os mesmos uma cópia do croqui da fronteira com as indicações de como proceder:

[...] bastava tomar o ônibus na rodoviária de Porto Alegre, com destino a Livramento – cidade fronteiriça geminada com Rivera, município uruguaio. Para atravessar a fronteira, era só cruzar a rua que divide os dois países e, do outro lado, tomar o ônibus para Montevidéu. Isso eu aprendera por informações obtidas de pessoas que conheciam bem a região. Nunca cheguei à fronteira, embora meus interrogadores jamais se convencessem disso.⁸⁷

A imagem abaixo é uma cópia do croqui utilizado por Frei Betto para auxiliar na passagem para o Uruguai, via Santana do Livramento-Rivera:

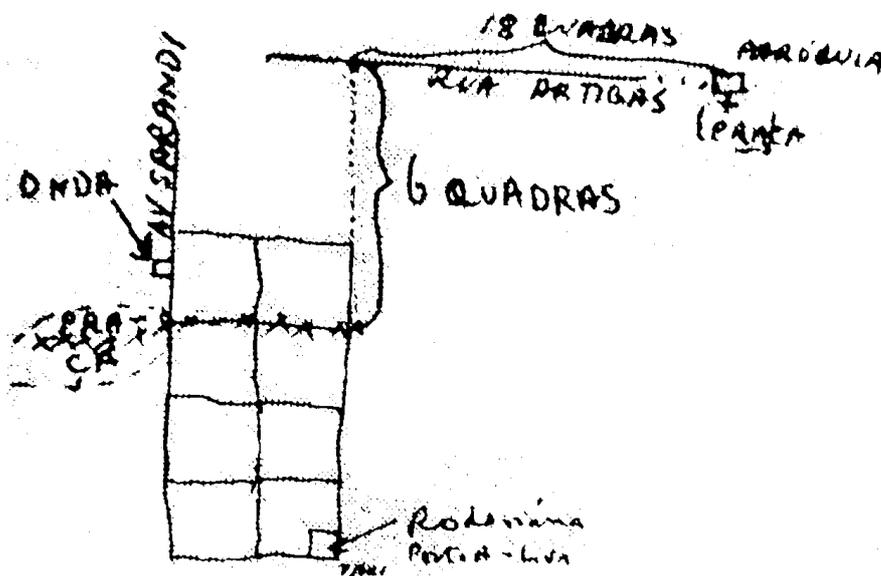


Imagem 1: Croqui da fronteira Livramento-Rivera utilizado por Frei Betto. Fonte: Jornal Fôlha da Manhã, Porto Alegre, 20/11/1969, ano I, n. 8, capa.

⁸⁶ Ibid., p. 102.

⁸⁷ Ibid., p. 101.

Segundo as indicações de Frei Betto, havia duas vias de acesso ao Uruguai: aqueles que possuíam documentação insuspeita podiam viajar direto a Montevideu pela empresa TTL; enquanto que os outros tinham que atravessar por Livramento-Rivera. Conforme pode-se observar pela imagem, são destacadas as informações de como atravessar a pé para o país vizinho, após desembarcar na rodoviária santanense.

Nos primeiros dias de novembro de 1969, Frei Betto resolveu inaugurar uma nova rota de saída do país, rumo à Argentina, através de Uruguiana. Contudo, pouco depois do embarque na rodoviária de Porto Alegre dos primeiros e últimos militantes auxiliados por Frei Betto nesse “esquema”, o frade acabou sendo preso.

Outra rede existente para auxiliar na passagem de militantes foi montada pela Ação Popular (AP), no Rio Grande do Sul, no final da década de 1960. Tal “esquema” ficou conhecido como “Operação Fronteira”. Segundo Cristiane Medianeira Ávila Dias, “a AP realizava a travessia de muitas pessoas por essa área, sendo que alguns membros estavam encarregados, exclusivamente, dessa atividade.”⁸⁸ O Uruguai, normalmente, era o país de destino – ainda que, depois, muitos militantes seguissem para outros países do Cone Sul, especialmente em direção ao Chile – e a rota utilizada passava pelas cidades geminadas de Livramento-Rivera:

[...] a Operação Fronteira teria sido um esquema montado no estado e que permitiu a passagem de integrantes da AP para o Uruguai. Sua base de articulação estaria localizada em Pelotas, cidade onde os militantes se encontravam para organizar a travessia pela fronteira, seguindo principalmente para a cidade de Livramento e, posteriormente, para as cidades uruguaias de Rivera e Montevideu.⁸⁹

Não obstante, a rota utilizada não era fixa, uma vez que ficava condicionada às possibilidades das redes de apoio:

[...] não existia uma rota única de travessia e a escolha do trajeto a ser seguido dependia do auxílio que o grupo de apoio da organização, que estava distribuído em várias cidades do estado pudesse dar a passagem dos militantes pela região, com destino principalmente para o Uruguai seguido depois pela Argentina, de onde a maior parte dos militantes seguiu para o Chile.⁹⁰

⁸⁸ DIAS, Cristiane Medianeira Ávila. *A trajetória da Ação Popular (AP) no Rio Grande do Sul: estudantes e operários no trabalho de conscientização política das massas (1962/1972)*. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH, UPF, Passo Fundo, 2011. p. 166.

⁸⁹ *Ibid.*, p. 168.

⁹⁰ *Ibid.*, p. 170.

Tendo em vista o caráter clandestino dessas ações, torna-se complicado, muitas vezes, reconstituir o seu funcionamento. Vale destacar também, conforme já mencionado, que grande parte desses “esquemas” não eram redes fixas de passagem de militantes para outros países. Eles variavam muito conforme a conjuntura e, possivelmente, eram ativados de acordo com as necessidades do momento. Outro fator que, certamente, influenciava nessas variações eram os sofisticados mecanismos de controle do aparato repressivo que, ao descobrir o funcionamento de algum “esquema”, poderia desmantelá-lo, obrigando as organizações a alterarem a rota utilizada. A partir do levantamento feito, foram constatadas algumas recorrências, dentre as quais se destacam a existência de militantes diretamente responsáveis pelas mencionadas travessias, os quais se situavam na zona de fronteira ou próximo a ela, formando redes de apoio; a opção preferencial pelas cidades geminadas de Rivera-Livramento, dentre outras.

2.1.2. Características da primeira geração de exilados

Depois de examinar alguns dos “esquemas” montados para atravessar a fronteira, é válido partir para uma análise da primeira geração a deixar o Brasil. Contudo, antes de empreender essa caracterização, cabe considerar alguns aspectos envolvendo o estatuto e a situação do asilado. Este, por sua vez, é classificado, de acordo com o entendimento e os critérios adotados por organismos internacionais, como refugiado. Todavia, é marcado por algumas especificidades, conforme assinalou Denise Rollemberg, cujo aspecto político é o mais evidente:

O que seria específico do *exilado* classificado como *refugiado*? Sobretudo, o aspecto político. Por discordar do regime político e/ou econômico vigente e muitas vezes enfrentá-lo, é perseguido institucionalmente. [...] Pode ser expulso formalmente – como banido, por exemplo – ou ser informalmente “empurrado para fora”, devido às perseguições e ameaças do aparelho repressor. Nestes casos, a partida é a própria garantia de sobrevivência física. Mas há também situações em que, por não suportar o regime, os cerceamentos e o ambiente autoritário a que o país está submetido, o indivíduo acaba por partir.⁹¹ (grifo do autor)

Não obstante, a autora faz ressalvas quanto à abrangência desse conceito para o contexto analisado:

⁹¹ ROLLEMBERG, op. cit., p. 44-45.

Como trabalho com um conceito amplo de exilado [...] nem sempre as pessoas atingidas pelo exílio nos anos 1960 e 1970 tinham essa característica. Para lembrar alguns exemplos, cito as crianças e os adolescentes filhos de exilados e mulheres que se tornaram exiladas por serem casadas com perseguidos, caso mais freqüente entre a geração 1964. [...] No entanto, acredito que o exilado deva ser assim identificado.⁹²

A imposição do exílio, ainda que, muitas vezes, de forma indireta, tem a prerrogativa muito clara de afastar elementos considerados incômodos para a manutenção da ordem vigente, a despeito de representar, em algumas ocasiões, a possibilidade concreta de se opor e de resistir:

O exílio tem, na história, a função de *afastar/excluir/eliminar* grupos ou indivíduos que, manifestando opiniões contrárias ao *status quo*, lutam para alterá-lo. O exilado é motivado pelas questões do país, envolve-se em conflitos sociais e políticos, diz *não* a uma realidade. [...] Ao mesmo tempo, o exílio aparece como possibilidade, quando a resistência interna é impossível.⁹³ (grifo do autor)

Nesse sentido, tanto o aspecto da negação quanto da afirmação são intrínsecos ao mesmo, na medida em que “o exílio é fruto da exclusão, da negação, da dominação, da anulação, da intolerância. Em si, guarda um valor negativo. [...] Mas o exílio é também a negação da negação, a luta pela afirmação, a resistência.”⁹⁴

Em relação aos exílios latino-americanos, que se sucederam ao longo das décadas de 1960 e 1970, a utilização sistemática da tortura, que desestruturava física e emocionalmente aqueles que se opunham às ditaduras – ou que eram identificados e reconhecidos, de acordo com os critérios e as lógicas do regime, como potenciais fatores de ameaça – assim como a morte, seguida, em muitos casos, do desaparecimento, desempenharam um papel fundamental nesta prática de “afastamento/exclusão/eliminação”. Pode-se, inclusive, ampliar essa condição do exilado, guardada as devidas proporções e diferenças, para um universo mais amplo, que foi experimentado por aqueles que estavam presos ou clandestinos, e que vivenciaram uma espécie de exílio no próprio país. Segundo destacou Rollemberg,

O exílio dos anos 1960 e 1970 foi uma tentativa de afastar e eliminar as gerações que contestavam, a partir de um projeto, a ordem política e/ou econômica identificada à ditadura militar. [...] É preciso, portanto, compreendê-lo na mesma

⁹² Ibid., p. 40.

⁹³ Ibid., p. 25.

⁹⁴ Ibid., p. 24.

lógica da prisão política, dos assassinatos, da imposição à clandestinidade; como mais um esforço dos militares para controlar a liberdade de expressão e a manifestação intelectual; de destruição de toda criação contestatória e de uma determinada experiência política. O exílio, em sentido mais amplo, seria, ao mesmo tempo, a emigração política, a cadeia e a clandestinidade vivida por muitos brasileiros.⁹⁵

A experiência do exílio, no Brasil, durante o período ditatorial, foi vivenciada por duas gerações, quais sejam, a de 1964 e a de 1968. Tendo em vista os marcos temporais e os objetivos da presente monografia, a análise recairá sobre a primeira geração, embora, em alguns momentos, sejam feitas alusões à segunda, ainda que de forma apenas a cotejar as características que as afastam ou aproximam. Em relação ao primeiro grupo de exilados, é possível destacar aspectos comuns que imprimem uma coerência e coesão capaz de agrupá-los em uma geração. Nesse sentido, sobressai-se a vinculação ao contexto e aos projetos anteriores ao golpe de Estado e também o primeiro endereço para o qual rumaram, em sua maioria, ou seja, o Uruguai:

A partir do 1º de abril, toda uma geração de lideranças ativas na cena política no pré-1964 passou a ser perseguida pelo regime militar. De políticos experientes, que já atuavam antes de 1945, quando se extinguiu a ditadura do Estado Novo, até militantes bem mais jovens; de políticos e intelectuais que defendiam reformas no país, através da disputa legal e institucional, a grupos que já propunham transformações mais profundas, apontando para a necessidade de se recorrer ao confronto direto, sem o recurso da lei. Em comum, tinham a experiência dos embates da conjuntura anterior ao golpe: as barganhas políticas, as negociações pré-eleitorais, as greves, as manifestações de rua, a cumplicidade e a proteção do Estado, os comícios na Central do Brasil, a *reforma agrária na lei ou na marra*, as Ligas Camponesas, as rebeliões de cabos, sargentos e marinheiros. Entretanto, em geral, associa-se a primeira geração àqueles que se identificavam com o projeto das reformas de base, ligados a sindicatos e a partidos políticos legais, como o PTB, ou ilegais, como o PCB. Quando foram para o exílio, já eram, na maior parte, homens maduros e definidos profissionalmente. Embora a geração 1964 tenha se exilado em vários países (México, Chile, Bolívia, Argélia, França), Montevideú foi, sem dúvida, o grande pólo de concentração, a capital do exílio, sobretudo, em uma primeira fase.⁹⁶ (grifo do autor)

Como se pode notar pela citação anterior, a geração de 1964 era formada, principalmente, por homens mais velhos, especialmente se comparados aos jovens militantes que compunham, na sua maioria, a geração de 1968. Embora não seja o objetivo analisar por um viés dicotômico as duas gerações, é possível traçar algumas diferenças entre as mesmas:

⁹⁵ Ibid., p. 47-48.

⁹⁶ Ibid., p. 49-50.

[...] a geração 1964 sentiu muito mais o golpe como uma derrota do que a geração 1968, que viveu este impacto com mais intensidade, anos depois em 1973, com o golpe no Chile. Para a geração 1964, a luta estava muito mais associada à defesa do passado anterior ao golpe, à preservação de uma tradição que merecia mudanças, nos limites de um projeto de reformas. A geração 1968, ao contrário, negava e desprezava a experiência pré-1964. A luta deveria ser travada em outro patamar, a partir de um marco zero, que julgavam inaugurar. O ano 1968 anunciava esta esperança. No exílio, as gerações 1964 e 1968 são como duas margens, duas paralelas que não se tocam. As pontes foram raras e frágeis. Os contatos sempre difíceis, não resultando em atividades mais consistentes. Na verdade, a relação entre as gerações nem estava colocada.⁹⁷

Vale destacar, ainda, que o exílio esteve longe de ser experimentado de uma forma homogênea pelos exilados, ainda que de uma mesma geração. E diversos fatores contribuíram para as diferentes vivências. Pode-se elencar alguns motivos, dentre outros possíveis, que auxiliam nessa compreensão. Nesse sentido, destacam-se as motivações que desencadearam a opção pelo exílio, assim como as razões que o precipitaram; as origens e referências sociais do exilado; o país de destino, etc. Grande parte dos atingidos pertencia às camadas médias, escolarizadas e intelectualizadas da sociedade, ainda que também tenha havido camponeses, operários e pessoas com um baixo nível de instrução. Contudo, via de regra, sendo “Obrigado a renunciar às relações sociais anteriores, chega desarmado ao novo país, em geral rebaixado em seu nível social e material.”⁹⁸

Nesta conjuntura inicial, marcada pela opção do Uruguai enquanto país de refúgio, a fronteira gaúcha encontra-se no centro dos acontecimentos: “Muitos da geração 1964 partiram pela fronteira, em direção ao Uruguai, à Bolívia e, em seguida, ao Chile. Não era preciso passaporte, bastava a carteira de identidade, e o controle não era rigoroso mesmo depois de 1968.”⁹⁹ E é justamente esta aproximação com o Brasil, que acabou tornando a esperança do tão esperado retorno mais plausível, em relação a outros destinos:

Lá [no Uruguai], lideranças perseguidas se encontravam, discutiam, planejavam, conspiravam, sem poder avaliar os desdobramentos do golpe; sem imaginar o quanto a realidade mudara – e ainda mudaria. O Uruguai acabou se transformando, no imaginário político da época, numa espécie de sinônimo de “lugar de liberdade”. [...] Talvez este exílio inicial, no Uruguai, tenha sido aquele onde a perspectiva da volta imediata, tão comum entre os que deixavam o país, fosse mais facilmente realizada. Algumas figuras mais conhecidas acabaram

⁹⁷ Ibid., p. 51.

⁹⁸ Ibid., p. 30.

⁹⁹ Ibid., p. 71.

ficando no Uruguai ou se instalaram em outros países. Alguns mantiveram o espírito de resistência, outros não guardaram grandes esperanças.¹⁰⁰

Alguns autores mencionam que, no caso dos exilados brasileiros no Uruguai, especificamente daqueles provenientes do Rio Grande do Sul, a adaptação, em muitos casos, teria sido relativamente mais fácil, tendo em vista a proximidade, em variados aspectos, entre ambas regiões. No entanto, mesmo para estes, o exílio, em geral, fora uma experiência atravessada por inúmeras dificuldades: “Afim, sendo exilado político não havia como escapar da distância do lar, da família, de amigos, enfim da terra natal.”¹⁰¹

2.1.3. Montevideú – a “capital dos exilados”

Conforme mencionado, ainda que de forma introdutória, Montevideú acabou se tornando a “capital” da primeira geração de exilados. Depois de apontar as características que marcaram essa geração, cabe destacar os motivos que, possivelmente, concorreram para que a Banda Oriental fosse eleita o seu endereço. Segundo destacou Teresa Schneider Marques, “Diversas foram as características do Uruguai que atraíram um relevante número de brasileiros exilados. Dentre as mais importantes, encontra-se o sistema político uruguaio, visto como uma democracia exemplar na América Latina.”¹⁰² Contudo, conforme poder-se-á perceber, a partir das considerações que se seguem, o país vizinho atravessava, naquele momento, uma situação de crise.

No imediato pós-Segunda Guerra Mundial, o Uruguai era considerado a “Suíça da América”, noção certamente “carregada de exagero mas que, de alguma forma, identificava uma sociedade marcada pela presença do Estado.”¹⁰³ Não obstante, a crise estrutural do final da década de 1950 e início de 1960 teve desdobramentos profundos, atingido aquela que era considerada como sendo uma das democracias mais estáveis do subcontinente. Sobre o panorama geral dos anos 1960, Enrique Padrós atenta para o resultado de duas ordens de combinações:

¹⁰⁰ Ibid., p. 91-92.

¹⁰¹ MARQUES, Teresa Schneider. *Ditadura, Exílio e Oposição: os exilados brasileiros no Uruguai (1964-1967)*. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH, UFMT, 2006. p. 64.

¹⁰² Ibid., p. 41.

¹⁰³ PADRÓS, Enrique. *Como el Uruguay no hay...* p. 256.

[...] uma interna, de tensões e contradições resultantes do esgotamento econômico pela dependência estrutural do mercado mundial, da incapacidade política das velhas elites para encontrar soluções à crise e do protagonismo crescente de atores sociais em processo de pauperização acentuada; outra, na vinculação desses fatores internos com uma série de fatores e questões externas que realimentaram a dinâmica interna (a Revolução Cubana, a Guerra libertadora do Vietnã, a guerrilha de Che Guevara, o Maio Francês, etc.). Isso gerou um efervescente cenário que marcou a geração da crise, multifacetada quanto ao campo de atuação, mas coincidente em questões de fundo.¹⁰⁴

A junção desses fatores acabava por agravar as contradições sociais, o que levava a um tensionamento progressivo entre os atores envolvidos. Esse processo culminou com a paulatina deterioração do sistema político vigente:

Tudo isso levou diversos setores sociais ao entendimento de que o modelo vigente não dava mais conta dos desafios do seu tempo histórico. A consciência disso aumentou com a intensificação da crise geral. O resultado das contradições produziu o choque dialético entre os setores que, a partir do Estado e em nome do anticomunismo (e na defesa dos privilégios de uma minoria), usaram, cada vez mais, o recurso da força para conter os setores questionadores de tal situação, assumindo inclusive formas de participação política mais direta, as quais transbordaram, por vezes, os limites meramente eleitorais.¹⁰⁵

Portanto, o cenário que encontrara a primeira geração de exilados, com a sua chegada no país vizinho, já nos primeiros momentos após o golpe de 1964, fora uma situação de transição, marcada por uma conjuntura de crise acentuada:

[...] a imagem de “Suíça Latino-americana” começava a deixar de corresponder com a realidade uruguaia. Com a crise econômica que teve início após a segunda guerra mundial, o sistema bipartidário “conciliatório” que regia o seu governo não conseguiu conter os descontentamentos de diversos setores da sua população. Os partidos menores [esquerda], embora ainda não representassem uma grande ameaça à hegemonia dos partidos tradicionais nas urnas, começavam a se unir e a juntar forças, tal como fez o movimento sindical e movimento estudantil. Movimentos de guerrilha urbana, com destaque para os Tupamaros, também começavam a tornarem-se mais expressivos. Palavras de apoio às causas da Revolução Cubana e a líderes uruguaios de esquerda, tais como Raul Sendic, começaram a fazer parte do cotidiano deste país, bem como diversas críticas a crise econômica que acometia o país.¹⁰⁶

Contudo, é importante frisar que, embora fosse um período de transição, o Uruguai ainda vivia sob a égide de um regime democrático considerado paradigmático, conforme já mencionado, constatação que certamente ajuda a entender a sua escolha pela maior parte dos exilados, em um primeiro momento:

¹⁰⁴ Ibid., p. 264.

¹⁰⁵ Ibid., p. 266.

¹⁰⁶ MARQUES, op. cit., p. 54.

Embora o descontentamento com a crise econômica e com a submissão aos projetos do FMI fosse crescente, em 1964, o Uruguai ainda conservava as liberdades democráticas que a sua população tanto se orgulhava. Entre elas, merecem destaque a tradição de defesa do direito de asilo político, o que levou um grande número de brasileiros expulsos pelo golpe de 31 de março, a buscar acolhimento neste país vizinho.¹⁰⁷

Além do acolhimento com o qual o grupo de exilados foi recebido pela sociedade uruguaia, cabe destacar que os mesmos estavam em conformidade no tocante a diversas questões de cunho político, econômico e social. Segundo Marques,

[...] muitas das idéias defendidas pelo grupo político que foi expulso do Brasil após a deposição do governo Goulart, eram compartilhadas por alguns setores políticos uruguaio e inclusive por parte da sua população. O discurso nacionalista, as críticas ao imperialismo norte-americano, a luta pela reforma agrária e o apoio às causas trabalhistas e à Revolução Cubana estão entre os pontos de acordo existentes entre a maior parte dos brasileiros que buscaram o exílio no Uruguai e uma parcela considerável do meio político e da população uruguaia. Dessa forma, embora os brasileiros tenham chegado no Uruguai em um momento de crise econômica e política, lá puderam encontrar um ambiente receptivo e apoio às suas motivações políticas. Diversos são os registros que provam que a sociedade uruguaia em geral demonstrava certa simpatia e solidariedade aos políticos brasileiros ligados ao governo deposto.¹⁰⁸

Cabe ressaltar que, além das mencionadas questões, a condenação da ditadura civil-militar brasileira, que suplantara o regime democrático, era uma pauta comum entre os exilados e uma considerável parcela da sociedade uruguaia. Obviamente, esses aspectos eram fonte de preocupação tanto para os agentes da repressão brasileira, quanto para setores do país vizinho, conforme discutir-se-á a seguir.

2.2. A CONEXÃO REPRESSIVA ESTABELECIDADA COM O URUGUAI A PARTIR DA VIOLAÇÃO DE FRONTEIRAS

O estabelecimento de políticas de cooperação efetiva entre os aparatos repressivos do subcontinente, particularmente, do Cone Sul, em um contexto de latino-americanização da Guerra Fria, tem como um de seus marcos a deflagração do golpe de Estado no Brasil, em março de 1964. A partir desse momento, paulatinamente, foram-se aprimorando e estreitando as relações estabelecidas bilateralmente. Este processo teve como ápice,

¹⁰⁷ Ibid., p. 54.

¹⁰⁸ Ibid., p. 55.

indubitavelmente, a Operação Condor; contudo, podemos traçar uma linha de continuidade entre a mesma e a colaboração que já era colocada em prática há, no mínimo, uma década. Nesse sentido,

A Operação Condor não foi o início da colaboração efetiva entre os sistemas repressivos do Cone Sul. Em realidade, foi um mecanismo de continuidade, embora num âmbito mais complexo, sofisticado e, certamente, mais letal. Na prática, foi montada sobre uma longa tradição de cooperação subterrânea entre policiais e militares da região. De fato, na experiência das ditaduras de Segurança Nacional, a aplicação da metodologia repressiva ilegal extrapolou fronteiras nacionais; o monitoramento, a espionagem, o seguimento e a perseguição implacável extra-fronteira contou com o auxílio dos organismos de segurança dos países limítrofes. A colaboração e a reciprocidade de “favores” foi uma característica comum.¹⁰⁹

Conforme mencionado no capítulo anterior, foi justamente a subordinação da noção de fronteiras territoriais à diretriz das “fronteiras ideológicas” que justificou e pautou a ação de forças estrangeiras em território alheio:

A concretização da coordenação repressiva foi possível a partir do momento em que às Forças Armadas da região extrapolaram a função de proteção das fronteiras territoriais e passaram a incorporar a idéia de fronteiras ideológicas ventiladas através dos diversos mecanismos de “pentagonização” dos exércitos latino-americanos. Foi a assimilação dessa idéia que promoveu a percepção de um território único visto como campo de batalha produzido pela agressão do comunismo internacional.¹¹⁰

Essas ações de clara violação do direito de soberania de cada país foram acobertadas pelo seu caráter clandestino, o que praticamente inviabilizava qualquer iniciativa no sentido de denunciá-las:

A clandestinidade dessas ações foi condição para sua eficiência, deflagrando o terror entre os coletivos atingidos e tornando muito difícil toda e qualquer denúncia, pois, a priori, a denúncia de comandos estrangeiros agindo com toda liberdade no interior de um país era peremptoriamente negada pelos governos, os quais enfatizavam que sob nenhuma hipótese permitiriam agressões à soberania nacional.¹¹¹

Tendo em vista os mencionados aspectos, este subcapítulo abordará as pressões políticas e, inclusive, econômicas levadas a cabo pelo regime brasileiro, no intuito de forçar o governo uruguaio para que aquele monitorasse e restringisse a ação do grupo de exilados brasileiros naquele país. Também serão analisadas as políticas de controle por agentes da

¹⁰⁹ PADRÓS. *Como el Uruguay no hay...* p. 702.

¹¹⁰ *Ibid.*, p. 707.

¹¹¹ *Ibid.*, p. 705.

ditadura com a conivência e colaboração de setores da sociedade oriental. Conforme observar-se-á, a vigilância da fronteira entre os dois países era uma preocupação constante para as autoridades.

2.2.1. A pressão da ditadura brasileira sobre o Uruguai: ações de controle e monitoramento dos exilados

Conforme citado, o Uruguai tornou-se pólo de atração para os exilados brasileiros. Não obstante, ainda que uma considerável parcela da sociedade uruguaia apoiasse os mesmos, as preocupações das autoridades brasileiras encontravam respaldo em setores do país vizinho. Nesse sentido,

O estabelecimento de centenas de exilados no Uruguai, após o golpe que derrubou o presidente do Brasil, João Goulart, em 1964, iniciou uma política de aproximação da repressão brasileira com alguns setores das forças de segurança uruguaia. A presença de destacadas figuras da política brasileira como Leonel Brizola ou o próprio presidente deposto, tornou a cidade de Montevideu um verdadeiro santuário de resistência à ditadura. Encontros públicos, manifestações de apoio, contatos com os setores democráticos uruguaio e a intensificação das viagens dos “pombos-correio” de Brizola atraíram a atenção do serviço de inteligência e de espionagem brasileiras. Através de esquemas de controle e monitoramento dos exilados, inúmeros informes foram elaborados pela comunidade de informações. Assim, levantaram-se informações sobre cidadãos brasileiros que contactavam os exilados, a detecção de rotas utilizadas por esses contatos, a infra-estrutura de apoio na zona de fronteira, a provável volta de “subversivos” ao Brasil, etc.¹¹²

Contudo, a despeito da inquietação do regime militar ecoar em determinados grupos uruguaio, a concessão de asilo político para um número significativo de brasileiros, bem como a acolhida com que foram recebidos, foram fatores de desestabilização das relações travadas entre os dois países. Fato que só foi solucionado com o passar dos anos e com o decorrente estreitamento das afinidades entre ambos governos. Nesse sentido, “[a] calorosa recepção foi uma das questões iniciais que levaram ao deterioramento das relações bilaterais Brasil-Uruguai, o que apenas foi revertido na medida em que o governo uruguaio diminuía as liberdades com as quais os brasileiros podiam contar durante o exílio.”¹¹³

¹¹² Ibid., p. 708-709.

¹¹³ MARQUES, op. cit., p. 59.

O governo brasileiro coagiu permanentemente o governo oriental para que as ações do grupo de exilados fossem controladas e limitadas, uma vez que estas eram vistas com grande preocupação, dentre outros aspectos, pela proximidade entre ambos os países:

A ditadura brasileira pressionava constantemente o governo uruguaio para que este controlasse os exilados brasileiros, restringindo suas ações. Segundo o Itamaraty, o Uruguai estava infringindo as regras do direito do asilo político, ao permitir que os exilados exercessem livremente atividades consideradas subversivas pela ditadura, como concessão de entrevistas a periódicos, reuniões, entre outros. Porém, pela Lei de Asilo, cabia ao país que acolhia o asilado impor as condições, e não ao que o expulsou, fato totalmente ignorado pela ditadura brasileira, gerando pressões políticas, diplomáticas e econômicas sobre o país vizinho.¹¹⁴

Estas questões são explícitas nos relatos de Manoel Pio Corrêa, que fora designado Embaixador do Brasil em Montevidéu, acerca das funções primordiais que estava encarregado de exercer no Uruguai:

A minha missão como Embaixador do Brasil em Montevidéu, para a qual fui designado quando achava-me ainda no Viet-Nam, estava perfeitamente definida: seria meu dever conseguir que o Governo do Uruguai impusesse aos asilados políticos brasileiros naquele país a estrita observância das regras do asilo político, ditadas pelo Direito Internacional; essencialmente, a abstenção de toda e qualquer atividade política, bem como de atitudes públicas de hostilidade dirigidas contra o Governo do seu próprio país.¹¹⁵

Para alcançar este objetivo, o Brasil não poupou esforços, recorrendo a inúmeras pressões políticas e, inclusive, econômicas. Assim, conforme destacou Ananda Simões Fernandes:

Baseado na percepção das “fronteiras ideológicas”, o Brasil considerava totalmente válido questionar o governo uruguaio – seja através da ameaça velada de violações das fronteiras, ou de pressões das mais variadas formas – para vigiar o “inimigo interno” que estava destacadamente no Uruguai, fora das suas fronteiras territoriais. Apesar das autoridades uruguaias e da população em geral terem apoiado os exilados e as suas reivindicações, determinados setores sociais e parte das forças policiais e militares posicionaram-se a favor dos interesses da ditadura brasileira, o que viabilizou, a curto prazo, o estabelecimento eficiente de mecanismos de controle e monitoramento dos exilados, tanto por parte do Brasil quanto do Uruguai.¹¹⁶

É importante frisar que se tratava de uma ditadura civil-militar, ou seja, tanto civis quanto militares desempenharam importantes papéis na estruturação e manutenção do novo

¹¹⁴ FERNANDES, op. cit., p. 80.

¹¹⁵ PIO CORRÊA. Manoel. *O mundo em que vivi*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996. 2 v. p. 847.

¹¹⁶ FERNANDES, op. cit., p. 81.

regime. Em relação às pressões empreendidas sobre o governo uruguaio, renomados diplomatas estiveram no centro dos acontecimentos:

Também a diplomacia incidiu nesse processo de colaboração repressiva. [...] desde o golpe de 1964, o Brasil pressionava o governo uruguaio para que limitasse a mobilidade de Brizola e Goulart dentro do seu território. A tal ponto isso ocorreu que chegou a utilizar mecanismos de pressão comercial. Foi assim que o embaixador Manoel Pio Correia condicionou a compra de trigo uruguaio à tomada de alguma atitude contra os notórios exilados porque, segundo a interpretação do Itamaraty, estes desenvolviam intensa agenda política no país vizinho. Finalmente, a pressão se mostrou bem sucedida: [...] Brizola acabou confinado na cidade de Atlântida, em 1965.¹¹⁷

Pio Corrêa teve um papel central como articulador dos estratagemas utilizados pelo regime brasileiro no intuito de pressionar o governo uruguaio para que aquele agisse de acordo com as suas expectativas. A utilização de diferentes pressões levadas a cabo nesse sentido é latente no relato que se segue:

Por “apertar o cerco” quero dizer aplicar o segundo ponto das “normas táticas” que me havia proposto, a saber, explorar todas as oportunidades da conclusão de acordos sobre assuntos de interesse do Uruguai, criando meios para uma útil colaboração entre os dois países, consolidando a amizade entre ambos, e aplainando os caminhos para o entendimento mais difícil.¹¹⁸

A inconformidade com a postura do governo uruguaio em relação aos exilados e ao próprio regime militar instaurado no Brasil era patente nas autoridades brasileiras:

O Governo uruguaio, pachorrento e paternal, via com tolerância a presença e as atividades dos asilados políticos brasileiros, certo de que elas nenhum perigo configuravam para a segurança interna do próprio Uruguai. A longa tradição de ampla hospitalidade do Uruguai para proscritos dos países vizinhos não parecia compadecer-se com uma atitude severa para com os brasileiros – quase todos gaúchos, irmãos de sangue dos orientais, muito deles contando com amizades pessoais no Uruguai. Finalmente, a também longa tradição de governos civis no Uruguai fazia com que o seu atual Governo considerasse sem particular simpatia, embora sem hostilidade, o Governo militar implantado no Brasil.¹¹⁹

Não obstante, a despeito da relutância do governo uruguaio em agir de acordo com as exigências da ditadura brasileira, desde o início, o embaixador Pio Corrêa tratou de contatar autoridades policiais uruguaias que o auxiliariam em seus objetivos:

Santiago Pomoli [General, comandante da Academia Militar] apoiou-me com esse prestígio, articulou dentro do Exército uruguaio uma corrente de opinião

¹¹⁷ PADRÓS. *Como el Uruguay no hay...* p. 711.

¹¹⁸ PIO CORRÊA, op. cit., p. 883.

¹¹⁹ Ibid., p. 855.

favorável aos objetivos da missão que me fora dada, que era a difícil empreitada de levar o Governo uruguaio a exercer uma estrita vigilância sobre as atividades dos asilados políticos brasileiros. O Comandante do Regimento de Couraceiros da Polícia era um Coronel do Exército, que eu conhecera ainda Aspirante-a-Oficial no velho Quartel do Cerro. Através dele pude estabelecer laços cordialíssimos com o Chefe de Polícia – personagem-chave para os objetivos que eu me propunha.¹²⁰

Uma parcela da documentação disponível no AHRS nos permite vislumbrar o monitoramento de exilados no Uruguai. Dentre as diferentes fontes consultadas, destaca-se uma “Relação do pessoal que frequentava reuniões de asilados no Uruguai”¹²¹, na qual constam quase quarenta nomes. O acesso a esse tipo de informação tão precisa nos possibilita inferir uma série de considerações:

Na prática, tal monitoramento podia resultar da ação de vigilância de unidades de inteligência brasileiras que agiam com a conviência das autoridades policiais do país vizinho ou, então, tratava-se de informação fornecida pelo próprio Uruguai. De uma ou de outra forma, a fluidez de informação confirma a existência concreta de conexão.¹²²

O mencionado relatório data de maio de 1967, fato bastante elucidativo se levarmos em conta que, nesse período, o Uruguai ainda era um país democrático.

Nesse sentido, a ditadura brasileira valeu-se de complexos órgãos de informação, civis e militares, para controlar os seus “inimigos internos” no seu território ou fora dele. Em relação ao Rio Grande do Sul, o aparato repressivo teve, como uma de suas funções primordiais, monitorar a fronteira e o fluxo de pessoas que a atravessam:

O controle dos exilados deu-se através de órgãos civis e militares de informação, repressão e espionagem. [...] é fundamental a análise da atuação das Seções de Ordem Política e Social (SOPS), localizadas em algumas delegacias regionais e submetidas ao Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (DOPS/RS) na verificação do monitoramento realizado pela ditadura sobre os exilados brasileiros e os “pombos-correio”. O DOPS acabou desempenhando importante papel como polícia política do Rio Grande do Sul, estado fronteiriço com o Uruguai e principal rota de saída para os exilados, o que acabou implicando em especial atenção das forças repressivas. [...] Os órgãos diplomáticos também participaram do sistema de informações da ditadura. Para tanto, foi criado o Centro de Informações do Exterior (CIEEx), vinculado ao Serviço Nacional de Informações (SNI) e ao Ministério das Relações Exteriores

¹²⁰ Ibid., p. 852.

¹²¹ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS). Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Erechim. SOPS/E – 1.2.92.3.1. Erechim, 15/05/1967.

¹²² PADRÓS. *Como el Uruguay no hay...* p. 710.

do Brasil, para espionar os brasileiros que haviam se retirado do país, seja por exílio, fuga ou banimento.¹²³

O documento que se segue demonstra a preocupação das forças policiais com a atuação dos citados “pombos-correio”, que constantemente atravessavam a fronteira. O informe, difundido pelo DOPS/RS à delegacia de polícia de Cachoeira do Sul, atesta essa inquietação:

1 – Fato: Consta que ERNESTO PERTILLE FILHO, amigo de BRIZOLA, residente na Vila Assunção, possui casa em MONTEVIDÉU, para onde seguido viaja. É diretor da Rádio Princesa do Jacuí Ltda, dessa cidade.¹²⁴

A preocupação com o trânsito fronteiriço entre o Brasil e o Uruguai figurava entre as preocupações de Pio Corrêa, bem como das autoridades gaúchas, que agiam em colaboração com o mesmo:

Antes, porém, de partir para o Uruguai tive o cuidado de fazer uma visita ao Rio Grande do Sul – vizinho e irmão do Uruguai, limítrofe com este a título próprio antes mesmo do que como pedaço do Brasil. No aeroporto de Porto Alegre [...] fui esperado pelo Governador do Estado em pessoa: eloqüente indicação da importância atribuída pelo Rio Grande do Sul à Embaixada do Brasil no Uruguai. O Governador Meneghetti levou-me com ele para o Palácio, onde informou-me de que tanto a Polícia Civil como a Brigada Militar do Estado agiriam em estreita ligação com a Embaixada do Brasil em Montevidéu no tocante à vigilância do trânsito pela fronteira e quanto a possíveis atividades subversivas fomentadas desde o território uruguaio.¹²⁵

Em decorrência dessa colaboração, a fronteira seria guarnecida e monitorada em toda a sua extensão entre ambos os países:

O General Comandante do III Exército, General-de-Exército Justino Alves Bastos, teve a gentileza de visitar-me e disse-me que os Generais Comandantes das Primeira, Segunda e Terceira Divisões de Cavalaria, guardiães da fronteira, manteriam ligação comigo e manteriam a Embaixada permanentemente informada quanto a tudo que ocorresse desde a foz do Arroio Chuí até a barra do Rio Quarai, em toda a extensão da linha divisória com o Uruguai.¹²⁶

A preocupação com a fronteira se justificava, em grande medida, pela mobilidade empreendida pelos chamados “pombos-correio”, conforme se pode observar nas colocações do embaixador brasileiro:

¹²³ FERNANDES, op. cit., p. 81.

¹²⁴ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs). Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Cachoeira do Sul. SOPS/CS – 1.2.1286.17.5. Cachoeira do Sul, 13/04/1966.

¹²⁵ PIO CORRÊA, op. cit., p. 849.

¹²⁶ Ibid., p. 849.

Haviam recebido asilo político no Uruguai talvez duas centenas de brasileiros, formando uma verdadeira comunidade, um duro núcleo político, organizado em torno do ex-Presidente João Goulart, do ex-Governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, e do “Almirante Vermelho” Candido Aragão. A essa gente somavam-se talvez mais duas centenas de brasileiros, partidários de João Goulart e de Brizola, que não possuíam o status de asilos políticos, mas iam e vinham livremente entre o Brasil e o Uruguai, trazendo e levando mensagens de ou para correligionários no Brasil. Os conciliábulos entre os asilados e os chamados “pombos-correio” eram incessantes, e freqüentes as viagens de “pombos-correio” de um país ao outro.¹²⁷

Pio Corrêa tratou de estreitar as suas relações com autoridades dos departamentos fronteiriços uruguaios, especialmente naqueles limítrofes com o Brasil:

[...] face a um governo uruguaio pouco cooperativo e pressionado pela opinião pública e pela imprensa da Capital, cuja população – metade da população do país – era preponderantemente simpática aos asilados políticos brasileiros e hostil ao Governo revolucionário do Brasil – e a mim, representante deste Governo. [...] A opinião da Capital sendo tão marcadamente infensa aos meus propósitos e aos do meu Governo, tratei de buscar aliados entre as forças políticas do interior – tradicionalmente rivais e ciumentas das de montevidéu. Empreendi infatigável romaria aos vários Departamentos, especialmente àqueles situados sobre a fronteira do Brasil ou próximos dela: Treinta y Tres, Rocha, Melo, Rivera, Artigas, Tacuarembó, Cerro Largo. Em cada Departamento visitava zelosamente o Presidente da Junta Departamental e os Membros da Junta, o Chefe de Polícia, às vezes o Bispo, e sempre os principais chefes políticos, as notabilidades locais e os mais poderosos fazendeiros.¹²⁸

Ainda que a hostilidade de tratamento dispensada ao embaixador em Montevidéu esclareça uma de suas motivações na busca de apoio em outras localidades, a explicação estaria incompleta caso a encerrássemos neste ponto. Isso porque a escolha desses locais certamente não foi casual. E o fato de se situarem em uma região fronteira é bastante significativo. Os relatos de Pio Corrêa sobre a visita ao chefe de polícia de um departamento fronteiriço são bastante elucidativos nesse sentido:

[...] passei a explicar o motivo de minha visita. Além, disse eu, do desejo de conhecer tão alta autoridade, desejava conversar sobre medidas próprias a facilitar e a disciplinar o trânsito pela fronteira com o Brasil. Não queria referir-me, frisei, a qualquer problema de contrabando; considerava o contrabando fronteiriço como um aspecto natural, tradicional e nada de repreensível, das trocas de mercadorias entre populações vizinhas. [...] Esse tipo de visitas foi muito útil, pois encontrei nas Polícias Departamentais excelentes fontes de informação e ocasionalmente algum tipo de cooperação ativa, extra-oficial.¹²⁹

¹²⁷ Ibid., p. 854.

¹²⁸ Ibid., p. 869-870.

¹²⁹ Ibid., p. 871.

Conforme relatado, essas visitas lhe renderam importantes fontes de informação provenientes das polícias departamentais fronteiriças. A mencionada preocupação em “disciplinar o trânsito pela fronteira com o Brasil”, não estando ela relacionada ao aspecto do contrabando, segundo o próprio Pio Corrêa, nos permite inferir que se tratava do fluxo de militantes ou daquelas pessoas consideradas potenciais fatores de perturbação e ameaça à Segurança Nacional brasileira. Cabe ressaltar que o estabelecimento desses “contatos” não se limitou à fronteira uruguaia:

Não menos freqüentes e extensas foram as minhas incursões do outro lado da fronteira, em território brasileiro. Visitei uma por uma, e algumas delas mais de uma vez, todas as cidades fronteiriças ou próximas da fronteira: Chuí, Santa Vitória do Palmar, Pelotas, Rio Grande, Jaguarão, Sant’Ana do Livramento, Bagé, Alegrete, Uruguaiana, Quarai, São Gabriel, Santo Angelo, Santa Maria da Boca do Monte, Guaporé, sem falar em Porto Alegre.¹³⁰

O estabelecimento de mecanismos eficientes de colaboração entre os dois países foi-se aprimorando com o passar do tempo como decorrência, principalmente, das afinidades entre ambos os governos:

O governo uruguaio, devido às pressões políticas, diplomáticas e econômicas, começou a ceder, paulatinamente, às imposições da ditadura brasileira sobre o cerceamento dos exilados. Com a chegada de Pacheco Areco à presidência uruguaia, no final do ano de 1967, em consonância com o governo instalado no Brasil, a cooperação passou a ser o posicionamento adotado entre essas duas administrações.¹³¹

Assim, a região de fronteira do Rio Grande do Sul, que era um espaço-chave no mapa da mobilidade de militantes e, como decorrência, do aparato repressivo brasileiro, gradualmente, passou a ter as suas contrapartes fronteiriças marcadas pelo clima de insegurança, resultante da paulatina deterioração da democracia uruguaia.

¹³⁰ Ibid., p. 874.

¹³¹ FERNANDES, op. cit., p. 112.

3. REPRESSÃO E RESISTÊNCIA NA FRONTEIRA GEMINADA DE SANTANA DO LIVRAMENTO-RIVERA

Conforme se ressaltou anteriormente, o estado gaúcho constitui um espaço diferenciado nesse contexto, principalmente, levando-se em conta a sua configuração fronteiriça. Essa percepção é reforçada pelo estudo de Evelisse Neves, no qual a autora analisa e coteja dados referentes ao “perfil dos atingidos” traçados pelo Projeto “Brasil: Nunca Mais”. A comparação das informações do Rio Grande do Sul com as características generalizadas para o Brasil corrobora com a idéia de que o estado sulino tem que ser pensando como um espaço atravessado por outras dinâmicas em relação às demais regiões. Segundo Neves,

Mesmo que não tenhamos acesso a dados que abranjam todo o universo de reparados, os dados de que dispomos permitem afirmar que os tocados pela repressão, no RS, apresentam perfil diferenciado daquele apresentado pelo capítulo I – Dados estatísticos e caracterização geral – do tomo III – Perfil dos atingidos do Projeto “Brasil: Nunca Mais”, fonte primeira de todos os perfis até hoje traçados sobre os alvos da repressão ditatorial. [...] Os gaúchos não só eram em sua maioria nascidos no interior do Estado, mas também foram majoritariamente presos e torturados no interior do Estado, nos pequenos municípios.¹³²

Essas constatações são de suma importância para a presente monografia, que analisa a região fronteiriça gaúcha de forma geral, e uma cidade de fronteira do interior gaúcho de forma particular. Trata-se, ainda, de um espaço com forte influência do trabalhismo, um dos principais alvos a ser combatido pelo novo regime. Nesse sentido, percebe-se que os aspectos referentes ao grupo de pessoas que, desde os momentos iniciais, foi perseguido, e que corresponde à primeira geração de exilados – conforme analisado no capítulo anterior – vão ao encontro do perfil dos gaúchos:

Quanto à militância política propriamente dita, o pertencimento a organizações partidárias, o BNM apresenta 4.935, 66% dos processados, como pertencentes a organizações partidárias clandestinas, basicamente organizações da esquerda armada. Mais uma vez, os dados referentes aos gaúchos divergem. Mais de 60% pertenciam a organizações banidas pelo regime militar – como o PTB e os Grupos dos Onze – mas que eram legais quando nelas ingressaram.¹³³

¹³² NEVES, Evelisse. *Comissão Especial de Indenização a ex-presos políticos do Estado do Rio Grande do Sul: significados e perfil dos atingidos*. Dissertação (Mestrado em História Social) – PPGHIS, UFRJ, Rio de Janeiro, 2009. p. 182-184.

¹³³ *Ibid.*, p. 185.

Os Grupos dos Onze – em alusão ao número de jogadores de um time de futebol – foram organizados, sobretudo, em 1963, antes da deflagração do golpe. Estes surgiram

[...] da mobilização popular liderada por Leonel Brizola a fim de que as reformas de base fossem realizadas; para tanto, esses vários grupos de “onze companheiros” deveriam pressionar o Congresso e o presidente João Goulart. Também deveriam resistir ao golpe que os setores conservadores estavam organizando (na concepção de Brizola, o golpe de Estado encontrava-se em gestação).¹³⁴

Assim, o vínculo com o PTB e o pertencimento a esses grupos eram marcas recorrentes daqueles que foram atingidos pelo novo regime, já nos momentos iniciais. Conforme já destacado, essas pessoas, em sua maioria, não apenas eram provenientes do interior do estado, como também foram perseguidas no local de origem, e não nos grandes centros:

No Rio Grande do Sul, foram especialmente os residentes de municípios do interior do Estado, pessoas vinculadas ao PTB, com fortes laços de lealdade política ao “Dr. Leonel” e cujo foco de interesse nas reformas era a reforma agrária, a melhoria das condições de trabalho no campo e o maior apoio aos pequenos produtores que aderiram aos Grupos dos Onze. Eles eram pequenos agricultores – colonos – pequenos comerciantes, vereadores, prefeitos, vice e sub-prefeitos, servidores públicos, professores, participantes de cooperativas, alguns brigadianos.¹³⁵

A documentação disponível no AHRs, especialmente aquela proveniente da SOPS de Erechim – município do interior gaúcho –, datada de 1964, ou seja, ainda nos momentos iniciais da nova conjuntura política do país, atesta a intensa adesão de cidadãos aos Grupos dos Onze, bem como a preocupação e o alarde das autoridades com os mesmos:

AOS vinte e nove dias do mês de abril do ano de mil novecentos e sessenta e quatro (1964), nesta cidade de Erechim, RGS., na Delegacia Regional de Polícia [...] compareceu PEDRO PINHO MENDES [...] casado, com 36 anos de idade [...] de profissão agricultor, [...] residente em VOTOURO, no distrito de São Valentim e declarou pela maneira seguinte:- / “- QUE, ouviu através da Estação de Rádio Mayrink Veiga, os apelos do ex-deputado LEONEL DE MOURA BRIZOLA para que se organizassem em “GRUPO DE ONZE”; QUE, em vista dos apelos, o declarante resolveu organizar uma lista com onze assinaturas; QUE, o declarante ficou de Presidente do Grupo e o restante assinaram sem encargos; QUE, os outros que assinaram são agricultores [...]. QUE, segundo ouvia falar pelo rádio achava que era para beneficiar o povo, auxiliar a colônia com sementes e ferramentas; QUE, foi essa a sua deliberação; QUE, entendendo que ele era um trabalhista democrático, achou que não ficaria mal; [...] QUE, o seu grupo não

¹³⁴ FERNANDES, op. cit., p. 104.

¹³⁵ NEVES, op. cit., p. 161.

tinha armamento; QUE, nunca se reuniram; QUE, a sua lista remeteu ao Brizola, pelo Correio; [...] QUE, na zona de Votouro todos os habitantes faziam parte do Grupo dos Onze.¹³⁶

Assim como este, existem algumas dezenas de outros documentos correlatos. Optou-se por analisá-lo como um modelo que nos permite visualizar uma série de elementos pontuados até aqui. Dentre eles, destaca-se o período imediatamente posterior ao golpe de Estado, cerca de quatro semanas apenas; trata-se de uma cidade do interior, conforme citado. As ligações com o trabalhismo, e especificamente com o Brizola, são explícitas. A faixa etária é outro elemento bastante elucidativo, uma vez que, segundo ressaltado em relação à primeira geração de exilados, se trata de uma geração mais velha, em comparação com os jovens militantes dos anos posteriores. Em suma, as possibilidades e as potencialidades de análise dessa documentação são muitas, assim como os exemplos se multiplicam. Nesse sentido, não apenas a documentação do AHRS consultada, como também aquela analisada por Neves atesta as mencionadas características. Em relação à efetiva participação nesses grupos, a autora faz uma ressalva importante:

É difícil distinguir entre aqueles que foram presos especificamente por envolvimento com os mais diversos movimentos sociais, com as mobilizações pela reforma agrária, por participação no PTB, por ter participado em um Grupo dos Onze. A acusação de participação nos Grupos dos Onze foi um grande guarda-chuva para o aparato repressivo, sob ele, no Rio Grande do Sul, especialmente no interior do Estado, a repressão abrigou e rotulou toda sorte de adversários do regime.¹³⁷

Assim, podemos ampliar esse leque de pessoas e grupos atingidos pela ditadura, que figuravam como “inimigos internos” – cuja definição imprecisa permitia que diferentes setores ou movimentos fossem abarcados por essa noção, de acordo com as circunstâncias e conveniências do regime. Nesse sentido,

[...] não só os que lutavam pela terra, os que apoiavam a reforma agrária, os que pertenciam ou eram suspeitos de pertencer aos Grupos dos Onze foram alvos imediatos do regime militar. Buscaram também aos colegas de farda que tentaram resistir ao golpe, aos militares legalistas, aos vinculados ao esquema militar de Jango e Brizola, aos alinhados politicamente ao PTB e ao PCB. Além dos colegas de farda das Forças Armadas, buscaram, com especial atenção, aos brigadianos, aos integrantes da polícia-militar estadual.¹³⁸

¹³⁶ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS). Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Erechim. SOPS/E – 1.2.92.3.1 Erechim, 29/04/1964.

¹³⁷ NEVES, op. cit., p. 165.

¹³⁸ Ibid., p. 167-168.

Assim, sendo o Rio Grande do Sul um estado que apresentava uma situação excepcional, acabava exigindo um permanente alerta e acompanhamento por parte das forças de segurança. Nesse sentido, desde a deflagração do golpe de Estado, conforme já citado, a fronteira brasileira passou a ser vigiada, principalmente na divisa com o Uruguai, já que muitos daqueles que foram perseguidos ou ameaçados pelo novo regime solicitaram asilo político neste país, ingressando no mesmo através da fronteira gaúcha:

Cada vez mais, a extensa fronteira seca e as cidades “binacionais” (Chuí-Chuy e Santana do Livramento-Rivera), tornaram-se áreas extremamente sensíveis tanto aos acontecimentos da política interna de cada um dos países, quanto da política regional tomada em perspectiva global. Diversas rotas de passagem se constituíram no espaço interfronteiriço entre os dois países, de uso de resistência e da repressão.¹³⁹

Vale ressaltar, novamente, que as fronteiras territoriais, a partir da diretriz das “fronteiras ideológicas”, tornaram-se obstáculos para o trânsito daqueles que eram perseguidos, tendo em vista o permanente controle da região, a despeito de ser extremamente fluída para a repressão.

Conforme citado nos capítulos precedentes, as cidades geminadas de Santana do Livramento-Rivera, principal núcleo urbano da fronteira entre o Brasil e o Uruguai, foram a rota de saída do país mais utilizada. Além de se constituir como uma região de passagem, ela também se configurou enquanto local de permanência para muitos militantes que se deslocaram para o outro lado da linha divisória.

Assim, neste capítulo, será analisada, fundamentalmente, a forma como se deu a relação entre as ações repressivas do Estado brasileiro e a resistência a essas na fronteira sul-rio-grandense, especialmente em Santana do Livramento-Rivera, no recorte temporal que tem como marco, respectivamente, os anos de 1964 e 1968.

3.1 REDES DE SOLIDARIEDADE E RESISTÊNCIA NA FRONTEIRA

¹³⁹ PADRÓS, Enrique; MARÇAL, Fábio. O Rio Grande do Sul no Cenário da Coordenação Repressiva de Segurança Nacional. In: PADRÓS, Enrique et al. (Org.). *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória*. Vol. 3 – Conexão Repressiva e Operação Condor. Porto Alegre: Corag, 2010. p. 40.

A atuação dos agentes fronteiriços tanto no tocante ao auxílio aos que por lá passavam, quanto na obtenção de recursos para que esses permanecessem na fronteira foi de vital importância diante da nova conjuntura política atravessada pelo país. Estes formavam redes locais de solidariedade e, inclusive, de resistência ao regime, ainda que precariamente, dadas as condições vigentes. Assim, após termos analisado, no capítulo anterior, alguns dos “esquemas de fronteira” que se formaram a partir do estado gaúcho, cabe examinar o papel dos agentes fronteiriços nessa empreitada.

Pretende-se, dessa forma, analisar, neste subcapítulo, o impacto do golpe de Estado em Santana do Livramento, assim como a constituição das citadas redes fronteiriças, cuja atuação envolvia sujeitos de ambos os países, que atuavam em diferentes âmbitos.

3.1.1 O golpe de Estado e o refúgio do outro lado da linha demarcatória

O golpe de Estado, já em um primeiro momento, repercutiu naquela cidade fronteiriça. Nesse sentido, vale destacar que o então prefeito petebista de Livramento, Sérgio Fuentes, criou um foco de resistência na Prefeitura do Município com vistas a defender a ordem democrática e a apoiar o presidente deposto. Conforme mencionado anteriormente, a região possuía forte influência do trabalhismo – um dos “inimigos internos” a ser combatido pelo novo regime, segundo a Doutrina de Segurança Nacional. De acordo com Marlon Assef,

Com o golpe já em andamento, nos primeiros momentos do dia 1º de abril, Sérgio Fuentes decide dispor a Prefeitura Municipal como sede da resistência. No saguão do prédio é instalado um transmissor de rádio, doado por militantes comunistas de Rivera. Para lá se dirigem representantes sindicais, jornalistas, ativistas políticos e simpatizantes do governo deposto.¹⁴⁰

Percebe-se a participação e a solidariedade dos riverenses com os brasileiros de Santana do Livramento, fruto, possivelmente, dos já citados vínculos existentes entre ambos os lados artificialmente separados.

Não obstante, as declarações de João Goulart, ainda nos primeiros dias de abril daquele ano, somadas à sua chegada a Montevideu e à decorrente percepção da efetivação

¹⁴⁰ ASSEF, op. cit., p. 65.

do golpe, produziram forte impacto sobre a dinâmica fronteira e sobre os atores locais. Assim,

Para os envolvidos diretamente com os partidos opositores e líderes sindicais, a saída emergencial foi um breve resguardo em Rivera, à espera dos acontecimentos. A movimentação dos atores políticos perseguidos e autoexilados começava a aumentar dia a dia, conferindo um outro perfil político à fronteira, renovando um ciclo que mais uma vez abraçaria a região.¹⁴¹

Dessa forma, o fluxo de pessoas que tanto era proveniente de Livramento, e que se resguardaram em Rivera, assim como daqueles que vieram das diferentes regiões do país e que atravessaram para o Uruguai, foi aumentando paulatinamente. Desse modo, a constituição de redes locais de solidariedade e auxílio aos mesmos foi de suma importância naquele contexto.

3.1.2 A passagem e a sobrevivência em outro país a partir da solidariedade e auxílio dos agentes fronteiriços

As cidades gêmeas de Santana do Livramento e Rivera constituem o principal núcleo urbano de fronteira entre o Brasil e o Uruguai. Assim, para aqueles que optavam por esta região enquanto rota de saída, a sobrevivência exigia uma carga de informações que incluía, dentre outras coisas, o conhecimento do sinuoso traçado entre os dois países. Não obstante, conforme já mencionado, atravessar para o país vizinho não apenas não garantia a segurança dos que se retiravam – tendo em vista as constantes violações de fronteira dos demais países do Cone Sul levadas a cabo pelas forças repressivas brasileiras – como também representava uma árdua tarefa: “A fronteira brasileira passou a ser percebida como o último local de alcance da repressão (o que nem sempre ocorria, em realidade). Entretanto, cruzá-la não era tão fácil: a fronteira havia se constituído em um verdadeiro alçapão.”¹⁴² Assim, para ingressar no país vizinho era necessário burlar os complexos mecanismos de vigilância da fronteira. Conforme destacou Assef:

Por inúmeras vezes a linha imaginária exerceu uma atração ilusória e enganadora. Eleita como uma rota de fuga natural para o Uruguai, os cerca de 600 quilômetros que separam a capital gaúcha de Santana do Livramento nunca foram fáceis de

¹⁴¹ Ibid., p. 72.

¹⁴² FERNANDES, op. cit., p. 83.

transpor, como poderia parecer. As rotas de trem, via Santa Maria e Cacequi, ou de carro e mesmo as de ônibus – mais usadas – esbarravam constantemente na vigilância militar.¹⁴³

Conforme analisou-se no capítulo precedente, para deixar o país, os “esquemas de fronteira” adotaram, sobretudo, as linhas de ônibus. Contudo, Estoecel Santana ressalta que, inicialmente, as rotas de trem eram menos visadas pelo regime:

O trem era menos visado pela ditadura. Depois, sim. No trem eles não pediam documento. Os ônibus, sim. Eu quando vim, vim pelo trem. E eles não me pediram nada.¹⁴⁴

Estoecel Santana, que fora preso e expulso como subversivo da Força Aérea Brasileira (FAB), resolveu ir de trem para Rivera, chegando nessa cidade em condições precárias. Conforme destacou:

[...] felizmente eu era daqui e tinha meus parentes, meus tios, então fui lá para a casa de um tio meu, uma rica pessoa que me amparou.

Assim, entre aquelas famílias que se estabeleceram na fronteira Brasil-Uruguai após 1964, algumas já possuíam laços de parentesco em Livramento e Rivera, o que certamente facilitou, em alguma medida, o estabelecimento na região. Não obstante, outras pessoas lá chegaram com pouca ou nenhuma referência. Em ambos os casos, a constituição de redes de solidariedade se mostrou de fundamental importância para aqueles que lá se instalavam.

Inicialmente, o núcleo santanense do Partido Comunista Brasileiro, acostumado à clandestinidade dos anos precedentes, assumiu a recepção aos que buscavam refúgio na região de fronteira. Além da já citada influência trabalhista, percebe-se que o PCB possuía um número considerável de adeptos em Livramento, conforme pode-se notar a partir do relato de Luiz Carlos Santana:

Eu sou filho de um trabalhador que era do Partido Comunista. E eu na juventude ou até na infância, observava as reuniões do PC, que, às vezes, eram feitas em casa. Um determinado tipo de reunião com todo um cuidado, muito apurado, em função da repressão. Então, [...] meus irmãos montavam guarda pra reunião acontecer com normalidade e não correrem risco. Bom, a partir de um certo momento, com o advento do governo Jango, há uma movimentação extraordinária em relação ao que se vinha vivenciando anteriormente e uma expectativa, um alvoroço político, que se estabelecia aqui na fronteira, porque o PC, embora na clandestinidade, era um partido relativamente atuante. A gente

¹⁴³ ASSEF, op. cit., p. 94.

¹⁴⁴ Entrevista concedida por Estoecel Ribeiro Santana, 72 anos, em Santana do Livramento, em 2 de outubro de 2010.

via, por exemplo, o jornalista, o militante jornalista do PC, cruzando rua e distribuindo o jornal do partido.¹⁴⁵

A marcante atuação do PCB, todavia, não excluía a ação de diversos outros grupos partidários ou não, como, por exemplo, religiosos e funcionários públicos locais de ambos os lados da fronteira, assim como de diversas famílias. Além disso, estabeleceu-se uma rede de informações, que envolvia contatos da polícia brasileira e uruguaia, assim como eram obtidos dados privilegiados do próprio Exército, conseguidos, muitas vezes, através de redes de parentesco e amizades. Essa rede contava, inclusive, com o apoio de membros do partido governista. Nesse sentido, é emblemático o auxílio prestado pelo casal Zuil Correa Pujol e Edair Machado Pujol aos que se encontravam em Rivera. Zuil era proveniente de uma família udenista e seu pai era um militar da Brigada. Assim, ainda que não fosse filiado, tinha formação na União Democrática Nacional (UDN). No início de 1966, voltou para Livramento para exercer a profissão de médico, depois de ter concluído seus estudos em Santa Maria. Nesse período, entrou para a Arena, tendo sido, inclusive, membro do diretório municipal. Zuil e Edair ajudavam os que estavam no Uruguai de diversas formas, tanto através do auxílio médico, quanto da ajuda material, a partir da obtenção de comida, por exemplo. Segundo assinalou, os companheiros da Arena não desconfiavam do auxílio prestado aos exilados, tendo sido ele cotado, inclusive, para ser vereador pelo partido em Livramento. Fato que, de acordo com Zuil, atestaria a confiança dos companheiros arenistas. Apenas em meados da década de 1970, começou a se desgostar com o partido.¹⁴⁶

Conforme pode-se notar, o êxito da passagem para o país vizinho dependia da conexão realizada, através de militantes políticos, entre aqueles que almejam deixar o país e a base de apoio na cidade fronteiriça. Segundo Edair Machado Pujol,

Aqui na fronteira as pessoas eram solidárias. Às vezes, não eram nem políticos, mas ajudavam. Não estavam nem envolvidas com política e ajudavam.¹⁴⁷

Assim, a colaboração de cidadãos sem um histórico de envolvimento político – e, portanto, longe dos olhos da polícia – com aquelas pessoas que necessitavam de auxílio

¹⁴⁵ Entrevista concedida por Luiz Carlos Santana, 61 anos, em Santana do Livramento, em 2 de outubro de 2010.

¹⁴⁶ Entrevista concedida por Edair Machado Pujol, 67 anos, e Zuil Correa Pujol, 72 anos, em Santana do Livramento, em 2 de outubro de 2010.

¹⁴⁷ Entrevista concedida por Edair Machado Pujol, 67 anos, em Santana do Livramento, em 2 de outubro de 2010.

para atravessar a fronteira foi de extrema importância. Dessa forma, a ajuda prestada pelas redes de solidariedade locais, que muitas vezes independiam de vinculações políticas, foi vital para a sobrevivência daqueles que chegavam à fronteira em condições precárias e que, depois de atravessarem em segurança para o outro lado, necessitavam de auxílio para sobreviver em uma terra estranha:

O envolvimento político e a ajuda de simpatizantes, policiais ou funcionários públicos de ambas as cidades muitas vezes seria fundamental para a passagem dar certo. Desde a resolução de problemas dos mais prosaicos até a obtenção de documentação e passes para chegar a Montevideú, de remédios ou auxílio médico, tudo dependia de uma rede de solidariedade que protegia a quem chegava ali pela primeira vez.¹⁴⁸

Estoecel destaca, em seus relatos, a participação de cidadãos uruguaios na constituição dessas redes locais:

Nós tínhamos muito apoio dos uruguaios e de cidadãos brasileiros que moravam aqui [...] e do Partido Comunista do Uruguai, que nos deu um grande apoio.¹⁴⁹

Esse auxílio prestado envolvia, inclusive, pessoas ligadas à instituição policial e às forças armadas, de ambos os países. Segundo Antônio Apoitia,

[...] tinha uma organização aqui para passar gente. E tinha um policial de Rivera, que morava naquela rua do Cassino, por ali, e eu tinha com ele um acerto. Quando precisava passar alguém pro Uruguai, ele é que fornecia um formulário, fulano de tal, colocava um nome, e com aquilo ali, que era um documento oficial carimbado, ele tinha assinado como chefe de polícia. E ele colocava um nome de posto, que as pessoas usassem. Eu mesmo usava aquilo freqüentemente. Eu usava outro nome. Eu, por exemplo, usava o nome Alma Fuerte, então quem viajava era o Antônio Alma Fuerte, que era meu pseudônimo, minha identidade. Então, eu deixava os meus documentos por aqui, e pegava minha identidade de Alma Fuerte, que foi feita no quartel general de Porto Alegre. Eu tinha um amigo lá que me fez uma Carteira de Identidade do Exército, uma carteira verde, mas eu era civil. E ele me fez lá no QG assinado pelo general. [...] claro que aquela Carteira eu só usava quando eu viajava para o Uruguai. Eu escondia a carteira aqui.¹⁵⁰

A movimentação política na fronteira era intensa, a despeito da permanente vigilância a que estavam sujeitos os que por lá passavam ou viviam. Apoitia assinalou alguns dos estratagemas utilizados para burlar esse controle:

¹⁴⁸ ASSEF, op. cit., p. 98.

¹⁴⁹ Entrevista concedida por Estoecel Ribeiro Santana, 72 anos, em Santana do Livramento, em 2 de outubro de 2010.

¹⁵⁰ Entrevista concedida por Antônio Apoitia Neto, 75 anos, em Santana do Livramento, em 2 de outubro de 2010.

[...] e quando havia uma reunião importante, que era uma reunião secreta, com pessoas que estavam foragidas da polícia, nós a fazíamos em um carro, dentro do automóvel, de noite. A gente marcava uma hora, por exemplo, lá pelo Cassino, uma rua qualquer. E subia cinco pessoas em um automóvel. [...] E a gente discutia uma série de coisas sobre política, pra tomar alguma decisão sobre a passagem de algum fulano. E tinha um que ficava encarregado de conseguir um papel da polícia uruguaia. Daquele policial uruguaio. [...] Havia muita gente [que ajudava], tinha gente do Exército. [...] E isso era muito comum por aqui. E políticos passaram por aqui, gente do governo federal. É a natureza da fronteira, não é? Atravessa a rua e está do outro lado. Com documento falso, que tinha gente aqui que fazia.¹⁵¹

É importante lembrar, conforme já ressaltado, que, normalmente, os exilados tinham o seu nível social rebaixado, dadas as difíceis condições em que se encontravam em uma terra desconhecida: “Em geral, trata-se de um processo penoso, agravado pelas carências materiais, pelo descontentamento da língua, da cultura e dos trâmites burocráticos, pela falta de documentos, pela não rara impossibilidade de exercer a profissão de origem.”¹⁵² Nesse sentido, destacou também Marques:

[...] a maioria dos brasileiros no Uruguai foi obrigada ainda a sobreviver com graves dificuldades financeiras. A saída forçada e inesperada do país encontrou muitos desprevenidos – sem reservas financeiras –, o que foi agravado pela perda das suas ocupações de trabalho – muitos ocupavam cargos no governo deposto, e os demais, devido às suas vinculações políticas, foram obrigados a abandonar tudo para escaparem da repressão. Além disso, vale lembrar que vários dos perseguidos pela ditadura perderam parte de seus bens devido às apreensões ilegais que ocorreram constantemente durante esse período de repressão política.¹⁵³

Assim, a ajuda prestada por Estoecel Santana aos que lá chegavam sem condições materiais de sobreviver foi fundamental. Estoecel empregava algumas pessoas como professores no cursinho que fundara para conseguir permanecer na fronteira:

Comecei com um boteco, vendendo doce, mas depois não deu certo. Daí o Aquiles Alves, professor que ajudou todo mundo, [...] me disse “porque tu não anuncia para dar aula?”, porque eu era bom em matemática. [...] E daí ele colocou em *A Platéia* [jornal local] o anúncio e ele me cedeu a casa dele para dar aula. [...] Eu comecei ali no Aquiles com três alunos. [...] começaram no boca-a-boca a vir mais alunos, então já não dava mais pra dar aula no Aquiles. Então, eu aluguei uma salinha.

Dessa forma, muitos puderam exercer uma profissão, ainda que destoasse de sua formação original. Conforme destacou Marques, “De fato, a maioria dos brasileiros

¹⁵¹ Entrevista concedida por Antônio Apoitia Neto, 75 anos, em Santana do Livramento, em 2 de outubro de 2010.

¹⁵² ROLLEMBERG, op. cit., p. 28.

¹⁵³ MARQUES, op. cit., p. 68.

exilados no Uruguai teve que recorrer a empregos que não tinham relação com a sua formação profissional.”¹⁵⁴

Cabe ressaltar que, ainda que alguns militares, policiais, dentre outros, colaborassem com os exilados, percebe-se que a vigilância era permanente, conforme podemos perceber através do relato de Estoecel:

E aí, por incrível que pareça, e esse é um fato interessante, os milicos passaram a estudar lá [no curso fundado por ele]. Os militares, para fazer a escola militar. [...] Eu não podia entrar aqui, mas eles iam para lá. [...] Aí, era gente que estudava na polícia, e tinham também os que eram investigadores, que iam pra aula para observar.¹⁵⁵

Muitas vezes, ajudava-se com aquilo que estava ao alcance dessas pessoas, desde o auxílio na obtenção de algum emprego, conforme observado, até algo para se comer, um lugar para se dormir, etc. Conforme América,

Na minha casa passaram inúmeros exilados. Tem uns que marcam a gente. Teve um rapaz, Armênio, que era de São Paulo, de Santos. Era ele e uma irmã. E ele apareceu na minha casa com os pés em carne viva. Ele veio de carona até Rosário. Ele conseguiu carona com um caminhão. E de Rosário até chegar aqui em Rivera, ele veio por dentro dos campos, para poder não passar nos controles. Chegou praticamente só com a roupa do corpo, de pés descalços. E eu fiquei chocada de ver o estado dele. E era um menino também. [...] e daí eu fui conseguir com um sobrinho do Santana [...] roupa. Daí ele me levou roupa, levou calçado.¹⁵⁶

Percebe-se, pois, que essas redes locais, que se formavam no intuito de auxiliar aqueles que necessitavam, envolviam diversas pessoas. Segundo América,

Desde que eu fiquei com casa instalada aqui [Rivera], em 1965-1966, a gente já começou a receber o pessoal, os vizinhos me procuravam. Uns passavam para os outros. Uns vinham na minha casa, outros vinham na do Santana, outros vinham para o Burma.¹⁵⁷

Para muitos dos que se encontravam no Uruguai após o golpe, inclusive para os que estavam instalados em Montevideú, a aproximação freqüente com a fronteira significava não apenas o auxílio aos que lá se encontravam exilados, como também àqueles que

¹⁵⁴ MARQUES, op. cit., p. 69.

¹⁵⁵ Entrevista concedida por Estoecel Ribeiro Santana, 72 anos, em Santana do Livramento, em 2 de outubro de 2010.

¹⁵⁶ Entrevista concedida por América Ineu Chaves, 73 anos, em Santana do Livramento, em 2 de outubro de 2010.

¹⁵⁷ Entrevista concedida por América Ineu Chaves, 73 anos, em Santana do Livramento, em 2 de outubro de 2010.

mantinham uma posição de confronto com a ditadura brasileira a poucos metros de distância da linha divisória. Assim, a ida para Rivera e o estabelecimento nessa cidade obedecia tanto à necessidade de fugir da nova ordem instaurada em 1964, como também significava uma sensação de possibilidade de enfrentamento, mesmo que débil, à ditadura civil-militar. Apoitia Neto, além de prestar o citado auxílio para facilitar a passagem daqueles que necessitavam, conectava o exílio daqueles que estavam em Montevidéu, com a fronteira e, inclusive, Porto Alegre:

Vim para Rivera, daí tirei a cidadania uruguaia e passei a ir freqüentemente a Montevidéu. [...] Eu tinha a certidão de identidade com outro nome e eu viajava freqüentemente a Montevidéu. Tive contato com o Brizola, com o Jango, com o Ministro Amaury Silva [...] que estavam exilados lá, e com vários subversivos e exilados. E eu usava documento falso. Eu usava outra identidade. E vivia indo de Rivera a Montevidéu. E Porto Alegre também. Fazia documentos, passava pessoas. Eu era muito ativo nesse sentido. [...] Eu era subversivo, inimigo do regime, da ditadura.¹⁵⁸

E Acrescenta ainda:

A gente conseguia no Uruguai muito material político que a gente fazia chegar até Porto Alegre. Levava aquilo clandestinamente. Material de gente mesmo como o Jango, o Amaury, o Brizola que estavam lá. Às vezes, correspondência. [...] mandava por alguém ou ia pessoalmente.

Cabe ressaltar que a sobrevivência isolada na fronteira, longe das mencionadas redes de solidariedade, se revelava uma tarefa quase impossível. Não obstante, a atuação de forma solitária foi um recurso necessário, sobretudo, com o recrudescimento da repressão, após a decretação do AI-5, quando a infiltração nas organizações de esquerda cresceu significativamente. Nesse sentido, é emblemática a tentativa de Claudio Antônio Weyne Gutiérrez – que, em função da condenação pelo Superior Tribunal Militar, da qual foi vítima em outubro de 1969, teve que sair do país, passando pelo Uruguai, Chile e Bolívia. Gutiérrez tentou criar uma rede de apoio na fronteira Livramento-Rivera em 1972. Segundo relata em seu livro de memórias, tentou fixar-se nessa zona como simples fotógrafo: “Minha próxima tarefa era estabelecer-me na fronteira Uruguai-Brasil e criar uma base de apoio sem contar com os brasileiros asilados no Uruguai. Para tanto, dispunha de mil

¹⁵⁸ Entrevista concedida por Antônio Apoitia Neto, 75 anos, em Santana do Livramento, em 2 de outubro de 2010.

dólares e de uma máquina fotográfica.”¹⁵⁹ Contudo, conforme mencionado, a dificuldade de operar sozinho em um ambiente como aquele era patente:

Tentei, durante alguns meses, me estabelecer como fotógrafo. [...] Certamente, estava muito longe de ser um profissional bem-sucedido. Trocava correspondências codificadas com a VPR. Estabelecer-me em Rivera, construir uma infra-estrutura para permitir a passagem de militantes, sem nenhum contato e sem dinheiro, revelou-se uma tarefa impossível. Por volta de junho, me convenci da inviabilidade de minha missão naquelas condições e retornei a Montevideú.¹⁶⁰

Percebe-se, pois, a importância dos agentes fronteiriços nesse contexto, que, de acordo com suas possibilidades, resistiram e burlaram os mecanismos de vigilância e repressão da ditadura civil-militar, seja através de uma postura de enfrentamento mais explícita, seja através do auxílio aos que necessitavam. Examinaremos, no tópico subsequente, as estratégias do aparato repressivo no intuito de controlar a fronteira, através de políticas e ações específicas para a região, que dispensava um tratamento diferenciado.

3.2 AS AÇÕES DO APARATO REPRESSIVO NA REGIÃO DE LIVRAMENTO-RIVERA

A partir dos aspectos supracitados, pode-se elencar uma série de fatores, dentre tantos outros, que contribuiu para que a fronteira do Rio Grande do Sul, e particularmente aquela formada com a Banda Oriental, fosse alvo de permanente vigilância e de diversas ações por parte do aparato repressivo do estado. Nesse sentido, destacam-se a constante passagem pela fronteira gaúcha – principalmente por Santana do Livramento-Rivera – de inúmeras pessoas; a atuação dos chamados “pombos-correio”; e as redes fronteiriças de resistência e solidariedade. A região tornou-se, dessa forma, extremamente visada pelos órgãos da repressão do estado, que tinham a preocupação de monitorá-la e controlá-la, a partir de políticas específicas. Assim, nesse subcapítulo, pretende-se analisar o caráter dessas ações sobre a fronteira do estado gaúcho, cujo ápice correspondeu ao processo de intervenção por parte do CSN em 1968.

¹⁵⁹ GUTIÉRREZ, Claudio. *A guerrilha Brancaleone*. Porto Alegre: Proletra, 1999. p. 97.

¹⁶⁰ *Ibid.*, p. 98.

3.2.1 Os órgãos repressivos do Rio Grande do Sul e as ações de controle e monitoramento da fronteira

O surgimento dos primeiros Departamentos de Ordem Política e Social (DOPSs)¹⁶¹ data das décadas de 1920 e 1930, período marcado por intensas movimentações políticas. Estes órgãos especiais, criados no âmbito das polícias civis, estavam vinculados às secretarias estaduais de segurança pública de inúmeros estados brasileiros. Sobre as motivações que levaram à sua constituição, Caroline Bauer destacou que:

Os DOPSs surgiram da necessidade de implementação de um amplo aparato de cunho administrativo-legal a fim de controlar manifestações de descontentamento político. Assim, juntamente com a criação de DOPSs em âmbito regional, diversas leis federais especialmente destinadas à repressão dos crimes políticos foram sancionadas. A partir desse período, evidencia-se o peso, a importância e o caráter decisivo que a organização policial teve para o Estado.¹⁶²

Com o advento do golpe de Estado, em 1964, foram levadas a cabo mudanças na estrutura e no funcionamento desse órgão. Diversas diretrizes presentes na Doutrina de Segurança Nacional estiveram no cerne desse processo. Nesse sentido,

As mudanças que o DOPS/RS sofreu a partir da deflagração do golpe contra-insurgente de 31 de março de 1964 e a institucionalização do regime de segurança nacional visaram a adequá-lo aos ditames da doutrina de segurança nacional e ao processo de militarização da sociedade, empreendido pelos militares ao tomar o poder. Essas reformas também visaram a ajustar a ação do órgão ao aprimoramento do aparato repressivo da ditadura brasileira, principalmente aos órgãos federais criados após o golpe.¹⁶³

As mencionadas modificações, consoantes com o novo regime, exigiram uma reformulação na estrutura do órgão, na composição de seus quadros e na ação de polícia política. Além disso, posteriormente, foram empreendidos diversos ajustes conforme a conjuntura. Cabe ressaltar, ainda, que “a militarização do DOPS/RS não incluiu somente a presença física de militares em cargos importantes, mas também – e principalmente – a

¹⁶¹ Sobre o surgimento do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (DOPS/RS) e, principalmente, sobre sua atuação durante a ditadura civil-militar de 1964, ver BAUER, Caroline. *Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar: terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)*. Dissertação (Mestrado em História) - PPGH, UFRGS, Porto Alegre, 2006.

¹⁶² *Ibid.*, p. 53.

¹⁶³ *Ibid.*, p. 70.

possibilidade de realização das doutrinas defendidas ou formuladas pelos militares e a transferência dos valores castrenses à administração pública.”¹⁶⁴

No tocante à configuração do aparato repressivo do estado gaúcho, além do DOPS/RS, que funcionava na capital, existiam ainda as Seções de Ordem Política e Social (SOPSs), que estavam subordinadas ao mesmo e foram instaladas em delegacias regionais de polícia do interior do Rio Grande do Sul, funcionando como suas filiais, pois cumpriam funções semelhantes àquele órgão. Nesse sentido, as SOPSs tanto forneciam importantes informações sobre as respectivas regiões ao DOPS/RS, quanto recebiam deste ordens e instruções. A partir do intercâmbio e da colaboração entre esses órgãos, foi possível estender o alcance da repressão para as mais diferentes áreas do estado, inclusive, para a região fronteira, que figurava como um espaço crítico de defesa da Segurança Nacional, conforme já mencionado. Assim, “O DOPS/RS elaborou uma série de estudos sobre as pessoas que faziam contato com os exilados, as rotas de entrada e saída do país e a infraestrutura de apoio na zona de fronteira, entre outros.”¹⁶⁵ Podemos perceber a preocupação com a região fronteira, bem como o tratamento diferenciado dispensado à mesma, através da análise de um relatório datado de 1966, que trata do caso do Tenente Biscuby que, aparentemente, por suas vinculações com o PTB, teria sido removido de uma cidade de fronteira do Rio Grande do Sul:

[...] soube o Cel. que o Tte. era inclusive ptb ferrenho, tendo sido por este motivo removido da fronteira para esta cidade após a Revolução.¹⁶⁶

O exame desse documento nos permite inferir uma série de elementos, dentre os quais destacamos a já mencionada influência trabalhista no estado sulino, e também na fronteira do mesmo, inclusive nos meios militares. Outro aspecto que podemos nos questionar é por que razão um militar petebista, estando ele em um município de fronteira, representaria um desconforto maior para o regime, se comparado com a sua estada em alguma cidade de outra região do estado? A fragmentação constitutiva desse acervo documental não nos permite acompanhar e averiguar se o citado Tenente sofreu algum outro tipo de retaliação posteriormente. O fato que podemos constatar, se nos limitarmos

¹⁶⁴ Ibid., p. 70-71.

¹⁶⁵ Ibid., p. 201.

¹⁶⁶ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs). Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Lagoa Vermelha. SOPS/LV – 1.21.1.1. Lagoa Vermelha, 19/11/1966.

apenas à análise desse documento, é que ele permaneceu nos quadros das forças armadas, tendo sido apenas removido da fronteira, já que lá, possivelmente, era um fator de perturbação maior para o regime.

O alcance da repressão, de acordo com aspectos já ressaltados no capítulo precedente, se estendia para além desses limites. Dessa forma, mesmo com todas as dificuldades relativas à imbricada tarefa de atravessar a fronteira, conseguir abrigo em um país vizinho não significava necessariamente que se estaria em segurança. Isso porque as ações do aparato repressivo não estavam circunscritas ao território nacional: “os órgãos brasileiros não se restringiam a obter informações somente de atividades ocorridas no Rio Grande do Sul. A amplitude dessa rede sofisticada chegava até o Uruguai.”¹⁶⁷ Cabe destacar, novamente, que essa rede não apenas se estendia para além das fronteiras brasileiras, como contava com o apoio de setores desses países, mesmo quando esses ainda viviam sob a égide de um regime democrático.

Outra mudança efetuada a partir de 1964 foi a criação de uma estrutura paralela, vinculada ao DOPS/RS, conhecida como Dopinha. Apesar de seu surgimento estar atrelado àquele órgão, era desvinculada funcional e hierarquicamente do mesmo, sendo integrada por membros das Forças Armadas e da polícia civil. Assim como a Dopinha, existem casos de outros centros clandestinos espalhados pelo Brasil. Não obstante, o fato de figurar entre os primeiros atesta a importância atribuída ao Rio Grande do Sul, tendo em vista as suas importantes e visadas fronteiras com os países do Prata:

Logo após o golpe de 64, muitos exilados refugiaram-se no Uruguai e na Argentina através do Rio Grande do Sul, entre eles, o próprio ex-presidente João Goulart e o deputado federal e ex-governador gaúcho Leonel Brizola. A proximidade destas lideranças apressou o surgimento, no Estado, do primeiro órgão secreto oficioso da repressão política do país, logo após o golpe militar de 1964. Ficou conhecido como Dopinha.¹⁶⁸

Essa proximidade com a Argentina e, sobretudo, com o Uruguai e, por conseguinte, com lideranças perseguidas pela ditadura que lá se encontravam, era constante fonte de preocupação, já que estes eram vistos como potenciais desestabilizadores do regime.

¹⁶⁷ FERNANDES, op. cit., p. 101.

¹⁶⁸ MITCHELL, José. *Segredos à direita e à esquerda na ditadura militar*. Porto Alegre: RBS Publicações, 2007. p. 20.

Assim, a formação da Frente Ampla¹⁶⁹ e sua influência no Brasil incomodavam as autoridades. Tendo em vista os objetivos da presente monografia, destacaremos, ainda que brevemente, seu impacto apenas sobre a região fronteira. Nesse sentido, houve a formação de núcleos frentistas na fronteira, os quais foram permanentemente infiltrados e vigiados, no intuito de combatê-los. Diversos são os documentos que encontramos no AHRS que atestam esse fato. Dentre eles, destacamos uma reunião de representantes de municípios da fronteira, tais como Rio Grande, Bagé, Pelotas, São Gabriel e Santana do Livramento. Em relação a esse último, constam as seguintes informações:

DR LÚCIO SOARES NETO, representante de LIVRAMENTO/RS, residente à rua Silveira Martins nº 742 e atualmente vereador pelo MDB. Atuou ativamente no conflito armado entre a Polícia e Comunistas em 1950 na linha divisória de Livramento com Rivera (ROU) onde morreram quatro comunistas. Após este conflito homisiou-se no Uruguai. Homisiou-se novamente em 3/64 antes mesmo que fosse dado ordem de prisão. Por ocasião da eleição da mesa da Câmara de Vereadores, em Março de 66, o Cmt da Guarnição Federal de Livramento resolveu tirá-lo de circulação em virtude de haver o mesmo articulado um esquema para que não fosse eleito para a Presidência da referida mesa um vereador da “Arena”. Exerce grande influência na Prefeitura Municipal de Livramento. Esteve recentemente em P. Alegre retornando para Livramento dia 9/Fev/68 (sexta-feira).¹⁷⁰

Essa fonte permite-nos perceber diversos elementos anteriormente citados, dentre eles, a influência do Partido Comunista na cidade, a utilização da linha demarcatória como refúgio em diferentes conjunturas, assim como a força dos movimentos de oposição na região. No tocante aos mecanismos de controle do aparato repressivo, percebe-se a atuação do mesmo, a partir da obtenção de informações tão precisas, bem como a preocupação com figuras de destaque da cena política fronteira.

3.2.2 A intervenção do Conselho de Segurança Nacional: a fronteira como *Área de Interesse da Segurança Nacional e Sub-Área de Defesa Interna*

¹⁶⁹ Em 1967, foi firmado um acordo formal de cooperação entre Magalhães Pinto, Carlos Lacerda – ambos haviam desempenhado um papel de destaque na conspiração que levou ao golpe de Estado – João Goulart e Juscelino Kubitschek, que estabeleceu as bases de sua aliança. Este documento ficou conhecido como Pacto de Montevideu e constituiu o programa da Frente Ampla, a qual, paulatinamente, começou a adquirir características de um partido político de oposição, que possuía amplas bases. Dentre as principais reivindicações do programa frente-amplista, estava a redemocratização do país. Contudo, já em abril de 1968, o governo baixou um decreto-lei proibindo a sua existência. Cf. ALVES, op. cit.

¹⁷⁰ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS). Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Lagoa Vermelha. SOPS/LV – 1._53.1.1. Lagoa Vermelha, 12/03/1968.

O processo analisado até então contribuiu, de forma significativa, para o clima de efervescência política nessa região binacional. Assim, desde 1968, percebe-se o delineamento de uma nova conjuntura em ambos os lados da fronteira. Dessa forma, acredita-se que os diversos elementos pontuados anteriormente culminaram, nesse período, com o fechamento ainda maior do regime. Vale lembrar que o Uruguai, a partir desse momento, foi atravessado por uma escalada progressiva da repressão. A despeito da análise minuciosa dessas questões extrapolar os limites e objetivos da presente monografia, acreditamos ser importante destacá-las, dentre outros motivos, porque elas possibilitam enunciar problemas ainda em aberto e que poderiam render outras instigantes pesquisas.

Muitos dos aspectos elencados concorreram para que as cidades fronteiriças em geral, e Santana do Livramento em particular, sofressem um processo de intervenção por parte do Conselho de Segurança Nacional ainda em meados de 1968. Desde a promulgação do Ato Institucional nº 3 (AI-3), em 5 de fevereiro de 1966, ficou estabelecido que as eleições no âmbito estadual se dariam de forma indireta, através da maioria absoluta de votos das Assembléias Legislativas, assim como os prefeitos de todas capitais seriam nomeados pelos governadores.¹⁷¹ Poucos anos depois, uma série de outros municípios entrou para essa lista. Assim, o primeiro desses decretos – e que atingiu toda a fronteira gaúcha – foi a Lei nº 5.449 de 1968, que declarou uma série de cidades como sendo *Área de Interesse da Segurança Nacional*. Não obstante, desde antes já figurava essa intenção, em relação à fronteira, conforme pode-se perceber, dentre outros, pelo sumário de informações referente ao ano de 1967:

Fronteira será Zona de Segurança Nacional. Vários municípios da região fronteiriça deverão ser considerados Zona de Segurança Nacional: URUGUAIANA, S BORJA, ITAQUI, QUARAÍ, LIVRAMENTO, ALEGRETE, segundo informação do Deputado FLORES SOARES JR.¹⁷²

Nota-se também que, desde o início, a pretensão de intervir nessas áreas causou impacto significativo no cenário político:

¹⁷¹ BRASIL. Ato Institucional nº 3, de 5 de fevereiro de 1966. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/atoins/1960-1969/atoinstitucional-3-5-fevereiro-1966-363627-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 13 nov. 2011.

¹⁷² Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs). Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Lagoa Vermelha. SOPS/LV – 1.35.1.1. Lagoa Vermelha, dezembro/1967.

Apesar do recesso da Assembléia Legislativa, repercutiu intensamente na área política o caso das “áreas de segurança” em ambos os partidos e na imprensa.¹⁷³

Tal decisão era prerrogativa exclusiva do CSN, órgão ligado à Presidência da República, segundo o Artigo 91 da Constituição de 1967¹⁷⁴. A partir de então, as localidades atingidas passariam a ser governada por um interventor nomeado pelo governador do estado, com o aval do general-presidente. É importante ressaltar que, dos 68 municípios atingidos inicialmente, 21 eram gaúchos. E, ainda mais elucidativo, é o fato de que todos aqueles municípios se situam na fronteira com a Argentina e com o Uruguai.¹⁷⁵

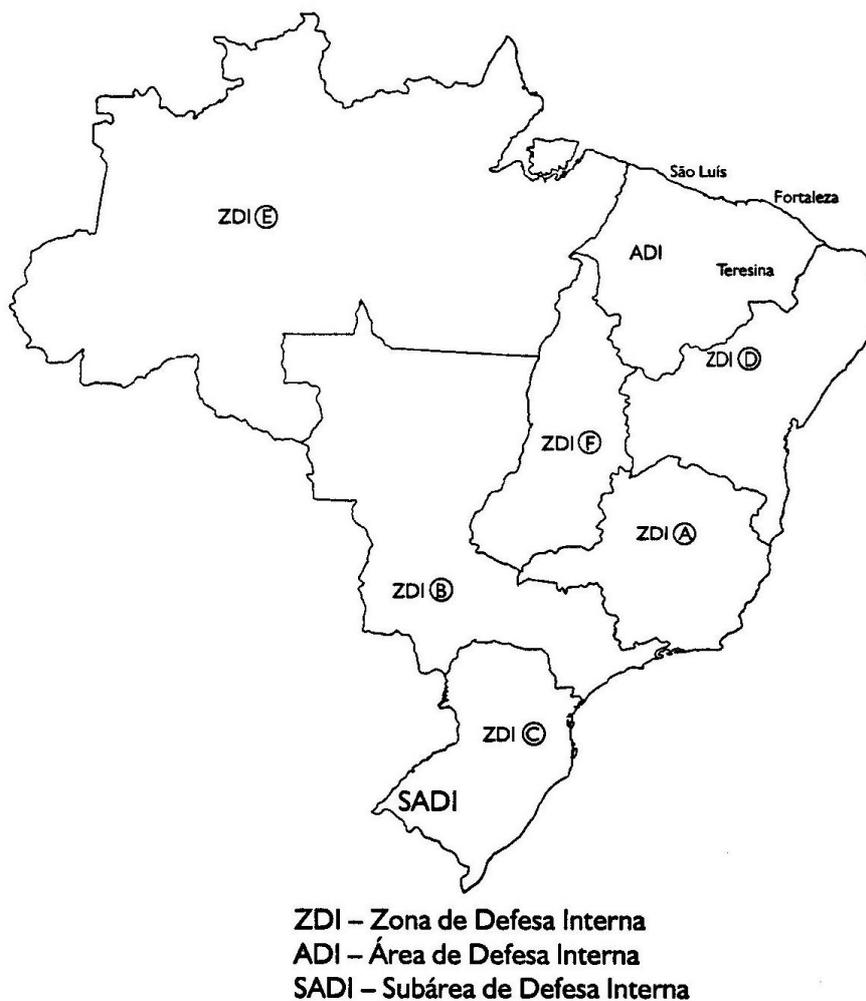
Segue abaixo um mapa com as cidades sul-rio-grandenses atingidas nesse primeiro momento. Podemos perceber, através da simples observação da imagem, a importância conferida à região destacada.

¹⁷³ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS). Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Lagoa Vermelha. SOPS/LV – 1_49.1.1. Lagoa Vermelha, fevereiro/1968.

¹⁷⁴ BRASIL. [Constituição (1967)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1967. Brasília, DF, 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm>. Acesso em: 27 ago. 2011.

¹⁷⁵ A saber: Alecrim; Bagé; Crissiumal; Dom Pedrito; Erval; Horizontina; Itaqui; Jaguarão; Pôrto Lucena; Pôrto Xavier; Quaraí; Rio Grande; Santa Vitória do Palmar; Santana do Livramento; São Borja; São Nicolau; Tenente Portela; Três Passos; Tucunduva; Tuparendi e Uruguaiana. Cf. BRASIL. Lei nº 5.449, de 4 de Junho de 1968. Brasília, DF, 1968. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5449-4-junho-1968-359221-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 27 ago. 2011.

“em regiões que merecessem cuidados especiais”¹⁷⁷. A ADI correspondia à região da Guerrilha do Araguaia, enquanto que a fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai e a Argentina constituía uma SADI, o que reforça a importância conferida à fronteira sulina. O mapa a seguir nos permite visualizar essas regiões:



Fonte: *Expressão Militar do I Exército*, fl. 8.

Mapa 4: A fronteira gaúcha como Subárea de Defesa Interna. Fonte: FICO, op. cit., p. 121.

O tempo e as dinâmicas internas do Brasil e do Uruguai, paulatinamente, aproximaram as realidades de ambos os países. E, para os militantes da geração de 1968, a

¹⁷⁷ FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 121.

sobrevivência na fronteira revelou-se especialmente complicada, já que a situação no Uruguai não era mais a mesma que encontrara a primeira geração de exilados. Assim, com a crescente indisposição do governo uruguaio frente à chegada de novos exilados, aumentou o clima de insegurança na fronteira, bem como no restante do país; o ambiente foi se tornando cada vez mais hostil aos que ali buscavam abrigo. Gutiérrez relatou conjuntura uruguaia no momento em que foi obrigado a deixar o país em 1969:

A situação dos brasileiros no Uruguai estava muito difícil. Apesar de toda a tradição de asilo que o País possuía, nenhum dos nossos companheiros que haviam ingressado recentemente eram reconhecidos como asilados. O instituto do asilo, uma tradição para as elites políticas em nosso continente, não foi pensado para proteger militantes de movimentos sociais e revolucionários.¹⁷⁸

Assim, com o golpe no Uruguai em 1973, o exílio mudou definitivamente de endereço. Naquele momento, não apenas os brasileiros procuraram outros destinos, como também muitos uruguaio tiveram que buscar novas terras. Na fronteira, isso significou para alguns o deslocamento de Rivera para Santana do Livramento. Para muitos brasileiros que permaneceram no país vizinho, “o golpe militar no Uruguai significou um revés ao *status* de relativa tranqüilidade que o grupo estabelecido em Rivera desfrutava.”¹⁷⁹ Assim, os anos que se sucederam ao golpe foram de extrema vigilância e repressão naquela região binacional.

¹⁷⁸ GUTIÉRREZ, op. cit., p. 82.

¹⁷⁹ ASSEF, op. cit., p. 220.

CONCLUSÃO

Ao analisarmos a região fronteira do Rio Grande do Sul, no período subsequente ao advento do golpe de Estado no Brasil, em março de 1964, sobressai-se a centralidade assumida pela mesma nesse contexto, ainda que, através do levantamento feito, figurem poucos trabalhos que a focalizem.

O estudo da fronteira entre o Brasil e o Uruguai nos permite examinar uma série de elementos que, de outra forma, não seria possível acessar. A dinâmica complexa e específica de um espaço fronteiro acrescenta outras lógicas ao período estudado. Podemos, por exemplo, observar a solidariedade travada entre os agentes fronteiros de ambos os lados, artificial e arbitrariamente separados. Assim, se o estabelecimento da Operação Condor, em 1975, reforçou e complexificou os mecanismos de colaboração entre os aparatos repressivos do Cone Sul – que, inclusive, datavam de muito antes –, pode-se dizer que essa solidariedade existiu também no tocante à oposição política: percebe-se o delineamento de uma cooperação estabelecida entre sujeitos de diferentes nacionalidades, e a análise do espaço fronteiro, sobretudo aquele compreendido entre o Brasil e o Uruguai, nos permite visualizar, de maneira privilegiada, tais aspectos. Não pretendemos com essas observações realizar uma equivalência entre o peso e a eficiência da colaboração existente entre os agentes da repressão e entre aqueles que resistiram aos mesmos. Certamente, os primeiros dispunham de uma estrutura muito mais sofisticada para levar a cabo suas políticas. Contudo, acreditamos ser importante enfatizar a colaboração e a solidariedade existente entre os uruguayos e brasileiros estabelecidos na fronteira, porque, ainda que ela possa ocorrer em outros âmbitos, parte-se do pressuposto de que a análise da região fronteira seja privilegiada no intuito de observar o delineamento dessas relações bilaterais.

Conforme buscou-se ressaltar, no caso do Rio Grande do Sul, a repressão teve como alvo, principalmente, os municípios do interior do estado, diferentemente do que se atribui ao Brasil como um todo em outros estudos. Assim, algumas lógicas percebidas na análise da fronteira gaúcha, possivelmente, possam ser estendidas para outras localidades do estado. Nesse sentido, o estabelecimento das mencionadas redes de solidariedade, nas quais as relações de parentesco ou de amizade sobrepujam, muitas vezes, as vinculações e

opções políticas, pode ser pensada como recorrente em alguns pequenos municípios, onde as pessoas, em geral, possuem um grau de proximidade maior se comparado aos grandes centros. Cabe ressaltar, todavia, que podemos pensar essa mesma lógica em relação aos agentes da repressão, cuja facilidade em mapear elementos identificados como “nocivos”, nessas pequenas localidades, era, provavelmente, muito maior.

A partir da análise proposta pela presente monografia, percebe-se o quanto os vínculos existentes entre a comunidade fronteira de Santana do Livramento e Rivera – laços esses que remontam ao surgimento dessa fronteira, conforme analisado no primeiro capítulo – sobrepõe a divisão imposta pelo limite internacional. Nesse sentido, a deflagração do golpe de Estado no Brasil, em 1964, impactou ambas cidades, como se pode perceber pela tentativa de resistir à conspiração civil-militar. A partir de então, passaram pela região inúmeras pessoas – que ficaram consagradas como a primeira geração de exilados 1964 – rumo, principalmente, a Montevideú. Dessa forma, “o exílio no Uruguai foi como um prólogo, como uma *primeira fase da primeira fase* e teve características muito particulares. Nas palavras de Herbert de Souza, ‘era como se não se tivesse aceito a realidade, se tentasse espichá-la para além das suas fronteiras’.”¹⁸⁰

Algumas pessoas, no entanto, resolveram permanecer, mais ou menos tempo, na fronteira. Tanto essas quanto aquelas necessitaram do apoio de redes formadas a partir da atuação dos agentes fronteiriços, seja no auxílio à passagem para o outro país, seja na obtenção de recursos para a permanência na região. Participaram dessas redes antigos militantes do PCB, acostumados à clandestinidade dos anos precedentes, pessoas vinculadas ao trabalhismo, outras sem uma atuação política explícita, assim como arenistas, pessoas vinculadas às instituições policiais e às forças armadas de ambos os países. Sem o apoio dos mesmos, a permanência na fronteira mostrou-se extremamente complicada e, para muitos, inclusive, inviável.

O papel destacado assumido por essa região contribuiu para alardear a ditadura brasileira. Nesse sentido, o estado do Rio Grande do Sul exigiu uma atenção especial, tendo em vista as importantes fronteiras do mesmo com os países do Prata, destino de inúmeros exilados. Além disso, a proximidade de importantes lideranças políticas foi fonte de preocupação constante para o regime. Outro fator incômodo para as autoridades brasileiras

¹⁸⁰ ROLLEMBERG, op. cit., p. 91. (grifo do autor)

foi a radicalização da situação interna do Uruguai, ao longo da década de 1960. Assim, somadas essas questões, a partir da diretriz das “fronteiras ideológicas”, a ditadura brasileira justificava a sua atuação para além do seu território. Em outras palavras, “na geopolítica do anticomunismo, a noção de ‘fronteiras ideológicas’ ganhava centralidade e primazia em detrimento da concepção de fronteiras geográficas, territoriais e nacionais.”¹⁸¹ Outro aspecto de extrema relevância, que não foi aprofundado por esta pesquisa, tendo em vista os objetivos e limitações da mesma, é a importância da fronteira na elaboração de projetos geopolíticos da ditadura. A análise das pretensões militares de projeção sobre o Uruguai, nesse período, renderiam um estudo à parte.

Assim, sobressaem-se as diversas limitações deste trabalho de cunho monográfico. Espera-se, no entanto, que, em alguma medida, a análise das questões pontuadas tenham contribuído, mesmo que modestamente, para o avanço da historiografia sobre as ditaduras civil-militares de Segurança Nacional no Cone Sul, e mais especificamente no Brasil, tendo em vista os seus desdobramentos internos, assim como as suas diferentes conexões com os países da região. Acredita-se que novos estudos sobre a fronteira – que, conforme ressaltado inúmeras vezes, constitui um objeto diferenciado para a análise dessas relações estabelecidas regional e internacionalmente – possam dar conta das inúmeras questões que permanecem em aberto.

¹⁸¹ FERNANDES, op. cit., p. 90.

ARQUIVOS E FONTES CONSULTADAS

I. Documentos Oficiais

- Fundos Documentais da Secretaria de Segurança Pública/ Seções de Ordem Política e Social. Disponíveis no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.
- Legislação Federal. Consulta on-line.

II. Entrevistas

- Luiz Carlos Santana. 61 anos. Servidor Público Municipal.
- Antônio Apoitia Neto. 75 anos. Advogado.
- Estoecel Ribeiro Santana. 72 anos. Professor e Capitão da Aeronáutica.
- Maria José (Lia). 64 anos. Professora de português.
- Edair Machado Pujol. 67 anos. Professora aposentada.
- Zuil Correa Pujol. 72 anos. Médico e escritor.
- América Ineu Chaves. 73 anos. Dona de casa.

III. Outras fontes impressas

- BETTO, Frei. *Batismo de sangue: guerrilha e morte de Carlos Marighella*. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.
- GUTIÉRREZ, Claudio. *A guerrilha Brancaleone*. Porto Alegre: Proletra, 1999.
- PIO CORRÊA, Manoel. *O mundo em que vivi*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996. 2 v.
- SILVA, Golbery do Couto e. *Conjuntura política nacional & Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

AQUINO, Maria Aparecida de et al. (Org.). *No coração das trevas: O DEOPS/SP visto por dentro*. V. 1. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2001. (Dossiês DEOPS/SP).

ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Brasil: Nunca mais*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

ASSEF, Marlon. *Retratos do exílio: solidariedade e resistência na fronteira*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.

AYERBE, Luis Fernando. *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

BANDEIRA, Moniz. *Brizola e o trabalhismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

BAUER, Caroline; GERTZ, René. Arquivos de regimes repressivos: fontes sensíveis da história recente. In: PINSKY, Carla; LUCA, Tânia de (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

BAUER, Caroline. *Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar: terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)*. Dissertação (Mestrado em História) - PPGH, UFRGS, Porto Alegre, 2006.

_____. As ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul e o conceito de “fronteiras ideológicas”. In: GUAZZELLI, Cesar et al. (Org.). *Fronteiras Americanas: teoria e práticas de pesquisa*. Porto Alegre: Suliani Letra&Vida, 2009.

BENTANCOR, Gladys. Las fronteras en un contexto de cambios: la vida cotidiana en ciudades gemelas – Rivera (Uruguay) y Sant’Ana do Livramento (Brasil). *Revista Eletrônica Ateliê Geográfico*, Goiania/GO, v. 2, n. 3, maio 2008.

BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de Política*. 13. ed. Brasília: Editora UnB, 2010. 2 v.

CARNEIRO FILHO, Camilo. *Interações espaciais e “cidades gêmeas” na fronteira Brasil-Argentina: São Borja/Santo Tomé – Itaqui/Alvear*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – PPGG, UFRJ, Rio de Janeiro, 2008.

CASSOL, Giselle. *Prisão e tortura em terra estrangeira: a colaboração repressiva entre Brasil e Uruguai (1964-1985)*. Dissertação (Mestrado em Integração Latino-Americana) – MILA, UFSM, 2008.

COMBLIN, Pe. Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

DORFMAN, Adriana. Fronteira e Contrabando em Santana do Livramento (BR)-Rivera (UY). *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre, n. 32, dez. 2007.

DREIFUSS, René. *1964: a Conquista do Estado*. Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

ELMIR, Cláudio. História política e história do presente: uma contribuição para o debate. *Logos: Revista de Divulgação Científica*, Canoas: ULBRA, v. 11, n. 1, maio 1999.

FAJARDO, Sinara. *Espionagem Política: Instituições e Processo no Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – PPGS, UFRGS, Porto Alegre, 1993.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

FELIX, Jorge. A Faixa de Fronteira e a Segurança Nacional: perspectiva estratégica e questões de inteligência. In: OLIVEIRA, Eliézer de (Org.). *Segurança e Defesa Nacional: da competição à cooperação regional*. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2007.

FERNANDES, Ananda. *Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973)*. Dissertação (Mestrado em História) - PPGH, UFRGS, Porto Alegre, 2009.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (Org.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (Coleção O Brasil Republicano, vol. 4).

FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HEINSFELD, Adelar. O olhar geopolítico sobre as fronteiras. *História Debates e Tendências: Revista do PPGH*, Passo Fundo, V. 3, n. 2, dez. 2002.

HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores, 2002. (Colección Memorias de la Represión).

LEMONS, Bruno. *A região transfronteiriça Sant'Ana do Livramento-Rivera: cenários contemporâneos de integração/cooperação*. Monografia (Graduação em Geografia) – Departamento de Geografia, UFRGS, Porto Alegre, 2010.

MARQUES, Teresa. *Ditadura, Exílio e Oposição: os exilados brasileiros no Uruguai (1964-1967)*. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH, UFMT, 2006.

MENDOÇA, Nadir. *O impacto da fronteira sobre a vida de uma comunidade (Rivera-Livramento)*. Dissertação (Mestrado em História) - PPGH, PUCRS, Porto Alegre, 1980.

NEVES, Evelisse. *Comissão Especial de Indenização a ex-presos políticos do Estado do Rio Grande do Sul: significados e perfil dos atingidos*. Dissertação (Mestrado em História Social) – PPGHIS, UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

OLIVEIRA, Tito Carlos de (Org.). *Território sem Limites: estudos sobre fronteiras*. Campo Grande: Editora UFMS, 2005.

OSSORIO, Manuel. *Diccionario de Ciencias Jurídicas, Políticas y Sociales*. Buenos Aires: Ruy Diaz, 1995.

PADRÓS, Enrique et al. (Org.). *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória*. Porto Alegre: Corag, 2010. 4 v.

PADRÓS, Enrique. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar*. Tese (Doutorado em História) - PPGH, UFRGS, Porto Alegre, 2005.

_____. A ditadura brasileira de Segurança Nacional e a Operação 30 horas: intervencionismo ou neocisplatinação do Uruguai?. *Revista Ciências & Letras*, Porto Alegre, n. 37, jan./jun. 2005.

_____. Fronteiras e Integração Fronteira: elementos para uma abordagem conceitual. *Humanas: Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, v. 17, n. 1/2, jan./dez. 1994.

_____. História do tempo presente, Ditaduras de Segurança Nacional e arquivos repressivos. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 1, n. 1, jan./jun. 2009.

PINSKY, Carla (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

RECKZIEGEL, Ana Luiza. A fronteira como marco das conexões políticas inter-regionais. *História Debates e Tendências: Revista do PPGH*, Passo Fundo, V. 3, n. 2, dez. 2002.

RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996.

RODEGHERO, Carla. Reflexões sobre história e historiografia da ditadura militar: o caso do Rio Grande do Sul. In: *Anais do IX Encontro Estadual de História*. Vestígios do passado: a história e suas fontes. Porto Alegre: ANPUHRS, 2008.

_____. Regime Militar e oposição no Rio Grande do Sul. In: GERTZ, René et al. (Org.). *História Geral do Rio Grande do Sul - República: da Revolução de 1930 à ditadura militar (1964-1985)*. Vol. 4. Passo Fundo: Méritos, 2007.

ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

RÜCKERT, Aldomar. O estado do Rio Grande do Sul – Brasil – como um território de internacionalização segmentada do espaço nacional. *História Debates e Tendências: Revista do PPGH*, Passo Fundo, V. 3, n. 2, dez. 2002.

SÁNCHEZ, Andrea. *A fronteira inevitável: um estudo sobre as cidades de fronteira de Rivera (Uruguai) e Santana do Livramento (Brasil) a partir de uma perspectiva antropológica*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – PPGAS, UFRGS, Porto Alegre, 2002.

SCHÄFFER, Neiva Otero. *Urbanização na fronteira: a expansão de Sant'Ana do Livramento/RS*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1993.

_____. A especificidade funcional da urbanização na fronteira meridional do Estado. *História Debates e Tendências: Revista do PPGH*, Passo Fundo, V. 3, n. 2, dez. 2002. p. 136.

SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão: uma história da política norte-americana em relação à América Latina*. Bauru: Edusc, 2000.

SOUZA, Suzana Bleil et al. (Org.). *Práticas de integração nas fronteiras: temas para o Mercosul*. Porto Alegre: Ed. UFRGS / Instituto Goethe, 1995.

WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI, Cesar (Org.). *Ditaduras Militares na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ZAGO, Luciana. *Fronteira e Segurança Nacional no Extremo Oeste Paranaense: um estudo do município de Marechal Cândido Rondon*. Dissertação (Mestrado em História) - PPGH, UPF, Passo Fundo, 2007.